



**UNILAB**  
Universidade da Integração Internacional  
da Lusofonia Afro-Brasileira

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas- ICSA

Bacharelado em Administração Pública

**DIONÍSIO TAVARES DE ALMEIDA**

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A RELAÇÃO COM O ENDIVIDAMENTO  
SOCIAL: Olhares sobre a “Saúde Financeira” de seus beneficiários**

**REDENÇÃO - CE  
2016**



**UNILAB**  
Universidade da Integração Internacional  
da Lusofonia Afro-Brasileira

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas- ICSA

Bacharelado em Administração Pública

**DIONÍSIO TAVARES DE ALMEIDA**

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A RELAÇÃO COM O ENDIVIDAMENTO**

**SOCIAL:** Olhares sobre a “Saúde Financeira” de seus beneficiários.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Administração Pública da UNILAB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: prof. Dr<sup>a</sup>. Clébia Mardônia Freitas Silva

**REDEÇÃO – CE  
2016**

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira  
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)  
Biblioteca Setorial Campus Liberdade  
Catalogação na fonte**

**Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219**

---

A44p Almeida, Dionísio Tavares de.

O programa bolsa família e a relação com o endividamento social: olhares sobre a “saúde financeira” de seus beneficiários. / Dionísio Tavares de Almeida. – Redenção, 2016.

98 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Clébia Mardônia Freitas Silva.

Inclui tabelas, figuras e referências.

1. Programa Bolsa Família (Brasil). I. Título.

CDD 353.50981

---

**DIONÍSIO TAVARES DE ALMEIDA**

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A RELAÇÃO COM O ENDIVIDAMENTO  
SOCIAL: Olhares sobre a “Saúde Financeira” de seus beneficiários**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-Unilab.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof. Dra. Clébia Mardônia Freitas Silva (Orientador)

---

Prof. Dra. Joceny de Deus Pinheiro (Convidada)

---

Prof. Dra. Maria Vilma Coelho Moreira Faria (Convidada)

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, o centro e o fundamento de tudo em minha vida, por renovar a cada momento a minha força e disposição e pela percepção concedida ao longo dessa jornada.

Minha dedicação especial à minha mãe, por aturar, meus choros, desesperos, angústias e lamentações, pois se cheguei até aqui é por que você me deu base de uma boa educação, junto com muita dignidade, carinho, força, diálogo e, principalmente, perseverança e amor, amo muito você, Mãe.

Aos meus queridos irmãos Davidson Tavares, Juelma Pedronila, Nivaldo Lopes, Anexivandra Lopes e Armando Jorge, pois mesmo de longe, torcem e sempre torceram por mim, pela minha conquista, pela minha felicidade.

Aos parentes e amigos, que colaboraram de forma direta e indireta ao longo desta jornada. Dedico as minhas filhas Leslie Sofia Azevedo Tavares de Almeida, Dominyke Éville Silva Tavares de Almeida e a Kataleya Amy Silva Tavares de Almeida que Deus me enviou, dando-me a capacidade de entender o que é ser pai e, para que eu pudesse ver que a vida é colorida sim, minhas filhas me fazem enxergar a vida por um novo horizonte, obrigados filhotas vocês são um presente precioso demais para mim.

A minha orientadora prof. Dr<sup>a</sup>. Clébia Mardônia Freitas Silva, que me fez aprender muito, me fazendo crescer tanto profissionalmente, como emocionalmente, obrigado pelas palavras certas nas horas certas, por aguentar meus desesperos, e sempre dizer para mim: “relaxa” e “no final tudo dará certo” como palavras de motivação e incentivos.

A todos os meus colegas do curso de Administração Pública, com que tive a oportunidade de conviver nesta jornada e, de alguma maneira, aprender com eles, tornando minha vida acadêmica cada dia mais desafiante. Peço a Deus que os abençoe cada um de vocês, preenchendo seus caminhos com muita paz, amor, saúde e prosperidade.

Distendo minha dedicatória a todos os professores (as) que fizeram parte da minha formação acadêmica, confiando que, apesar do trabalho muitas vezes solitário que requer uma monografia, são as ideias de muitos que nos acompanham que nos levam a realizá-la.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço essencialmente a Deus, Bendito e Soberano, pelo dom da vida, pelo cuidado e atenção que tem dispensado a mim. Por colocar as pessoas em meu caminho, não permitindo nunca que me sinta sozinho e, principalmente, por ser fonte de iluminação nessa caminhada.

À minha mãe Filomena Lopes Tavares, que pela arte de amar incondicionalmente souberam me educar e transmitir os mais valorosos saberes, compartilhando comigo cada vitória, cada derrota, cada lagrima, cada alegria, meu exemplo de força e dedicação, que mesmo longe, torce por mim, pela minha conquista, pela minha felicidade. O meu eterno agradecimento e amor.

Agradeço a minha Tia Martina Lopes Tavares e o meu irmão Davidson Tavares, por ter me ajudado financeiramente e tornado possível essa conquista.

Aos meus irmãos Juelma Pedrolina, Nivaldo Lopes, Anexivandra Lopes e Armando Jorge, que foram especiais e carinhosas, me apoiando nos momentos de dificuldades, preocupando-se até com os problemas pessoais pelos quais passei durante essa jornada, me dando força para que eu me mantivesse firme. Obrigado pelas tantas palavras de força.

Quero agradecer as mães das minhas filhas do coração Leslie Sofia, Dominyke Évilly e a Katalaya Amy, que embora não tivessem conhecimento da minha jornada em relação à sair do meu país em busca de uma formação acadêmica, iluminaram de maneira especial os meus pensamentos, a quem eu rogo todas as noites por fazerem parte da minha vida.

A minha orientadora Profa. Dr<sup>a</sup>. Clébia Mardônia Freitas Silva, que acreditou em mim, que ouviu pacientemente as minhas considerações partilhando comigo as suas ideias, conhecimentos e experiências e que sempre me motivou. Se solidarizou nos meus momentos de angústias e compreendeu minhas limitações, estando presente nesta etapa importante da minha vida. Quero expressar o meu reconhecimento e admiração pela sua competência profissional e minha gratidão pela sua amizade.

Aos meus colegas da Turma de Administração Pública (2011.1), os quais dividiram comigo momentos especiais.

A todos os meus amigos, por serem cúmplices das minhas limitações e desafios, mas que no momento certo, expressaram palavras sábias que sempre puderam me acrescentar.

A todos aqueles que se fizeram presente e jamais deixaram de acreditar na minha vitória. Em especial aos homens e mulheres que se dispuseram a ceder um pouco do seu tempo para tecer informações. Meu muito Obrigado!

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico 01.</b> Índices de pobreza no Brasil (1970 – 2011) (%).....	23
<b>Gráfico 02.</b> Redução do índice de pobreza no estado do Ceará.....	38
<b>Gráfico 03.</b> Distribuição dos participantes por gênero.....	41
<b>Gráfico 04.</b> Distribuição dos participantes por tipo de domicílio .....	42
<b>Gráfico 05.</b> Distribuição dos participantes por faixa etária .....	42
<b>Gráfico 06.</b> Distribuição dos participantes por escolaridade.....	43
<b>Gráfico 07.</b> Distribuição dos participantes por ocupação .....	44
<b>Gráfico 08.</b> Distribuição dos participantes por renda familiar .....	45
<b>Gráfico 09.</b> Contribuição dos participantes na renda familiar .....	46
<b>Gráfico 10.</b> Número de dependentes na renda familiar .....	47
<b>Gráfico 11.</b> Participação em outro programa do governo .....	48
<b>Gráfico 12.</b> Distribuição de renda por despesas com alimentação.....	49
<b>Gráfico 13.</b> Motivação para atrasar situação financeira dos beneficiários.....	53
<b>Gráfico 14.</b> Situação de endividamento.....	54
<b>Gráfico 15.</b> Participação em curso de orientação financeira .....	55
<b>Gráfico 16.</b> Realização de curso de orientação financeira .....	56

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Indicadores de endividamento dos consumidores nos últimos 13 meses - em (%).....	21
---	----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Pessoas que nunca tiveram acesso à educação financeira .....	17
<b>Quadro 2.</b> Índice de desenvolvimento humano no Brasil (1980 – 2011) .....	24
<b>Quadro 3.</b> Programas de enfrentamento da pobreza no Brasil. ....	25
<b>Quadro 4.</b> Condicionalidades do programa bolsa família. ....	36
<b>Quadro 5.</b> Revisão cadastral do bolsa família (2015).....	37

## LISTA DE SIGLAS

BNB – Banco do Nordeste

CNCBST – Confederação Nacional do Comercio de Bens Serviços e Turismo

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

FECOMERCIO - Federação do Comércio dos Estados

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDF – Índice de Desenvolvimento da Família

IPDC - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégica Econômica do Ceará

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PBF – Programa Bolsa Família

PEIC – Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do consumidor

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAA – Programa Nacional de Acesso à Alimentação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar

SCFV – Serviços de Convivência e fortalecimento de Vínculos

## RESUMO

A educação financeira parece importante para garantir a administração na renda pessoal e familiar dos sujeitos, haja vista que o endividamento social é algo que atinge qualquer classe social e não somente os pobres. Este estudo trata de analisar como os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) da cidade de Redenção no Ceará fazem uso dos recursos financeiros e, se a educação vem exercendo algum papel para tal fim. O estudo se caracteriza quati-qualitativo, já que além de considerar vários documentos, também utilizamos a coleta de informações com beneficiários direto do Programa Bolsa Família (PBF). Revela, portanto, que a educação é fator essencial para a “saúde” financeira, independente da classe social, destacando os beneficiários do PBF já que conforme análise dos resultados a não utilização de atributos educativos sobre o uso dos recursos parece contribuir para o endividamento dos envolvidos e, conseqüentemente, para elevação do endividamento social.

**Palavras Chave:** Educação financeira. Endividamento. Microcrédito.

## **ABSTRACT**

Financial education seems to be very important to ensure a administration in the personal and family income of the subjects, given that when social indebtedness is something that reaches any social class and not only the poor. This study tries to analyze how the beneficiaries of the Bolsa Família Program (PBF) of the city of Redenção in Ceará make use of these financial resources and, if education has been playing some role for this purpose. The study is characterized quati-qualitative, since in addition to considering several documents. We also use the collection of information with beneficiaries directly from the Bolsa Família Program (PBF). It reveals, therefore, that education is an essential factor for financial "health" regardless of social class, highlighting the beneficiaries of the BFP since, according to the analysis of the results, the non-use of educational attributes on the use of resources seems to contribute to the indebtedness of those involved and, consequently, to increase social indebtedness.

**Key words:** financial education. Indebtedness. Microcredit.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: Um ponto de partida para reduzir o endividamento social?</b> .....	16
<b>3 AS FACILIDADES DE CRÉDITO E A RELAÇÃO COM O CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS PARA OS BENEFICIÁRIOS DO PBF: O planejamento e controle do orçamento doméstico como medida de não endividamento.</b> .....	23
<b>4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A RELAÇÃO COM O ENDIVIDAMENTO SOCIAL: Olhares sobre a “saúde financeira” de seus beneficiários e a relação com a educação financeira na cidade de redenção, Ceará.</b> .....	34
<b>4.1 O PBF na cidade de Redenção</b> .....	39
<b>4.2 Análise sobre a “Saúde Financeira” dos beneficiários do PBF na cidade de Redenção, Ceará.</b> .....	41
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	59
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	61
<b>APÊNDICE A – GRÁFICOS DA PESQUISA ELABORADOS A PARTIR DAS INFORMAÇÕES COLETADAS.</b> .....	66
<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS</b> .....	95
<b>APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	99

## 1 INTRODUÇÃO

A má gestão financeira na vida das pessoas parece ser uma prática que vem contribuindo com o agravamento de doenças que envolve o equilíbrio das emoções como por exemplo, a violência familiar levando, inclusive a situações drásticas como assassinatos e suicídios e, conseqüentemente o endividamento social. Essa é uma situação que vem afetando todas as classes sociais e, não escolhe cor, credo e idade.

As estatísticas mostram o elevado percentual de brasileiros que estão endividados. Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), publicada em fevereiro de 2016, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNCBST), “o percentual de famílias que relataram ter dívidas entre cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguros alcançou 57,8%”.

Pesquisa realizada no ano de 2013 para levantar a situação de endividamento social do Programa Bolsa Família (PBF), na cidade de Redenção no Ceará, revelou que boa parte das famílias beneficiárias apresentam dificuldade em gerenciar suas finanças e, recorrem a financiamentos que muitas vezes os levam a ficarem mais endividados.

Este estudo buscou entender a relevância da educação financeira para amenizar os problemas sociais relacionados ao endividamento social a partir da interação com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, na cidade de Redenção, no Ceará e, fundamentalmente, entender a influência da educação financeira nas decisões econômicas dos beneficiários do PBF da cidade de Redenção analisando para esse fim seus modos de consumo, o acesso a linhas de crédito e sua utilização. Mesmo compreendendo que a questão do endividamento social um caso específico de beneficiários do PBF.

Para o alcance dos objetivos propostos, foi realizado inicialmente o estudo e revisão bibliográfica sobre o tema seguido de entrevistas com famílias que tiveram experiências práticas, ou seja, beneficiárias do PBF na cidade de Redenção no Ceará, a qual definida uma amostra para aplicação de um instrumento de coleta de informações que nos guiasse ao alcance dos objetivos propostos.

A definição da amostra foi necessária tendo em vista não ser possível considerar em sua totalidade todas as famílias beneficiárias do PBF na cidade de Redenção que revelou um número total de 3.807 famílias cadastradas até Fevereiro de 2016, conforme informações de Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). E, não foi objetivo desta pesquisa, considera esse publico como a principal causa do endividamento social, mas demonstrar através deste que as politicas de assistências podem vincular a educação financeira para melhor uso de recursos na família.

Dessa forma foram utilizadas como fonte de informação 100 famílias durante os meses de junho e julho de 2016 onde aplicamos o questionário e, Posteriormente, fizemos a compilação das informações em forma de dados e tabelas seguindo da análise dos mesmos, confrontando estas, com os objetivos propostos. As entrevistas, com os beneficiários do programa Bolsa Família foram realizadas no período de 20 de junho a 20 de julho de 2016, com beneficiários da área urbana e dos demais bairros e, em área rural nos seguintes localidades: Antônio Diogo, Itapai, Boa Fé e Otero.

O resultado final se encontra neste documento que conforme aditado, logo nesta introdução, fazemos um apanhado geral sobre as consequências da má administração financeira e suas contribuições para o endividamento social, os objetivos do estudo e a metodologia trabalhada destacando como se deveu a coleta de informações com as famílias beneficiárias do PBF na cidade de Redenção, no Ceará.

O primeiro capítulo revela o comportamento da educação financeira para reduzir o endividamento social onde realizamos o estudo teórico sobre a situação no mundo, no Brasil e, respectivamente no Ceará, destacando a relação com o consumo e o acesso ao crédito pelas famílias do PBF. No capítulo seguinte, fazemos um apanhado geral sobre as facilidades de crédito e a relação com o consumo de bens e serviços pelos beneficiários do PBF, destacando o planejamento e o controle do orçamento doméstico como medida de não endividamento para consolidar as informações que se seguem no capítulo terceiro, relacionando as informações coletadas com as famílias beneficiarias do PBF na cidade de Redenção.

O trabalho se consolidou de relevância para o acadêmico de administração pública, pois a educação financeira se insere como possibilidade de contribuir com a qualificação das políticas públicas de desenvolvimento, especialmente, a política de crédito, seja para consumo, seja para produção.

## **2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: Um ponto de partida para reduzir o endividamento social?**

Educação Financeira tem sido alvo de grandes discussões tanto em âmbito nacional quanto em âmbito internacional, haja vista o elevado índice de endividamento social que atinge indivíduos sem diferença a classe social.

No Brasil, de acordo com *Prahalad* (2010), o endividamento decorre do otimismo exagerado da população de baixa renda, que consome os produtos e serviços acreditando que vão conseguir arcar os custos, a ocupação informal e o fluxo de renda instável.

De acordo com Saito (2007, p.25) “a educação financeira deve prover as pessoas com habilidades de tomar decisões que melhorem as habilidades dos indivíduos de pensar alternativas, explorar oportunidades e atingir objetivos pessoais”. Dessa forma, tornou-se essencial o acesso à educação financeira para a melhoria da vida econômica e social dos indivíduos.

Assim, sabendo-se da importância da educação financeira, diversos países vêm adotando medidas educativas com o intuito de instruir seus consumidores, com iniciativas tanto governamentais quanto de empresas privadas.

Conforme Pinheiro (2008), a educação financeira consiste em um dos instrumentos mais eficientes para que sejam tomadas decisões bem-sucedidas no que concerne à previdência, crédito, seguros e investimentos, temas relevantes para qualquer população tendo em vista que esse é um tema presente no cotidiano das pessoas, seja no momento de uma abertura de conta bancária, ou ao realizar compras de suprimentos, financiar um carro, enfim, a maioria das atividades cotidianas dos indivíduos exige movimentação financeira.

O autor reforça que:

A educação financeira pode ser definida como a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida. Usuários desse tipo de produto, quando devidamente instruídos, têm a capacidade de lidar com as questões financeiras do cotidiano e as imprevistas, avaliar o impacto das decisões para a sua vida e a de sua família, compreender seus direitos e suas responsabilidades e ter o conhecimento de fontes confiáveis de consulta. (PINHEIRO, 2008 p.2)

De acordo com estudos realizados pela OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (apud PINHEIRO, 2008) na maioria dos países a educação financeira é escassa, 71% dos adultos que participaram da pesquisa no Japão não possuem nenhum conhecimento acerca de ações e títulos. Nos Estados Unidos e Coréia do Sul jovens do ensino médio foram reprovados em teste aplicado com o intuito de analisar as habilidades dos mesmos no que diz respeito à escolha e administração de um cartão de crédito ou em poupança para aposentadoria.

De acordo com Alves (2009), em estudo realizado pela HSBC Seguros, no mundo cerca de 43% das pessoas nunca tiveram acesso à educação financeira. A pesquisa foi realizada em 15 países, o quadro a seguir faz a demonstração do resultado encontrado:

**Quadro 1.** Pessoas que nunca tiveram acesso à Educação Financeira

<b>PESSOAS QUE NUNCA TIVERAM ACESSO À EDUCAÇÃO FINANCEIRA</b>	
<b>PAÍS</b>	<b>%</b>
França	66
Japão	60
Reino Unido	56
Arábia Saudita	54
Emirados árabes	51
Estados Unidos	48
Canadá	44
Brasil	44
México	44
<b>Global</b>	<b>43</b>
Turquia	43
Coréia do Sul	42
Cingapura	34
Hong Kong	33
China	19
Índia	13

**Fonte:** <http://www.consumidor-rs.com.br/rs2/inicial.php?case=2&idnot=2110>

Como se pode perceber no quadro anterior, a França encontra-se no topo em percentual de pessoas, da população que não tiveram acesso à Educação Financeira, seguida pelo Japão.

O Brasil, de acordo com a pesquisa feita, encontra-se com 44% de pessoas que ainda não tiveram qualquer tipo de acesso à educação financeira. Não é preciso realizar uma pesquisa para perceber que nos últimos anos no Brasil houve um aumento no poder de compra por parte dos consumidores. Mesmo aqueles de baixa renda passaram a ter crédito no mercado de forma simplificada. Facilmente, o indivíduo chega a um estabelecimento comercial e consegue uma abertura de crédito, seja para efetuar a compra de um carro, ou de um simples eletrodoméstico.

De acordo com a OCDE (2004), o cenário em que se encontra o Brasil em termos de superendividamento foi propício para o aumento da necessidade da educação financeira, discorrendo que:

Educação Financeira sempre foi importante aos consumidores, para auxiliá-los a orçar e gerir a sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes. No entanto, sua crescente relevância nos últimos anos vem ocorrendo em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros, e das mudanças demográficas, econômicas e políticas. Os mercados de capitais estão se tornando mais sofisticados, e novos produtos, cujos riscos e retornos não são de imediato discernimento, são oferecidos. Os consumidores possuem, atualmente, acesso a uma maior diversidade de instrumentos de crédito e de poupança, disponibilizados por uma grande variedade de canais, desde serviços on-line de bancos e de corretoras, até organismos que oferecem aconselhamento e suporte financeiro às famílias de baixa renda. Os indivíduos podem, hoje em dia, usar máquinas de auto-atendimento (ATM's) e computadores pessoais, para realizar muitas de suas transações financeiras. No atual momento, os investidores de ações têm diversas formas para acessar modernos mecanismos e ambientes de transação, alguns dos quais oferecem serviços mais ágeis ou com grande sigilo, assim como acesso a muitos tipos diferentes de investimentos. (OCDE, 2004, p. 223)

Para a OCDE o superendividamento do brasileiro se agravou com a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que autorizou o pagamento de empréstimo por meio de desconto de prestação mensal do salário. A vantagem é que o público de baixa renda passou a ter acesso a bens que antes eram considerados inacessíveis.

Nas palavras de Marques e Frade:

(...) o direito brasileiro está sendo chamado a dar uma resposta justa e eficaz a esta realidade complexa, principalmente se devemos distinguir superendividamento de pobreza em nosso País. A massificação do acesso ao crédito, que se observa nos últimos 5 anos – basta citar os novos 50 milhões de clientes bancários! -, a forte privatização dos serviços essenciais e públicos, agora

acessíveis a todos, com qualquer orçamento, mas dentro das duras regras do mercado, a nova publicidade agressiva sobre o crédito popular, a nova força dos meios de comunicação de massa e a tendência de abuso impensado do crédito facilitado e ilimitado no tempo e nos valores, inclusive com descontos em folha de aposentados, pode levar o consumidor e sua família a um estado de superendividamento. (MARQUES e FRADE, 2004 p.29)

A concessão de crédito ganhou destaque a partir do Plano Real, em 1994, quando ocorreu a estabilização da economia fazendo que as instituições financeiras deixassem de ganhar com a inflação.

Com isso, o lucro dos bancos passou a depender do crescimento das operações de crédito, principalmente as concedidas a pessoas físicas, que representou uma forma de sustentar o nível da atividade econômica. Como o brasileiro não possui o hábito de poupar passou a financiar os bens que necessitasse para o seu conforto.

Para Gonçalves (2011) a educação financeira no Brasil ainda é um fato distante da realidade do País, não tem sido priorizada como deveria, dessa forma, os índices de endividamento social ainda são considerados muito elevados evidenciando as possibilidades para o superendividamento.

O superendividamento pode ser entendido como um estado da pessoa física que tem seu ativo circulante inferior aos valores devidos aos seus credores. Santos (2005, p. 2), o define como: “[...] a situação em que a pessoa física (...) deixa um passivo descoberto, capaz de influir na manutenção de suas despesas mais básicas em sua subsistência”.

Carpena e *Cavallazzi* (2006, p.329) completam o pensamento de Santos ao dizer que quando chega nessa situação “o indivíduo precisa de auxílio para reconstruir sua vida econômico-financeira”.

O superendividamento, de acordo com a doutrina europeia, pode caracterizar-se de duas maneiras: 1) De forma passiva: quando o consumidor não contribuiu ativamente para o aparecimento dessa crise de solvência e de liquidez; 2) De modo ativo: quando o consumidor abusa do crédito e consome demasiadamente acima das possibilidades de seu orçamento, sendo que, mesmo em condições normais, não teria como fazer face às dívidas assumidas, conforme Marques (2000).

Assim, o referido fenômeno pode ocorrer de forma acidental, causado por um imprevisto, como por exemplo, a perda do emprego, ou por descontrole das

contas do tomador, sobretudo devido ao excesso de oferta, de crédito no consumo desenfreado de bens e serviços.

Ressalta-se que o prefixo “super” não designa que o indivíduo seja devedor de uma quantia elevada; na verdade, não existe um valor mínimo do débito a partir do qual se pode considerá-lo como superendividado.

Costa (2002, p. 119) elucida que “a aferição se dá mediante comparação entre o ativo e o passivo do indivíduo e da sua família, atentando para as particularidades do caso, como as necessidades básicas destes”. Além disso, não existe um perfil definido e nem se podem definir todos os casos de descumprimento da obrigação creditícia como característica de superendividamento. Cada caso deve ser estudado respeitando suas singularidades.

Nesse contexto, Marques e Frade (2004) redefinem o superendividamento de uma forma mais delimitada. Para esses autores o superendividamento:

Diz respeito aos casos em que o devedor está impossibilitado, de forma duradoura ou estrutural de proceder ao pagamento de uma ou mais dívidas. Uma parte da doutrina considera ainda o superendividamento as situações em que o devedor, apesar de continuar a cumprir os seus compromissos financeiros, o faz com sérias dificuldades. (MARQUES e FRADE 2004,p.7)

O fato é que segundo esses autores, o superendividamento tem suscitado inúmeras preocupações, tanto de ordem econômica quanto social, já que atinge a saúde financeira do sistema econômico, além de comprometer a dignidade da pessoa que se encontra endividada, afetando sua autoestima e confiança na administração do ambiente familiar, gerando a destruição da sua vida privada pela incapacidade de suportar o cumprimento de seus compromissos financeiros. Diante do exposto, está delineado que o superendividamento constitui problema de cunho econômico e social.

Um dos caminhos para compor o perfil do superendividado brasileiro é analisar as diversas pesquisas nacionais e regionais realizadas por entidades como o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), a Federação do Comércio dos Estados (FECOMÉRCIO) e o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio (IPDC). Em Fortaleza, estado do Ceará o IPDC, entidade ligada à FECOMÉRCIO-CE, em parceria com o Banco do Nordeste (BNB), divulgou o último resultado do endividamento da população fortalezense no mês de março de 2016. A

Tabela 1 apresenta um resumo do endividamento nos últimos 12 meses, projetando-se o percentual de endividamento para abril deste ano conforme apresentado abaixo:

**Tabela 1.** Indicadores de endividamento dos consumidores nos últimos 13 meses - em (%)

Meses	Taxa de:			
	Consumidores endividados	Consumidores com dívidas em atraso	Comprometimento da renda familiar dos consumidores	Consumidores inadimplentes
<b>Abril/2015</b>	68,6	18,5	31,8	6,5
<b>Maió/2015</b>	69,8	25,0	31,0	9,5
<b>Junho/2015</b>	65,7	19,0	31,8	6,4
<b>Julho/2015</b>	68,5	23,0	32,5	8,6
<b>Agosto/2015</b>	69,4	21,6	31,4	7,4
<b>Setembro/2015</b>	70,1	21,5	31,0	9,7
<b>Outubro/2015</b>	72,0	20,7	32,5	5,5
<b>Novembro/2015</b>	71,7	23,8	32,4	9,3
<b>Dezembro/2015</b>	70,6	22,6	35,4	6,8
<b>Janeiro/2016</b>	72,1	22,3	33,9	7,5
<b>Fevereiro/2016</b>	73,0	22,2	34,9	8,6
<b>Março/2016</b>	68,8	21,0	37,3	9,3
<b>Abril/2016</b>	73,0	22,7	31,9	8,0

Fonte: IPDC (2016).

Conforme é possível perceber o percentual de consumidores endividados em Fortaleza é alto, verificando aumento no período de setembro de 2015 a fevereiro de 2016, com uma pequena redução em março de 2016 e a perspectiva é de aumento para o mês de abril.

Com isso, entende-se que as diferenças entre as características são decorrentes das heterogeneidades econômicas e sociais entre as regiões brasileiras, o que revela a necessidade da ampliação dos estudos para os demais estados com o objetivo de traçar o perfil do consumidor brasileiro superendividado, para que este, futuramente, receba do legislador pátrio o tratamento adequado, levando em conta todas as vertentes que envolvem o caso.

Infelizmente, não existe dados que possam relacionar às situações dos municípios individualmente. Por essa razão não foi possível apresentar dados sobre a situação real de endividamento da cidade de Redenção, “*locus*” deste estudo.

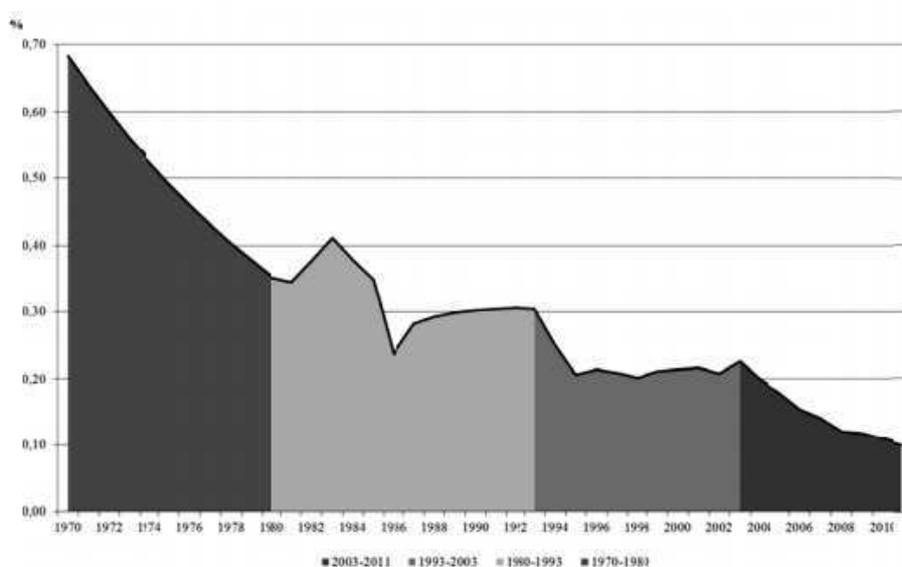
O que se deu conta, inclusive registrado no item seguinte foi apresentar as facilidades de crédito e consumo para os beneficiários do PBF, relacionando-as ao planejamento e controle do orçamento doméstico como forma balizar no capítulo seguinte os resultados alcançados pela pesquisa de campo em relação a saúde financeira dos beneficiários do referido programa.

### 3 AS FACILIDADES DE CRÉDITO E A RELAÇÃO COM O CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS PARA OS BENEFICIÁRIOS DO PBF: o planejamento e controle do orçamento doméstico como medida de não endividamento.

A história do Brasil tem enraizadas as marcas da pobreza, no decorrer dos tempos, contudo, as políticas de desenvolvimento, em especial a política de microcrédito, parecem contribuir para diminuir com esse índice a cada ano, mesmo que esta assuma diferentes formas de desigualdade social.

Assim, verifica-se que a pobreza possui raízes históricas no país, que foi marcada pela desigualdade não só entre pessoas, mas também entre regiões. Conforme apresentado no gráfico a seguir, os índices de pobreza, vem apresentando diminuição progressiva no decorrer dos anos.

**Gráfico 01.** Índices de pobreza no Brasil (1970 – 2011) (%)



Fonte: Rocha (2013).

Observando o Gráfico 1 percebe-se uma queda constante nos índices de pobreza de 1970 a 1982, verificando-se uma elevação entre 1982 e 1984, tornando novamente a cair, todavia, se analisado por década, percebe-se que o índice apresentado no ano de 2011 foi o mais baixo da história.

Barros, Henriques e Mendonça (2000) elucidam que uma das justificativas para os valores máximos atingidos na década de 1980 ocorreram devido à recessão sucedida no início desse período, chegando a ultrapassar a barreira de 50% no

índice de pobreza no país, enquanto as quedas nos índices podem ser justificadas pelo impacto dos planos Cruzado e Real, quando a moeda brasileira começou a ser estabilizada.

De acordo com Rocha (2013) a década de 1980 “ficou conhecida como a década perdida em decorrência do baixo crescimento econômico”, afirmando que a delimitação temporal mais considerável na evolução da pobreza vai além da década de 1980. Apontando o ano de 1994 com a chegada do Real, o início de uma década para estabilização da moeda no país.

Vale destacar, com base em Sousa (2006), que na década de 1990 a pobreza passou a fazer parte da agenda pública, ganhando visibilidade como um objeto de interesse público, passando a ter foco na sua redução, considerando-se, inclusive, que a persistência poderia ser uma ameaça a redemocratização do país o que vai justificar o surgimento e elevação das políticas de desenvolvimento e programas assistenciais no país.

Os anos 2000 é marcado pelos programas assistenciais no país, uma série de programas foram sendo implantados no país, podendo-se perceber quedas significativas dos níveis de pobreza. (ROCHA, 2013).

Para que se tivesse noção das múltiplas dimensões da pobreza em um retrato histórico, apoiou-se na série histórica do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), destacando os índices de expectativa de vida ao nascer, expectativa de anos de escolaridade, renda nacional bruta per capita e valor do Índice de Desenvolvimento Humano de 1980 a 2011, conforme demonstra o Quadro 2:

**Quadro 2.** Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil (1980 – 2011)

	Expectativa de vida no nascimento	Expectativa de anos de escolaridade	Média de anos de escolaridade	RNB per capita (PPP\$ 2005)	Valor do IDH
<b>1980</b>	62,5	14,1	2,6	7.306	0,549
<b>1985</b>	64,4	14,1	3,2	6.732	0,575
<b>1990</b>	66,3	14,1	3,8	6.978	0,600
<b>1995</b>	68,3	14,1	4,6	7.610	0,634
<b>2000</b>	70,1	14,5	5,6	7.698	0,665
<b>2005</b>	71,6	14,2	6,6	8.260	0,692
<b>2010</b>	73,1	13,8	7,2	9.812	0,715
<b>2011</b>	73,5	13,8	7,2	10.162	0,718

Fonte: IDH (2012).

É possível notar claramente o crescimento do país em todos os setores, apresentando índices que cresceram constantemente no decorrer dos anos. Destaca-se que o Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, de acordo com o PNUD (2011), ainda é significativamente baixo, pois quando se desconta a desigualdade do valor este índice cai para 0,519, o que mostra que o cidadão brasileiro médio teria quase 30% de risco de não conseguir alcançar o desenvolvimento humano potencial.

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2013), 22 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza por meio do Programa Brasil sem Miséria. E no ano de 2014 se registra na história a saída do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), destacando-se que o Brasil reduziu pela metade a parcela da população que sofre com a fome nos últimos 10 anos. Além disso, em 2014 foi registrado que a taxa de desnutrição no Brasil caiu de 10,7% para menos de 5% comparado ao ano de 2013. Quanto ao índice de pobreza no Brasil, registrou-se a queda de 24,3% para 8,4% entre 2001 e 2012, enquanto a pobreza extrema nesse mesmo período registrou queda de 14% para 3,5%. (FIUZA, 2014).

No Quadro 3 apresenta-se as estratégias de enfrentamento da pobreza no Brasil ao longo dos anos de 1980 a meados de 2016.

**Quadro 3.** Programas de enfrentamento da pobreza no Brasil.

<b>Período</b>	<b>Programa</b>	<b>Descrição</b>
Até a década de 1980	Cidadania Regulada	Programa limitado aos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho.
Até a década de 1980 – Até os dias de hoje	Programa Merenda Escolar	Destinado a crianças que frequentam escolas públicas, importante reforço para a nutrição e a aprendizagem de milhões de crianças pobres.
1993	Plano de Combate à Fome e à Miséria	Direcionado ao enfrentamento da fome, da pobreza e da indigência. Direcionou-se a 32 milhões de indigentes diagnosticados pelo Mapa da Fome, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
1994	Programa Comunidade Solidária	Articulação de ações já desenvolvidas por diferentes Ministérios, numa perspectiva descentralizada e com a participação e parceria da sociedade.
1999	Programa Comunidade Ativa	Construir uma agenda local integrada por programas indicados pela comunidade com posterior implementação dos

		programas agendados, com parceria dos governos federal, estadual e municipal e da comunidade.
2001	Fundo de Combate à Pobreza	Financiar programas de transferência de renda associados à educação e a ações de saneamento, consideradas áreas de maior impacto sobre a pobreza.
2003 a meados de 2016 <sup>1</sup>	Programa Fome Zero	Programa de transferência de renda, representada por um conjunto de políticas governamentais e não governamentais cujo propósito maior é erradicar a fome e a desnutrição no país. Seus principais programas são: Bolsa Família; Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa de Construção de Cisternas; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Restaurantes Populares e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Fonte: Adaptado de Silva e Silva (2010).

Silva (2011) contribui afirmando que a política de microcrédito entra nessa linha como uma política pública de desenvolvimento que aliada às políticas assistenciais, como é o caso do Programa Bolsa Família tem a pretensão de contribuir com o processo de crescimento econômico com desenvolvimento social. Entretanto, essa é uma ação que deveria aliar a educação para uso adequado do crédito e, conseqüentemente, o não endividamento social.

Para autores como Maximiano, na atualidade planejar é um ato utilizado com a pretensão de garantir que as decisões tomadas sejam executadas. Reforça o autor que o planejamento pode ser definido de várias maneiras:

Planejar é definir objetivos ou resultados a serem alcançados; É definir meios para possibilitar a realização de resultados; É interferir na realidade, para passar de uma situação conhecida a outra situação desejada, dentro de um intervalo definido de tempo; É tomar no presente decisões que afetam o futuro para reduzir sua incerteza. (MAXIMIANO, 2000 p. 175)

O planejamento fixa objetivos e elabora orçamentos, enquanto o controle se refere às medidas tomadas para alcançar aquilo que foi exposto no planejamento.

<sup>1</sup> Mudanças na conjuntura brasileira nos faz entender que esses programas poderão sofrer modificações no decorrer dos tempos, já que o trabalho ora apresentando foi realizado até abril de 2016 quando o Brasil iniciava o debate do *impeachment* da atual presidenta.

Sanvicente e Santos (1983) vai dizer que é indispensável no ambiente doméstico, o controle já que este assegura que os objetivos táticos, operacionais e estratégicos sejam alcançados. Reforçam os autores:

Controlar é, essencialmente, acompanhar a execução de atividades da maneira mais rápida possível e comparar o desempenho efetivo com o planejado, isto é, o que tenha sido originalmente considerado desejável, satisfatório ou viável para a empresa e suas subunidades. A função de controle não se esgota no acompanhamento puro e simples, como também envolve a geração do desempenho alcançado, proporcionalmente ao seu afastamento em relação ao tido como desejável ou satisfatório. (SANVICENTE e SANTOS, 1983 p.22)

Ratificam que de nada adiantará atribuição de responsabilidades se estas não estiverem sendo cumpridas, então se faz necessário um acompanhamento para identificar possíveis desvios em relação aos planos elaborados inicialmente.

As considerações de Sanvicente e Santos salientam que embora existam inúmeras vantagens e contribuições proporcionadas por um sistema de planejamento, existe a necessidade de um conhecimento técnico para uma correta utilização. Para tanto, o tópico a seguir explanará o conceito, modelos e vantagens do orçamento doméstico que atua como instrumento de planejamento e controle.

O orçamento doméstico envolve o somatório das receitas e dos gastos, no qual os gastos mensais podem ser separados por categorias como alimentação, habitação, vestuário, educação, saúde, higiene, transporte, serviços e lazer. É importante considerar que para que o orçamento familiar alcance seus objetivos é preciso ter controle, acompanhando o processo, verificando sempre as metas estabelecidas, de modo que as ações se adapte aos planos.

Para Luquet (2002) é preciso também definir os objetivos a curto, médio e longo prazo. Os objetivos de curto prazo são aqueles que se deseja alcançar em um prazo de um ano. Os objetivos de médio prazo têm limite de cinco anos para serem alcançados e o objetivo de longo prazo estima-se a conquista para acima de cinco anos. Nas palavras do autor:

O prazo de seu investimento é um item importante a ser considerado quando você estiver avaliando o risco de sua aplicação. Se você tem tempo, as aplicações de maior risco tendem a dar uma rentabilidade mais atraente do que aplicações conservadoras. Já opções muito

conservadoras, como a caderneta de poupança, podem, no longo prazo, levá-lo a perder dinheiro. (LUQUET, 2002 p.20)

Retratando todo esse contexto aos beneficiários do Programa Bolsa Família no Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) evidencia que esses sujeitos têm no momento da abertura da conta bancária, acessar linhas de crédito. (BRASIL, 2015)

O acesso ao crédito, segundo Silva (2011) tem sido para os pobres uma vantagem, mas ao mesmo tempo uma desvantagem pois, se de um lado busca atender as necessidades financeiras das famílias, por outro, se esse crédito não passar pelo planejamento cuidadoso em relação à sua utilização pela família, poderá leva-los ao endividamento familiar e, conseqüentemente contribuir com o social.

A principal causa, segundo a autora citada está relacionada ao consumo exacerbado de bens e serviços que muitas vezes são adquiridos sem o planejamento da sua necessidade ou ainda, a gastos que extrapolam os orçamentos.

Sobre o consumo exacerbado, *Muller* (2010) destaca que as pessoas contraem dívidas e acabam por comprometer uma parcela significativa do seu orçamento financeiro, passando a trabalhar para quitar suas dívidas, não tendo habilidades para lidar com o dinheiro, pagam as dívidas e sobrevivem sem nenhum planejamento financeiro.

Muito se fala sobre a palavra consumo nas diferentes situações da vida cotidiana sem haver uma preocupação com seu significado ou sua origem. Uma explanação adequada e profunda sobre o gesto ou hábito de consumir enfoca a raiz latina da palavra consumo - *consumere*; esse é o ponto de partida para explicar a ação humana de apropriação de objetos e coisas (BACCEGA, 2009).

É interessante verificar como o autor acima citado sintetiza esse pensamento:

O verbo consumir, do latim *consumere*, traz consigo Eros e Thanatos, Apolo e Dionísio, vida e morte, glória e infortúnio. De *consumere* derivam, também, gastar e arruinar, recompensa prazerosa e excídio. Consumir-se na tristeza, no álcool, em dívidas. Daí, muitas vezes, a euforia efêmera de guiar o carro que não poderá ser pago, de flunar pelo apartamento cujas prestações se acumulam e que terminam por dar cabo (acabar, consumir) aos devaneios de uma vida confortável. O *consumere*, ademais, pode trazer consigo a satisfação do sonho traduzido em fato, em encontros que ajustam ter e ser.(BACCEGA, 2009 p.12)

Rocha e Rocha (2007), afirmam que nos últimos vinte anos uma revolução acerca do entendimento do comportamento do consumidor vem se destacando. Revolução esta que é atualmente o centro do pensamento do Marketing que visa compreender a essência do processo de consumo.

De acordo com Barbosa (2004), a partir da década de 1980 o consumo passa a ser um tema em si mesmo no aspecto sociológico. O interesse do tema consumo surge a partir de duas pressuposições teóricas, onde a primeira é o reconhecimento de que todo e qualquer ato de consumo é em sua essência cultural. Já a segunda pressuposição tem base nas características da sociedade moderna e contemporânea como uma sociedade de consumo. Assim, para esse autor o ato de consumir vai além da função de suprir as necessidades materiais comum a todos os grupos da sociedade.

Mance (2001) destaca três tipos de práticas de consumo: 1) O consumo alienante, que é praticado em massa pela sociedade capitalista, visando alcançar a felicidade, a realização humana através de determinadas marcas e produtos; 2) O compulsório que é praticado pelos pobres e excluídos, subempregados, desempregados e outros que não possuem condições de adquirir grifes, marcas famosas e caras e com isso buscam maximizar seu poder de consumo com o pouco que dispõem e, 3) O consumo como mediação do bem viver que é o consumo onde menos importa as aparências e imaginários impostos pela mídia e sim as necessidades singulares e que seguem a particularidade de cada consumidor.

Rocha (2005) contribui de forma bastante didática e clara quando classifica o consumo em quatro grandes famílias - *hedonista*, *moralista*, *naturalista* e *utilitária*. Para o autor:

O hedonista é o tipo de consumo onde o consumidor reage pelas suas emoções, impulsos, pela moda, pelo simbólico, pelo afetivo na busca incessante do *status* como a necessidade principal; o moralista: essa visão dá mais ênfase ao mundo do trabalho, prudência e controle onde os produtos devem ser consumidos por necessidade concreta, reposição ou oportunidade econômica, sendo assim o ato de consumir está cercado de decisões puramente racionalizadas e equilibradas; naturalista: é uma classificação que adota um viés determinista ou “darwinista” porque reduz a atividade de consumo ao biologicamente necessário, naturalmente inscrito e universalmente experimentado e por fim o consumo utilitário: aborda que a atividade de consumo relaciona-se ao jogo existente entre os custos que o consumidor vai despende na aquisição dos produtos

versus os benefícios de uso prometidos pelos fabricantes dos mesmos. (ROCHA, 2005 p.04)

Quessada (2002) admite que essa relação “fantasmagórica” é fundamental para alimentar constantemente o impulso de consumo, sem ela o consumo repousaria na utilidade pura e simples. A segunda reforça uma visão apocalíptica da cultura industrial contemporânea que, incentivaria em demasia o consumo de bens “supérfluos”, fato esse gerador de inúmeras mazelas sociais. Essa visão moralista dá mais ênfase ao mundo do trabalho, prudência e controle onde os produtos devem ser consumidos por necessidade concreta, reposição ou oportunidade econômica, sendo assim o ato de consumir está cercado de decisões puramente racionalizadas e equilibradas. A terceira classificação adota um viés determinista ou “darwinista” porque reduz a atividade de consumo ao biologicamente necessário, naturalmente inscrito e universalmente experimentado. Por fim, o viés utilitário aborda que a atividade de consumo se relaciona ao jogo existente entre os custos que o consumidor vai despendar na aquisição dos produtos versus os benefícios de uso prometidos pelos fabricantes dos mesmos.

Quessada (2002) atribui que sociedade passou a ser conhecida como sociedade de consumo, que advém das reflexões ideológicas sobre o processo de desenvolvimento e o reconhecimento de temas tais como, os problemas locais e o aprimoramento da consciência dos valores locais.

O objetivo de uma sociedade de consumo muito desenvolvida é permitir que todos os desejos, fantasias, projetos, paixões e exigências se materializem em signos, logomarcas, códigos, símbolos, chegando à escolha e aquisição de objetos (ALLÉRÈS, 2000).

Dentre variados tipos de consumo permeando a sociedade, enfatiza-se aqui o consumo hedônico que pode ser entendido como aquele que se deu por impulso, pois se observa que a cada dia os significados dos materiais e a simbologia que os produtos hoje representam são vivenciadas através das experiências que trazem prazeres instantâneos aos consumidores.

Segundo Lima (2010), o hedonismo:

É movido pelo desejo de artigos que ultrapassam em muito aquilo que seria necessário para a sua manutenção biológica. Mais do que

para satisfazer necessidades, os produtos ou serviços são adquiridos em nome do conforto e do prazer. (LIMA, 2010 p.35)

Para O'Shaughnessy (1987) o ato de comprar se baseia no fato de que a pessoa após adquirir determinado bem será mais feliz. Quando um consumidor busca por um produto para adquiri-lo, por trás disso tem todo um histórico de expectativas que ultrapassam os limites racionais. E nem sempre o que é esperado é o que é realizado, o que torna algumas vezes a expectativa em frustrada, complementa.

A partir do momento que o ser humano percebe que algo está em falta ou que não foi realizado, mexe com o psicológico e faz com que ele perceba a diferença entre o seu estado atual e o estado que o indivíduo gostaria de estar. (BLACKWELL; MINIARD; ENGEL, 2005).

Seja pela antecipação de uma necessidade futura, pelas propagandas ou até mesmo por questão de necessidade, a partir do momento em que o indivíduo percebe o surgimento dessas necessidades, ele busca por algo que altere seu estado atual. Em um senso comum, hedonista é sinônimo de prazer ou busca por ele. Deste modo, para Lima (2010) o novo provoca no consumidor mais desejo e gera uma necessidade de adquirir produtos que trazem prazer e conforto, produzindo uma insatisfação, uma insaciabilidade naturalizando o ritmo de consumo moderno.

Desta forma, o consumidor já não busca o que é necessário e útil nos produtos, mas já busca o prazer ou hedônico que dá origem a satisfação pelas experiências vividas. A rapidez com que as coisas vão acontecendo, resultam de uma tendência ao consumo instantâneo, devido a constante oferta de produtos e serviços, o que nos faz visualizar um futuro previsível (LIMA, 2010).

Segundo Skinner (1967), várias teorias motivacionais têm sua base na Psicologia, particularmente quando se trata da Psicologia e Sociologia voltadas para o comportamento humano principalmente quanto ao agente consumidor. Os estímulos podem ter suas origens internas, onde são fisiológicas ou psíquicas ou externas, como anúncios publicitários, relações sociais de grupo ou familiares.

Maslow indicava que as necessidades podem ser imaginadas como categorizadas em uma hierarquia em que uma necessidade é mais importante do

que as outras até que ela seja satisfeita, predominando assim a necessidade seguinte, embora a ordem também possa ser invertida. (MAXIMIANO, 2002).

De acordo com Karsaklian (2004), Freud compreendia que o comportamento humano é determinado através do inconsciente e por impulsos instintivos, assim, o comportamento tem tendência nem sempre baseada no que é melhor para o indivíduo.

Para Serrano (2003, p. 1), “Cada indivíduo poderia ser caracterizado como sendo primeiramente orientado para seu interior ou para o exterior. Entretanto, o indivíduo não é totalmente introvertido ou extrovertido”. De acordo com o autor, Jung coloca quatro tipos psicológicos fundamentais: o pensamento e o sentimento, onde o pensamento são inerentes a reflexão e a elaboração da tomada de decisão e o sentimento é intrínseco ao lado emocional da compra; a sensação e a intuição que são formas de apreender informações, onde a sensação está ligada a percepção de detalhes e quanto a intuição o consumidor processa informações com base em experiências passadas e objetivos futuros.

*Hirschman e Holbrook* (1982) colocam o consumo hedônico como indicador das faces do comportamento do consumidor que são inerentes a emoção, aos aspectos multissensoriais ou até mesmo o deslumbramento com determinados produtos. Os consumidores antecipam o sentimento de prazer com relação aos produtos e serviços, onde muitas vezes essa sensação é fantasiosa ou passageira, haja vista, o prazer residir na imaginação do consumidor.

O consumo utilitário, de acordo com os autores, está focado na teoria da ação racional de *FishBein e Ajzen* (1975), que tem como fator determinante do comportamento de consumo a intenção que o consumidor tem de praticar determinado comportamento. A escolha através da consciência de suas consequências que julgam ser mais desejáveis é que é a base da teoria.

Dentro desta sociedade de consumo estão os beneficiários do PBF cujo papel social não difere das demais categorias de consumidores. Retratam um tipo de consumidor diante do estilo de vida e renda em que são sobrepujados. Porém com direitos, por exemplo, a ter uma conta bancária e, assim gerir recursos que ampliam suas relações de consumo que podem ou não os levarem a fazerem parte das estatísticas de endividamento social.

No item seguinte analisa-se como vem se processando a “saúde financeira” dos beneficiários do PBF na cidade de Redenção e qual a relação com a educação financeira. Busca-se levar o leitor a ter conhecimento, mesmo que suscintamente sobre o PBF e a relação com o endividamento social.

#### **4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A RELAÇÃO COM O ENDIVIDAMENTO SOCIAL: Olhares sobre a “Saúde Financeira” de seus beneficiários e a relação com a educação financeira na cidade de Redenção, Ceará.**

O Programa Bolsa Família (PBF) faz parte do Programa Fome Zero criado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2002, logo quando assumiu seu primeiro mandato. Instituído no ano de 2003, pela Medida Provisória n. 132, o Programa Bolsa Família se caracteriza como um programa de transferência de renda que, desde o início, se mostrou determinante para ampliação, articulação e consolidação da rede de proteção social do Brasil. (BRASIL, 2003)

No ano de 2004 o Programa Bolsa Família passou a ser previsto por Lei Federal n. 10.386, não devendo ser entendido como um direito do cidadão, mas como um programa que visa a redução da pobreza dentro de suas condicionalidades. Sobre o assunto, Soares e Satyro ratificam:

Ao contrário de uma aposentadoria, um seguro-desemprego ou o pagamento de um título da dívida pública, o Bolsa Família é um programa de orçamento definido. Uma vez esgotada a dotação orçamentária, ninguém mais pode passar a receber o benefício, pelo menos até que haja crédito suplementar. (SOARES e SATYRO, 2009 p.11)

Assim, o PBF trata de um benefício concedido à famílias brasileiras que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Entendendo-se vulnerabilidade social, para os efeitos do referido programa “situações de carência, decorrentes da incapacidade de acessar bens e serviços mínimos para garantia da vida social e familiar”.

A Lei n. 10.386/2004 informa que o Programa Bolsa Família consiste na unificação de outros programas sociais de transferência de renda vigentes no país até sua promulgação, conforme traz em seu Parágrafo Único do artigo 1:

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei n o 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda

Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória n.º 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto n.º 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto n.º 3.877, de 24 de julho de 2001.

Dessa forma, entendendo família como uma unidade nuclear formada por laços de parentesco ou de afinidade que viva sobre o mesmo teto, mantendo-se pela contribuição de seus membros, o Programa Bolsa Família unificou os demais programas existentes, considerando que todos estavam voltados para auxiliar as famílias a sair da situação de pobreza extrema e da pobreza. (BRASIL, 2003)

A unificação dos programas pode ser justificada em decorrência de estudos realizados no início do governo de Lula em 2002, quando foi verificada uma série de problemas nos inúmeros programas existentes como, por exemplo, a concorrência entre alguns programas, que dificultava que atingissem seu público-alvo, assim como a perda de recursos pela desorganização gerada, já que cada programa possuía seu coordenador, não havendo integração entre eles.

Para Silva (2008), alguns desafios precisam ser superados no PBF dos quais a:

Existência de programas concorrentes e sobrepostos nos seus objetivos e no seu público-alvo; ausência de uma coordenação geral dos programas, propiciando desperdício de recursos, além de insuficiência de recursos alocados; ausência de planejamento gerencial dos programas e dispersão de comando em diversos Ministérios; incapacidade no alcance do público-alvo conforme os critérios de elegibilidade estabelecidos pelos programas. (SILVA, 2008 p. 34)

Diante disso, a unificação veio com o intuito de melhor aplicação dos programas de transferência de renda, possibilitando uma maior organização, bem como a garantia de que o programa seria bem executado e atingiria todas as famílias que necessitam do benefício.

Para evitar que o programa seja aplicado de forma errônea, a Lei n.º 10.386/2004 traz condicionalidades para que uma família seja incluída no programa, descritas em seu artigo 2º. Existem, além das condicionalidades referentes à estrutura e à renda familiar, responsabilidades da família em relação à saúde, à educação e à assistência social, conforme demonstra o Quadro 4:

**Quadro 4.** Condicionalidades do Programa Bolsa Família.

	<b>Usuários</b>	<b>Compromissos</b>
<b>Saúde</b>	Crianças menores de 7 anos	Acompanhar o cartão de vacinação bem como o crescimento e desenvolvimento.
	Mulheres de 14 a 44 anos	Realizar o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento de sua saúde e do bebê.
<b>Educação</b>	Crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos	Estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85%.
	Adolescentes entre 16 e 17 anos	Frequência de no mínimo 75%.
<b>Assistência Social</b>	Crianças e adolescentes com até 15 anos, em situação de risco ou retiradas do trabalho infantil pelo PETI*	Devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do PETI, e obter frequência mínima mensal de 85%.

Fonte: Leal (2011).

Fica claro que pelo quadro as famílias possuem a responsabilidade de cumprir com obrigações sociais relacionadas à saúde e à educação para continuarem a receber o benefício, com uma agenda de compromissos com essas áreas, tendo em vista garantir que as crianças, principalmente, tenham acesso a todos os serviços, como a escola, a matrícula de todas as crianças da família em escolas é obrigação para manter o benefício, bem como a frequência escolar mínima. A área da saúde tem-se o cartão de vacinação e do crescimento e desenvolvimento das crianças até seis anos de idade e, ainda, da gravidez, parto e puerpério das mulheres. Devendo, ainda, as famílias arcarem com o compromisso de não expor suas crianças ao trabalho infantil. Essas condicionalidades fazem com que se contribua para a complementariedade dos serviços de assistência social, saúde e educação. (BRASIL, 2003).

De acordo com dados oficiais, no *ranking* de beneficiados pelo Programa Bolsa Família, o estado do Ceará assume a quarta posição em relação aos demais estados brasileiros e o Distrito Federal, beneficiando um total de 3,8 milhões de pessoas com um repasse no ano de 2012 de R\$ 1,6 bilhão, sendo destinado à capital, Fortaleza, o montante de R\$ 277,5 milhões, o que corresponde a 17,22% por cento do total. Dentre os principais municípios que recebem o benefício, cita-se: Fortaleza, Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Itapipoca, Crato, Maranguape, Canindé e Tianguá, atuando em todos os 184 municípios cearenses. (IPECE, 2013).

Costa (2014) elucida que do total de 1.088.160 famílias beneficiadas pelo Bolsa Família em 2014, 29.889 deixaram de receber o benefício, o que representa um percentual de 2,7%, isso, devido à revisão cadastral ocorrida no início de 2015, conforme é possível observar no Quadro 5:

**Quadro 5.** Revisão cadastral do Bolsa Família (2015)

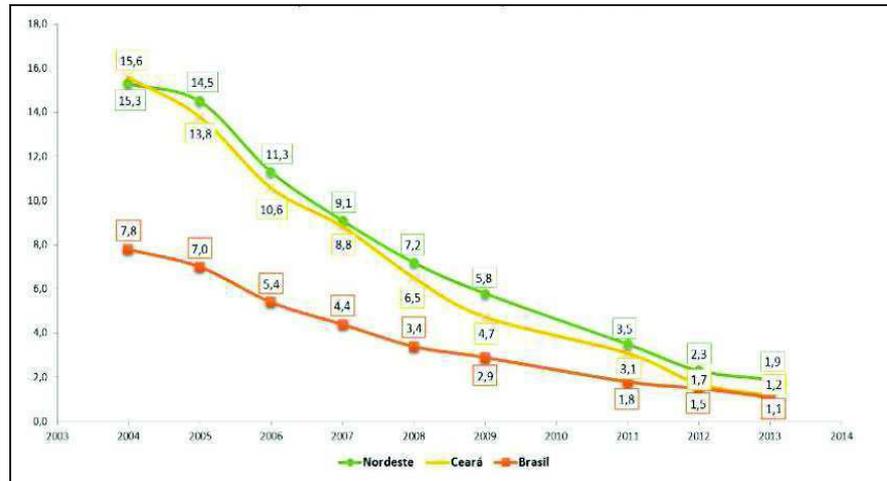
	<b>Brasil</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Ceará</b>	<b>Fortaleza</b>
Famílias beneficiárias (março/2015)	13.978.783	7.092.389	1.088.160	187.249
Famílias convocadas para participar da revisão	1.255.846 (35,8%)	624.888 (26,1%)	103.200 (29%)	20.041 (39,7%)
Famílias que informaram renda superior e saíram do programa	238.493	87.393	18.737	4.445
Famílias que não atualizaram os dados e saíram do programa	211.053	75.687	11.152	3.506
Total de famílias que saíram do programa	449.546 (3,2%)	163.080 (2,3%)	29.889 (2,7%)	7.951 (4,2%)
Saíram da extrema pobreza e deixaram de receber o benefício básico	197.704	79.265	15.321	4.326

FORNTE: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Fonte: MDS (2015) - <http://mdspravoce.mds.gov.br/>.

Vale destacar que a revisão cadastral acontece anualmente, tendo essas famílias deixado de receber o benefício em decorrência de ter alcançado renda mensal superior ao estipulado pelas regras, o que representa um dado positivo, já que sinaliza o incremento na circulação de dinheiros nas cidades. Salienta-se que do total de famílias que deixaram de receber o benefício, 11.152 famílias foram retiradas do programa por falta de atualização cadastral.

A redução dos índices de pobreza é fator indiscutível, de acordo com dados do MDS (2014), a pobreza no Estado reduziu em 93% nos últimos 10 anos (2004/2013), apresentando maior queda do que o Brasil, conforme ilustra o Gráfico 2 abaixo:

**Gráfico 02.** Redução do índice de pobreza no Estado do Ceará

Fonte: MDS (2014).

Como um dos motivos para essa grande redução o MDS (2014) cita o programa Bolsa Família, afirmando que as condicionalidades do programa trouxeram além do benefício da renda esforços para a escolaridade e para os indicadores de saúde. No que diz respeito ao IDF, Pádua destaca o crescimento desse índice:

O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) do Ceará, em 2012, foi de 0,6173, superior à média brasileira, que ficou em 0,6126. Dentre os nove estados do Nordeste, o desempenho cearense superou todos os resultados, inclusive quando comparado com os estados da região Norte. Em relação os aspectos da vulnerabilidade das famílias pobres e extremamente pobres, que mede como a formação da família limita seu desenvolvimento, o Ceará obteve o melhor resultado dentre os demais estados brasileiros (0,7688) O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) do Ceará, em 2012, foi de 0,6173, superior à média brasileira, que ficou em 0,6126. Dentre os nove estados do Nordeste, o desempenho cearense superou todos os resultados, inclusive quando comparado com os estados da região Norte. Em relação os aspectos da vulnerabilidade das famílias pobres e extremamente pobres, que mede como a formação da família limita seu desenvolvimento, o Ceará obteve o melhor resultado dentre os demais estados brasileiros (0,7688). (PÁDUA, 2013 p.1)

Apresentar o PBF partiu do pressuposto de compreender que tipo de sujeitos foi considerado para o desenvolvimento do trabalho proposto.

#### 4.1 O PBF na cidade de Redenção

Redenção é um município brasileiro do estado do Ceará. Localiza-se a uma altitude de 88 metros acima do nível do mar e a 55 km de distância de Fortaleza. Faz parte do polo serra de Guaramiranga. O município de Redenção recebe esse nome por ter sido a primeira cidade brasileira a libertar todos os seus escravos, com população estimada em 27.358 habitantes, de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) 2016.

Mapa de Redenção - CE



Conforme dados apresentados pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), no município de Redenção/CE, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2015 era de 5.889 dentre as quais:

- 3.164 com renda per capita familiar de até R\$77,00;
- 977 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$154,00;
- 1.318 com renda per capita familiar entre 154,00 e meio salário mínimo;
- 430 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou o mês de fevereiro de 2016, 3.807

famílias, representando uma cobertura de 100,6% da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 147,16 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 560.221,00 no mês.

O universo desta pesquisa foi formado por beneficiários do Programa Bolsa Família da cidade de Redenção – CE, que possui o total de 5.889 famílias inscritas no Cadastro Único até dezembro de 2015. Para fins de amostra, fez-se a seleção de 100 famílias beneficiárias, sendo 60 residentes em área urbana e 40 em área rural. Os respondentes em sua maioria eram titulares do cartão Bolsa Família, somente 06 deles eram companheiros dos titulares.

Para coleta de informações realizamos inicialmente, a pesquisa de dados secundários, através da leitura e análise de livros, periódicos e pesquisas sobre o assunto e, posteriormente a coleta de dados com os sujeitos do PBF utilizando um instrumental semiestruturado que se encontra como apêndice deste documento. Vale destacar que, por se tratar da realização de pesquisa com sujeitos o estudo perpassou por todos os procedimentos relacionados ao Conselho de Ética em Pesquisa.

A análise dos dados levantados foi realizada utilizando a abordagem quantitativa e qualitativa, visto que foram quantificadas as respostas dadas pelos sujeitos desta pesquisa, utilizando o programa *Microsoft Excel* para tabulação dos dados e elaboração de tabelas e gráficos, além da interpretação destes. Dessa forma, não carrega apenas quantidade, mas a subjetividade expressa pela interpretação sociológica dos dados.

Vale ressaltar que uma das prerrogativas do estudo foi a garantia do sigilo a todos os participantes, não havendo nenhum constrangimento ou tratamento preconceituoso das pessoas que não se dispuseram a participar da mesma.

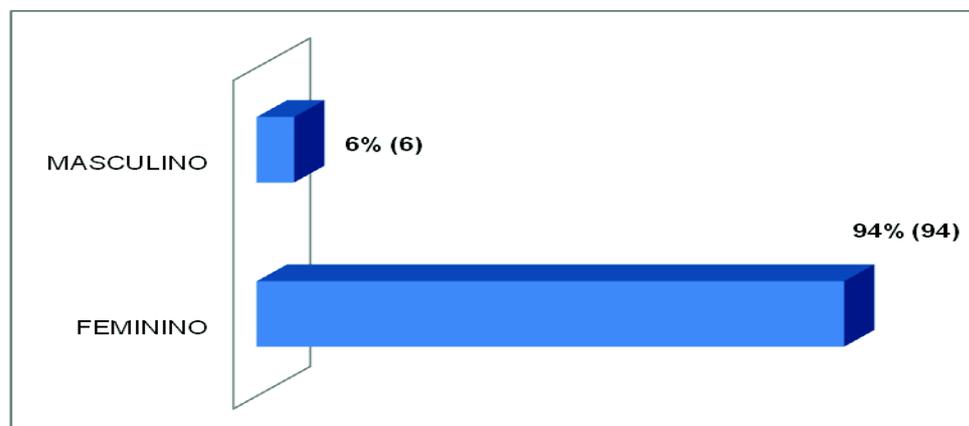
Das 100 famílias que participaram da pesquisa, 94% dos respondentes foram mulheres. Não se tratou de uma escolha do pesquisador, mas do fato que a maioria dos beneficiários do respectivo programa são do sexo feminino.

Os dados foram analisados de forma clara e seletiva para que os resultados fossem visíveis e objetivos. Os dados obtidos a partir do formulário de coleta de dados estão apresentados a seguir.

## 4.2 Análise sobre a “Saúde Financeira” dos beneficiários do PBF na cidade de Redenção, Ceará.

O endividamento social não é uma questão relacionada, unicamente à pobreza. Ele atinge as pessoas, independente da classe social. As pesquisas nacionais e até mundiais vêm mostrando que aparentemente, as mulheres são as mais afetadas e, a classe média está no *ranking*. Não foi foco deste trabalho, realizar a análise sobre essa situação no Brasil, mas, especificamente, entender como anda a “saúde financeira” dos beneficiários do PBF na cidade de Redenção no Ceará.

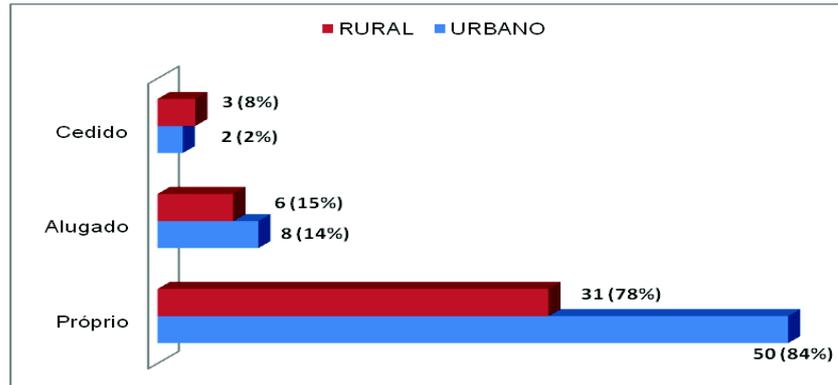
Nesta etapa descreve-se o perfil dos participantes desta pesquisa, destacando-se que todos os titulares do Bolsa Família que participaram desta pesquisa eram do sexo feminino, todavia, 6% dos respondentes eram homens, respondendo como companheiros das beneficiárias. De acordo com Nascimento (2016), as mulheres são as principais destinatárias do Bolsa Família, sendo escolhidas para representar a família no recebimento do benefício.



**Gráfico 03. Distribuição dos participantes por gênero**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Conforme é possível verificar no Gráfico 04, a maior parte dos participantes desta pesquisa residem em domicílios próprios (84%) na área urbana e 78% na área rural, enquanto 8% da área urbana e 6% da área rural residem em domicílio alugado e 2% da área urbana e 8% da área rural residem em domicílios cedidos. Assim, verifica-se predominância de moradias próprias entre os participantes da pesquisa.

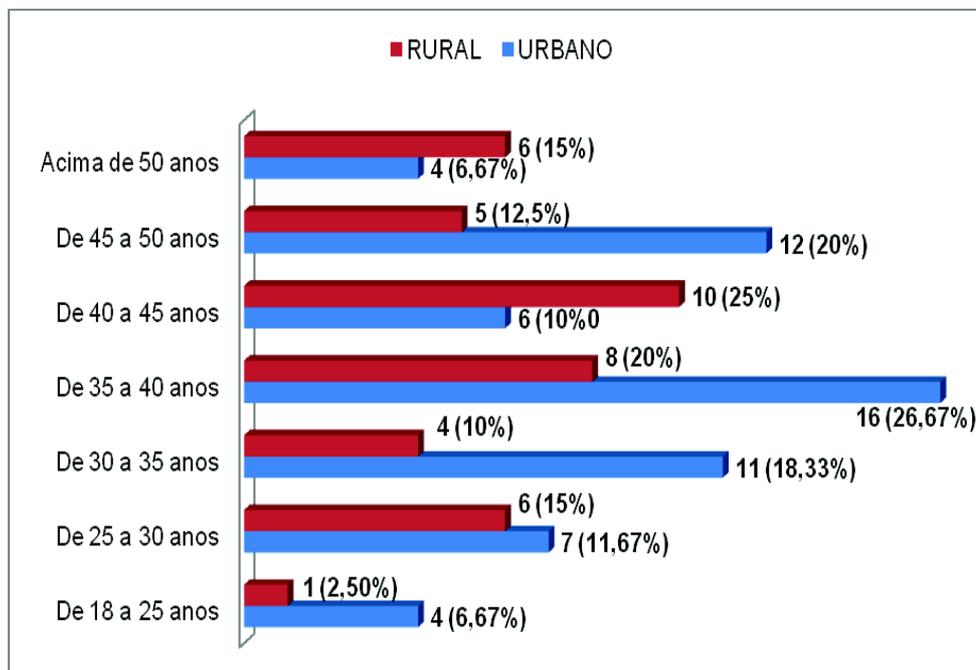


**Gráfico 04. Distribuição dos participantes por tipo de domicílio**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Como demonstra o Gráfico, o público que participou desta pesquisa pode ser considerado como maduro, já que a maior parte possui acima de 35 anos. Mais especificamente, na área urbana verifica-se que 6,67% possui entre 18 e 25 anos, 11,67% possui entre 25 e 30 anos, 18,33% possui de 30 a 35 anos, 26,67% entre 35 e 40 anos, 20% de 45 a 50 anos e 6,67% possui acima de 50 anos.

Por sua vez, entre os participantes da área rural 2,5% possui de 18 a 25 anos, 15% possui de 25 a 30 anos, 10% de 30 a 35 anos, 20% de 35 a 40 anos, 25% de 40 a 45 anos, 12,5% de 45 a 50 anos e 15% acima de 50 anos.

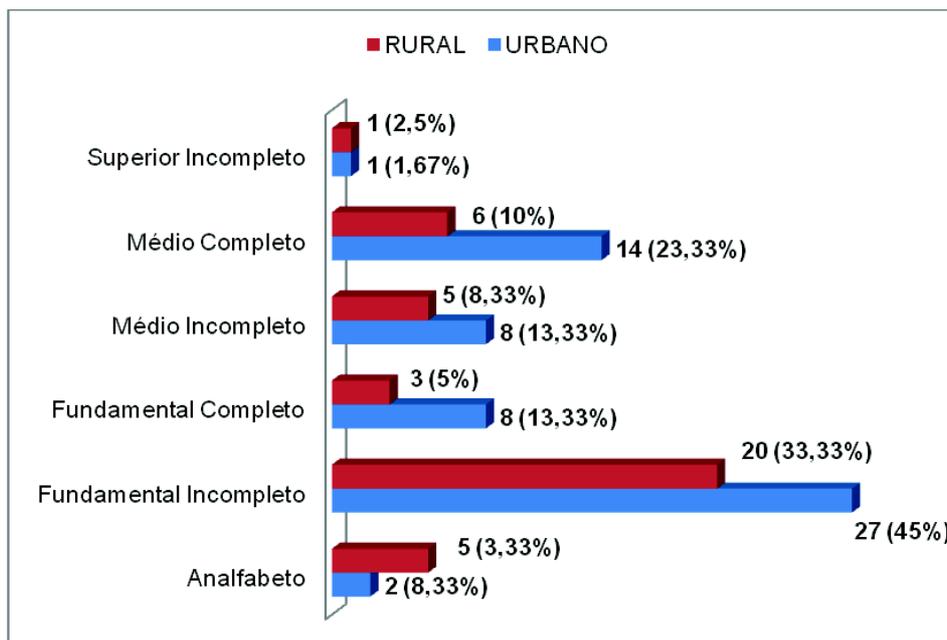


**Gráfico 05. Distribuição dos participantes por faixa etária**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Verificamos que a baixa escolaridade é predominante dentre os envolvidos na pesquisa. Observa-se neste gráfico em acima, tanto os de área urbana quanto rural possuem apenas o Ensino Fundamental Incompleto (45% e 33,33%, respectivamente), fator que é realidade de muitas famílias brasileiras que são beneficiárias do referido programa. Os demais participantes ficaram distribuídos em, considerando a posição dos percentuais em área urbana e área rural: 8,33% e 3,33% analfabetos; 13,33% e 5% fundamental completo; 13,33% e 8,33% médio incompleto; 23,33% e 10% médio completo e 1,67% e 2,5% superior incompleto.

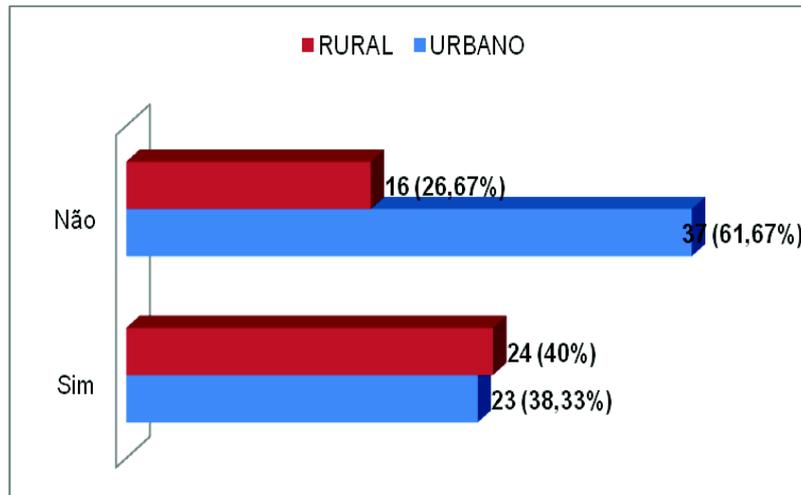
Rabelo (2011) ressalta que a baixa escolaridade é comum entre beneficiários do Programa Bolsa Família, visto ser uma realidade das pessoas de baixa renda com idade mais avançada, já que por muito tempo ficaram excluídos e tiveram dificuldade para concluir seus estudos, por vezes, precisando abandonar os estudos para trabalhar e ajudar no sustento da família.



**Gráfico 06. Distribuição dos participantes por escolaridade**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Quando questionados sobre se estavam ou não trabalhando foi verificado que há um “equilíbrio” de respostas, conforme expostos no Gráfico:

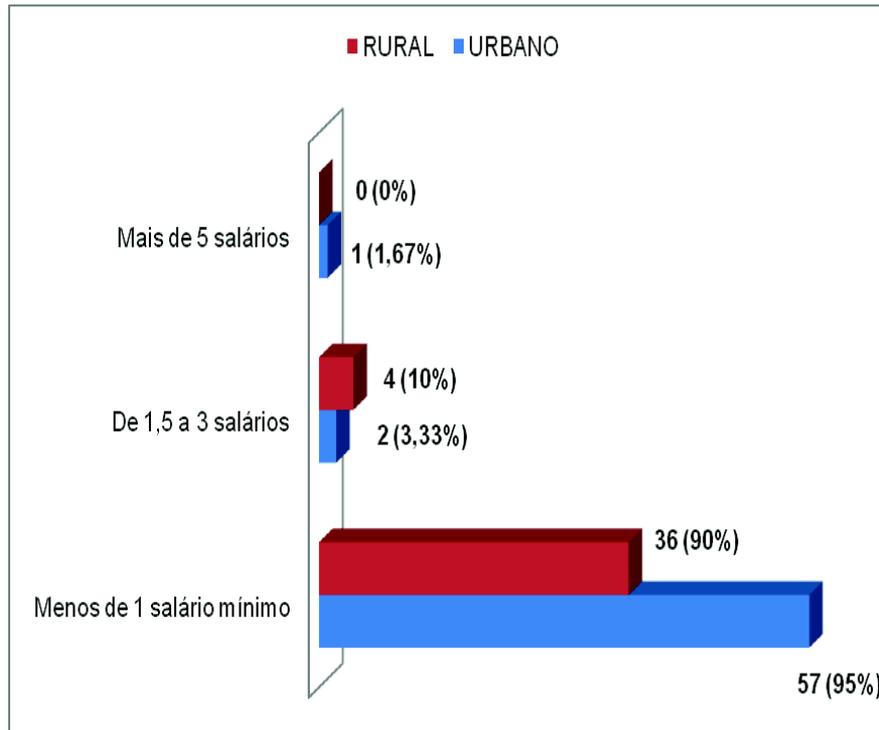


**Gráfico 07. Distribuição dos participantes por ocupação**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Percebemos que o maior índice de desemprego se encontra, principalmente na área urbana, que apresentou 61,67% dos que não trabalham, enquanto na área rural esse percentual foi de 26,67%. Ressalta-se que 38,33% dos participantes da área urbana e 40% da área rural estão trabalhando atualmente. Sendo que destes, 40% trabalham como domésticas, seguido de 29% que se intitulam como donas de casa. Já na parte rural, a maior parte é dona de casa com 38% de representação e 33% trabalha como doméstica. Ressalta-se que em percentuais menores também se encontram outras ocupações profissionais como de agricultora com 28% na área rural e 19% na área urbana.

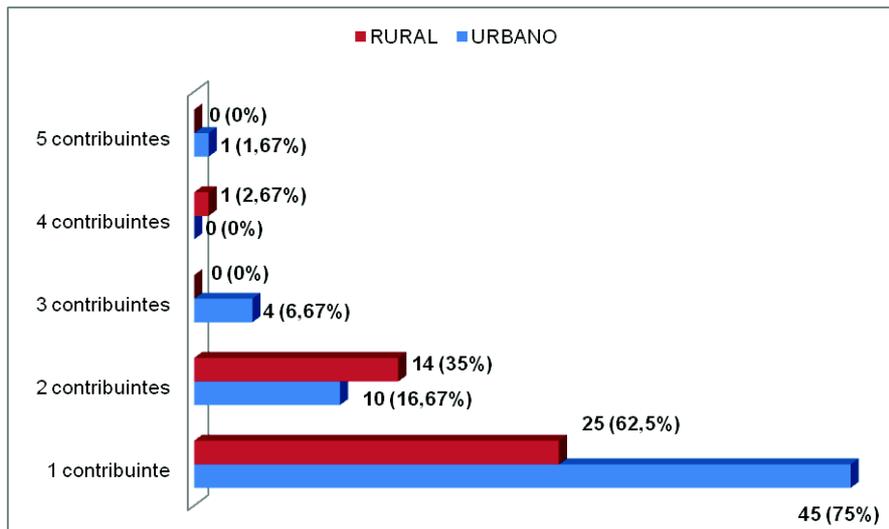
Para a maioria dos respondentes, a situação da renda familiar, número de filhos e consumo auxilia na verificação da “saúde” financeira das famílias, visto que são variáveis que influenciam diretamente no endividamento e no uso dos recursos que têm disponíveis.



**Gráfico 08. Distribuição dos participantes por renda familiar**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Iniciando a análise pela renda familiar, podemos verificar que das famílias pesquisadas: na área urbana, 95% das famílias recebem menos de 01 salário mínimo, enquanto 3,33% recebem de 1,5 a 3 salários mínimos por mês e 1,67% recebem mais de 05 salários mínimos. Já na área rural, 90% recebem menos de 01 salário mínimo e 10% recebem de 1,5 a 3 salários. Ratifica-se o estudo com famílias de baixa renda.

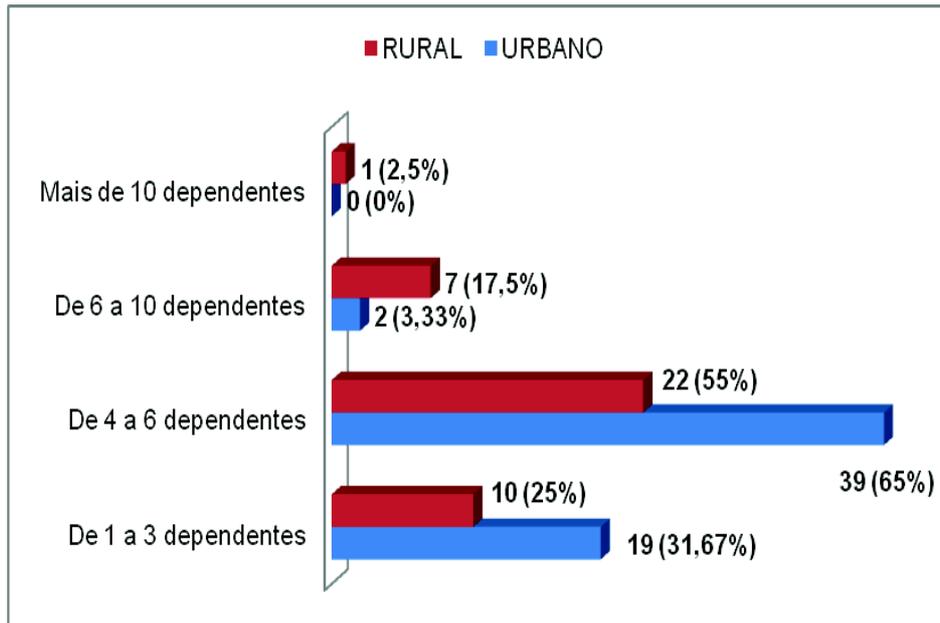


**Gráfico 09. Contribuição dos participantes na renda familiar**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Para ter melhor noção sobre a constituição da renda familiar foi perguntado aos participantes quantas pessoas contribuíam para a renda recebida por mês. Os resultados estão ilustrados no Gráfico:

De forma semelhante na área urbana e na área rural a renda familiar da maior parte dos beneficiários que participaram desta pesquisa possui apenas 01 (um) contribuinte, sendo 75% da área urbana e 62,5% na área rural. Nos demais participantes da área urbana 16,67% possui 2 pessoas que contribuem em sua renda familiar, 6,67% possui 3 contribuintes e 1,67% possui 5 contribuintes. Por sua vez, na área rural 35% possui 2 contribuintes, 6,67% possui 3 contribuintes e 2,67% possui 4 contribuintes. Pode-se dizer que a maior parte das famílias, considerando área rural e urbana um percentual de 70%, possui um indivíduo atuando como arrimo, sendo responsável pela renda familiar.



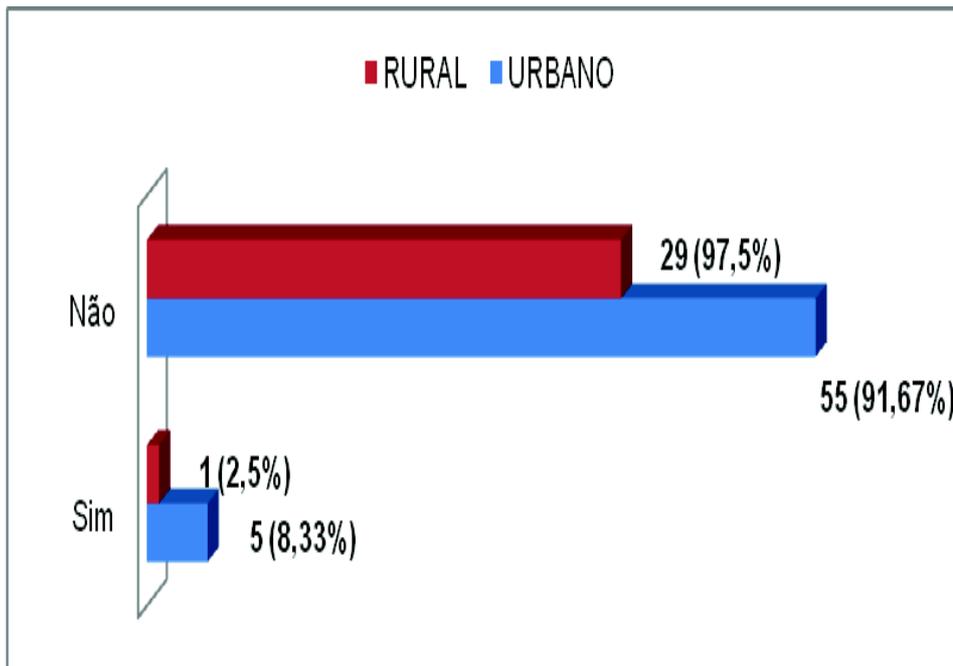
**Gráfico 10. Número de dependentes na renda familiar**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Além de conhecer o número de contribuintes, também foi buscado o número de dependentes que vivem a partir dessa renda mensal. Os resultados são apresentados no Gráfico:

Observa-se que na área urbana 31,67% dos participantes desta pesquisa possui de 1 a 3 dependentes na renda familiar, 65% possui 4 a 6 dependentes e 3,33% de 6 a 10 dependentes. Enquanto na área rural 25% possui de 1 a 3 dependentes, 55% de 4 a 6 dependentes, 17,5% de 6 a 10 dependentes e 2,5% mais de 10 dependentes. Considerando que a maior parte dos participantes da pesquisa possui menos de 1 salário mínimo como renda e um número alto de dependentes, é possível perceber que os recursos disponíveis são mínimos para conseguir arcar com todas as necessidades familiares.

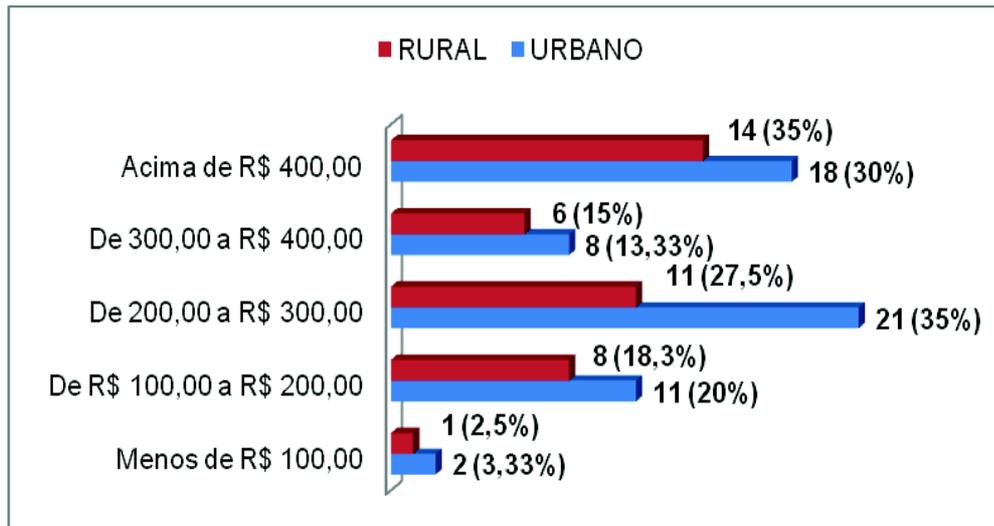
Outro fator verificado em relação aos recursos recebidos pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que participaram desta pesquisa foi se recebiam auxílio de algum outro programa social do Governo. Os resultados demonstraram que 91,67% dos beneficiados da área urbana e 97,5% da área rural não recebem nenhum outro benefício, enquanto 8,33% da área urbana e 2,5% da área rural recebem outro benefício, conforme demonstra o Gráfico:



**Gráfico 11. Participação em outro programa do Governo**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Ressalta-se que os programas recebidos por parte dos participantes além do Programa Bolsa Família citados foram: Aposentadoria, Auxílio Moradia e Alimentação e Auxílio Social. Com o intuito de verificar a saúde financeira dos familiares, tendo em vista que existe um fluxo de entrada e saída de recursos mensalmente nas famílias, foram verificados os custos e despesas com alimentação, habitação, aluguel, manutenção do lar (limpeza, móveis, eletrodomésticos, consertos, etc.), transporte urbano, energia e água, transporte pessoal, higiene, saúde, educação e outros gastos.



**Gráfico 12. Distribuição de renda por despesas com alimentação**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

As despesas das famílias com alimentação em sua maior parte na área urbana (35%) gasta entre R\$200,00 e R\$ 300,00, seguido de 30% que gasta acima de R\$ 400,00, 20% que gasta de R\$ 100,00 a R\$ 200,00, 13,33% de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 e 2,33% gasta menos de R\$ 100,00. Enquanto na área rural a maior parte (35%) gasta mais de R\$ 400,00, seguido de 27,5% que gasta de R\$ 200,00 a R\$ 300,00, 18,3% de R\$ 100,00 a R\$ 200,00, 15% de R\$ 300,00 a 400,00 e 2,5% menos de R\$ 100,00.

Não foram indicados pelos participantes custos com habitação, todavia, 15% do total de participantes informaram ter custos mensais com aluguel. Ratifica-se que a maior parte dos participantes, 85% tanto da área urbana quanto da área rural, não possuem custo com aluguel. Entre os 15% restantes da área urbana, 2,33% possui custo de menos de R\$ 100,00 com aluguel por mês, 5% de R\$ 100,00 a R\$ 200,00, 1,67% de R\$ 200,00 a R\$ 300,00, 1,67% de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 e 3,33% acima de R\$ 400,00. Por sua vez, os 15% da área rural estão distribuídos em: 2,5% possui custo de menos de R\$ 100,00; 5% de R\$ 100,00 a R\$ 200,00, 5% de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 e 2,5% acima de R\$ 400,00.

A pesquisa revela que 8,33% dos participantes de área urbana e 12,5% de área rural afirmam não possuir custos com manutenção do lar, todos os demais estimaram valor mensal com essa despesa. Na área urbana, 56,67% dos participantes e na rural 60%, gastam menos de R\$ 50,00 com manutenção de seus

lares, enquanto 25% da urbana e 17,5% da rural gastam de R\$ 50,00 a R\$ 100,00. 8,33% da área urbana e 7,5% da área rural gastam de R\$ 100,00 a R\$ 200,00 e 1,67% da área urbana e 2,5% da área rural gastam de R\$ 200,00 a R\$ 300,00.

As despesas com vestuário também foram estimadas pelos beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram deste estudo. Foi possível computar que 14, 26,67% da área urbana e 6,67% da área rural afirmam não possuir despesas com vestuário. A maior parte tanto da área urbana (45%) quanto da área rural (36,67%) afirma gastar entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00. 11,67% da área urbana e 5% da área rural gastam de R\$ 200,00 a R\$ 300,00 com vestuário, 3,33% da área urbana e 6,67% da área rural gastam de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 e 5% da área urbana e 3,33% da área rural gastam mais de R\$ 500,00 com vestuário.

Em relação aos gastos com transporte urbano verificou-se que 70% dos beneficiários que participaram desta pesquisa afirmaram não possuir estes custos, sendo 78,33% da área urbana e 57,5% da área rural. 13,33% dos participantes da área urbana e 40% da área rural afirmam gastar menos de R\$ 50,00 com transporte urbano, enquanto 5% dos participantes da área urbana e 2,5% da área rural gastam de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 por mês com transporte urbano e 3,33% da área urbana afirmaram gastar de R\$ 100,00 a R\$ 200,00 com esse serviço.

Em relação aos custos com energia e água, 5% dos participantes da pesquisa informaram não ter esses custos, sendo 6,67% da área urbana e 2,5% da área rural. Foi possível perceber que a maior parte dos participantes desta pesquisa da área urbana (56,57%) e da área rural (57,5) pagam de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 de energia por mês, enquanto 15% de cada área pagam menos de R\$ 50,00, 20% da área urbana e 10% da área rural pagam de R\$ 100,00 a R\$ 150,00, 8,33% e 2,5% de R\$ 150,00 a R\$ 200,00 e 3,33% (urbano) e 2,5% (rural) pagam acima de R\$ 200,00 por mês.

Os custos mensais com transporte pessoal também foram verificados, sendo solicitado que os participantes estimassem os custos com combustível e manutenção de veículos. Segundo os respondentes, esse não é um gasto comum entre os beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram deste estudo, considerando que 82,5% dos participantes da área urbana e 63,33% da área rural afirmaram não ter custos com transporte pessoal. Entre os demais, 16,67% da área urbana e 12,5% da área rural afirmaram gastar menos de R\$ 50,00, 15% da área

urbana e 2,5% da área rural gastam de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 por mês com transporte pessoal, 3,33% da área urbana e 2,5% da área rural gastam de R\$ 100,00 a R\$ 150,00 e 1,67% da área urbana acima de R\$ 150,00.

A pesquisa revelou que em relação aos gastos dos participantes com higiene poucos possuem custos com higiene, sendo 13,33% da área urbana e 10% da área rural. Dos que possuem custos com higiene, 13,33% da área urbana e 22,5% da área rural afirmam ser menos de R\$ 50,00, 50% da área urbana e 52,5% da área rural afirmam gastar de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 por mês com higiene, 13,33% da área urbana e 12,5% da área rural afirmam gastar de R\$ 100,00 a R\$ 150,00 e 10% da área urbana e 2,5% da rural afirmam gastar de R\$ 150,00 a R\$ 200,00.

Os custos mensais com saúde também foram verificados nesta pesquisa, que identificou que 45% dos participantes da área urbana e 31,67% da área rural não possuem gastos nesse setor. Dos participantes que afirmaram ter custos com saúde 31,67% da área urbana e 15% da área rural afirmam ser menos de R\$ 50,00, 18,33% da área urbana e 13,33% da área rural afirmam ser de R\$ 50,00 a R\$ 100,00, 1,67% da área urbana e 1,67% da área rural de R\$ 100,00 a R\$ 150,00 e 1,67% da área urbana e 3,33% da área rural de R\$ 150,00 a R\$ 200,00.

Ainda verificando os gastos mensais dos beneficiários do Programa Bolsa Família foi solicitado que eles estimassem como eles estão empregando seus recursos na educação.

Com relação às despesas com educação, 12, 28,33% dos participantes da área urbana e 15% da área rural informaram não ter custos nesse setor. Dentre os que informaram ter custos com educação foi possível verificar que a maior parte da área urbana (43,33%) e da área rural (16,67%) gastam entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00 por mês com educação, enquanto 13,33% (urbana) e 11,67% (rural) gastam menos de R\$ 50,00, 11,67% (urbana) e 15% (rural) de R\$ 100,00 a R\$ 200,00, 10% (urbana) e 13,33% (rural) de R\$ 200,00 a R\$ 300,00 e 1,67 (urbana) mais de R\$ 300,00 por mês em educação.

Finalizando a análise dos custos mensais dos participantes desta pesquisa foi pedido que eles estimassem quanto precisavam por mês para outros gastos que não os já citados. Poucos participantes possuem outras despesas, visto que a maioria (95% urbano e 92,5% rural) afirmam não ter esses custos. Dos que afirmam possuir esses custos 7,5% da área rural dizem ser menos de R\$ 50,00,

1,67% da área urbana gasta de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 e 1,67% também da área urbana gasta de R\$ 100,00 a R\$ 150,00, devendo-se destacar que esses gastos não foram especificados pelos participantes.

A partir do conhecimento da renda familiar e dos gastos mensais dos beneficiários do Programa Bolsa Família foi perguntado se sobrava dinheiro ao final do mês. Dos respondentes, 97,5% da área urbana e 90% da área rural afirmaram não sobrar dinheiro ao final do mês, 2,5% da área rural informou sobrar dinheiro, todavia não informou o que fazia com o dinheiro que sobrava, enquanto 10% afirmou depender do mês, com 1 indivíduo justificando fazer investimento com o valor que sobra.

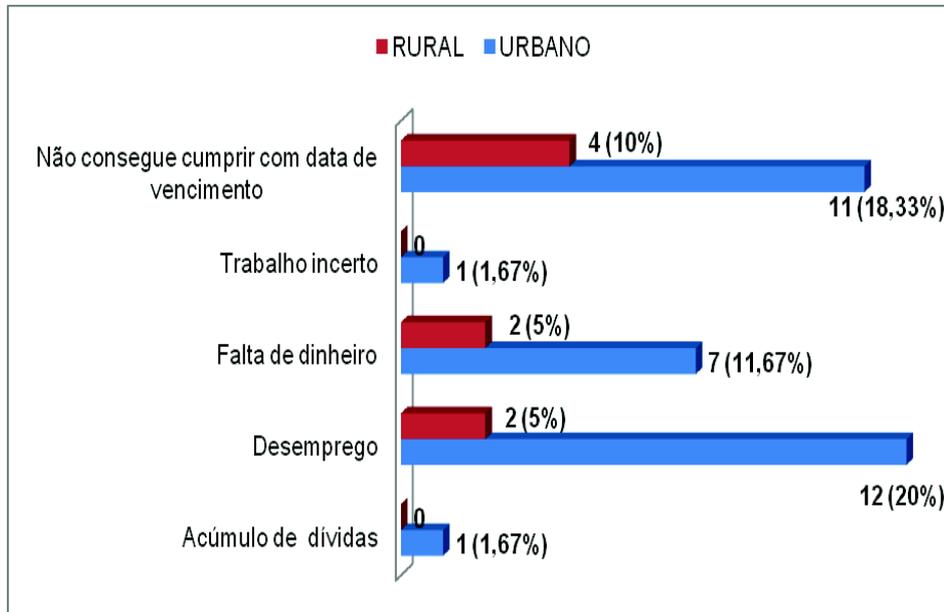
Ressaltamos que conforme informado pelos participantes da pesquisa, por vezes as famílias possuem mais de um beneficiário do Programa Bolsa Família. No caso das famílias respondentes em média 60% possuem 02 (dois) beneficiários; 25% em média 01 beneficiários e mais ou menos 5% da possuem até três e 04 beneficiários e um percentual de 10% chega a possuir até 05 beneficiários do Programa.

Quando questionados sobre a aplicação dos recursos do Programa Bolsa Família, a maioria revelou que utiliza para as despesas com as crianças ou para as despesas com alimentação. Contudo, entram nessa linha outros gastos relacionados, mas que a maioria dos benefícios embora relacionados para as crianças, chega a beneficiar toda a família.

Para analisar a “saúde” financeira dos beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram desta pesquisa foi verificado os fatores que envolvem o endividamento desse público, iniciando com a verificação de ocorrência de dívidas de acordo com a modalidade de pagamento: crediário, empréstimo e cartão.

Como podemos perceber a maior parte dos participantes tanto da área urbana (63,33%) quanto da área rural (75%) possuem endividamento com crediário, enquanto 36,67% da zona urbana e 25% da zona rural não possuem esse tipo de endividamento. O endividamento por empréstimos bancários é menos representativo entre os participantes desta pesquisa, com 30% da área urbana e 25% da área rural com esse tipo de dívida e 70% da área urbana e 75% da área rural que negam ter esses empréstimos. A dívida com cartão de crédito apontou 51,67% dos participantes afirmando ter dívidas com cartão de crédito e 48,33% afirmando não ter

esse tipo de dívida. Já na área rural, 62,5% afirma ter dívidas com cartão, enquanto 37,5% afirmam não ter.



**Gráfico 13. Motivação para atrasar situação financeira dos beneficiários**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

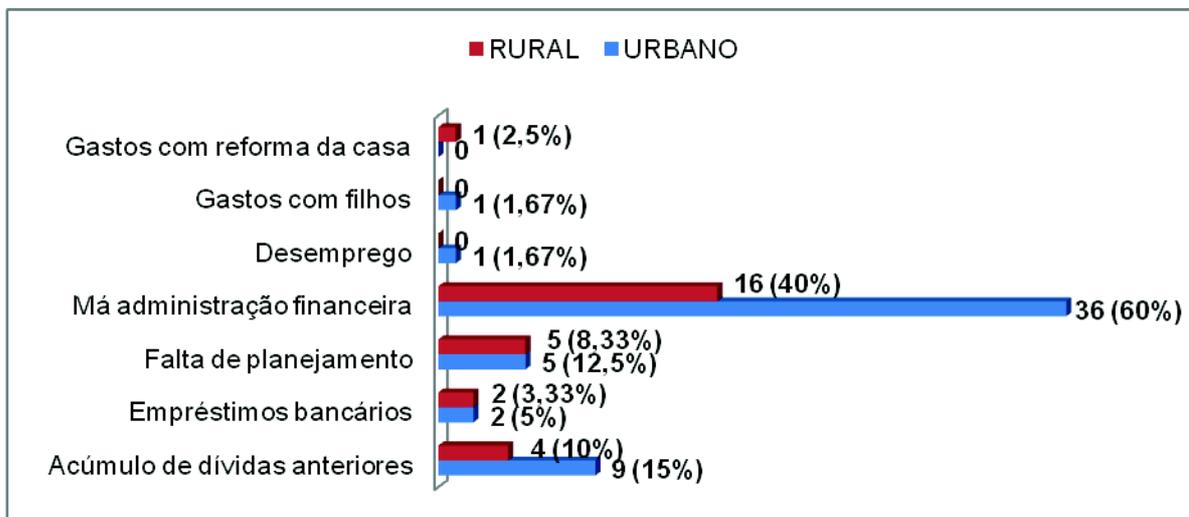
Questionados sobre a situação da quitação das dívidas, boa parte dos participantes afirma não está com as dívidas em dias, tanto da área urbana (53,33%) quanto da área rural (60%), enquanto 31,67% da área urbana afirma ter suas dívidas em dias, assim como 30% da área rural.

Conforme é possível observar no Gráfico, que a maior parte dos participantes endividados da área urbana justifica com o desemprego (20%), seguido daqueles que afirmam que não conseguem cumprir com a data de vencimento do cartão (18,33%), a falta de dinheiro é destacada por 11,67% dos participantes e o trabalho incerto (1,67%) e o acúmulo de dívidas (1,67%) também são citados por eles. Já na área urbana, a maior parte afirma não conseguir cumprir as datas de vencimento das dívidas (10%), seguido daqueles que justificam com desemprego (5%) e por falta de dinheiro (5%).

Segundo informações coletadas, metade dos indivíduos que estão endividados da área urbana (50%) devem até R\$ 500,00, enquanto na área rural 27,5% devem esse valor. 25% da área urbana devem de R\$ 500,00 a R\$ 1000,00,

30% da área rural devem esse mesmo valor. Os demais valores se apresentam com menor percentual: de R\$ 1000,00 a R\$ 1.500,00 (3,33% na área urbana e 2,5% na área rural), de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00 (5% área urbana e 5% área rural); R\$ 3.000,00 (1,67% área urbana) e R\$ 4.000,00 (6,67% área urbana e 2,5% área rural).

Ainda investigando a “saúde” financeira foi pedido que os participantes informassem os motivos que os levaram ao endividamento, o resultado é ilustrado no Gráfico:



**Gráfico 14. Situação de endividamento**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

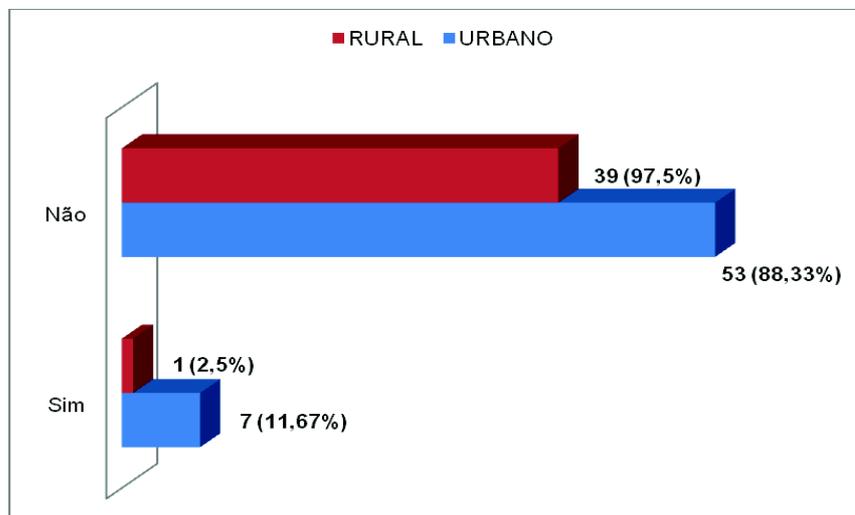
A má administração financeira foi o principal motivo apontado pelos participantes, tanto da zona urbana (60%) quanto da zona rural (40%), assim para eles não saber como aplicar o salário que recebem é o principal motivo para estarem em situação de dívida. Também foram apontadas outras motivações como: gastos a reforma da casa (2,5% - área rural), gastos com filhos (1,67% - área urbana), desemprego (1,67% - área urbana), falta de planejamento (12,5% - área urbana e 8,33% - área rural), empréstimos bancários (5% - área urbana e 3,33% área rural) e acúmulo de dívidas (15% área urbana e 10% - área rural).

A partir do conhecimento da “saúde” financeira dos participantes da pesquisa buscou-se saber as estratégias que eles utilizam para resolver seus problemas com dívidas, como é possível observar que, a maior parte dos participantes tanto da área urbana (48,33%) quanto da área rural (40%) afirmam

recorrer a familiares para solucionar seus problemas, enquanto 21,67% da área urbana e 7,5% da área rural afirmam recorrer a agiotas, 15% da área urbana e 15% da área rural afirmam recorrer a outras formas como fazer “bicos”, ou seja, fazer trabalho extra, e 5% da área urbana e 10% da área rural afirmam recorrer aos bancos.

Os trabalhos extras, conhecidos como “bico” são procurados pela maior parte dos participantes que recorrem a outras formas, sendo 15% na área urbana e 10% na área rural. Dentre as outras formas citadas pelos participantes da área urbana se tem o pagamento devagar das dívidas (1,67%), recorrer ao chefe (1,67%) e nenhuma forma utilizada (1,67%). A partir da análise da “saúde” financeira dos participantes desta pesquisa fica clara a necessidade de educação financeira, sendo verificado o assunto em sua percepção no tópico a seguir.

Para verificar a percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram desta pesquisa sobre educação financeira foi inicialmente perguntado se eles receberam algum curso para orientá-los na utilização dos recursos do programa. O resultado está ilustrado a seguir:



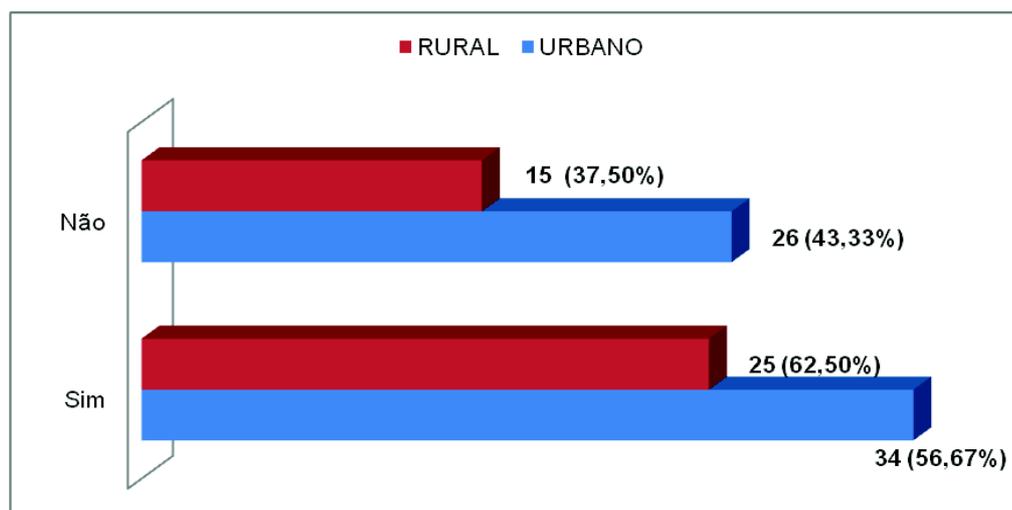
**Gráfico 15. Participação em curso de orientação financeira**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Como podemos verificar no Gráfico, grande parte dos participantes não tiveram acesso a cursos de educação financeira, 88,33% da área urbana e 97,5% da área rural, sendo informado por esses participantes o desconhecimento da existência de um curso como esse, que não havia sido informado ou oferecido pelo

Município e também que não buscaram informações sobre o assunto. Dentre os que fizeram o curso, 11,67% da área urbana e 2,5% da área rural, 11,67% informou ter feito o curso “Por uma vida melhor: educação financeira sem fronteira”. O referido curso é composto por oficinas a serem realizadas pelos beneficiários, cada uma com carga horária de 20h, totalizando 80h, oferecidas nos quatro municípios do Maciço de Baturité: Acarape, Aracoiaba, Barreira e Redenção. Importante mencionar que se trata de uma iniciativa é da Coordenação de Extensão e Ações Comunitárias, da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão da Unilab.

Em seguida foi perguntado se os participantes desejavam fazer um curso voltado para a orientação de uso dos recursos do Programa Bolsa Família, verificando-se que 56,67% da área urbana e 62,50% da área rural afirmam ter vontade de fazer um curso desse tipo, enquanto 43,33% da área urbana e 37,50% da área rural afirmam não ter vontade, como demonstra o Gráfico:



**Gráfico 16. Realização de curso de orientação financeira**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

A administração financeira é a mais buscada pelos participantes da pesquisa tanto da área urbana (26,67%) quanto pela área rural (42,50%). A educação financeira é citada por 13,33% da área urbana e 5% da área rural, 2,5% da área rural citam também um curso de finanças pessoais e 16,67% da área urbana e 12,5% da área rural mencionam um curso de planejamento familiar.

Diante do estudo foi possível verificar que os participantes desta pesquisa possuem dificuldade de utilizar os recursos que recebem do Programa Bolsa Família, estando com sua “saúde” financeira prejudicada, com pouco acesso a curso de orientação na área, as pessoas desejam se capacitar para controlar suas próprias finanças.

Em Redenção – CE, são 3.807 famílias atualmente recebendo o benefício até fevereiro de 2016, mas, ainda existem 5.889 cadastradas no CadÚnico esperando entrar no programa até dezembro 2015, conforme informações de Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Desta forma, durante a realização desta monografia, foi possível fazer um estudo acerca da Educação Financeira no Brasil, a qual, conforme se pode notar, ainda se encontra bastante deficiente segundo os teóricos e as entidades financeiras e de pesquisa utilizadas para o embasamento teórico do trabalho. A pesquisa também foi embasada em uma pesquisa de campo com beneficiários do Programa Bolsa Família do município de Redenção – CE, com quem foi aplicado um questionário com o intuito de levantar a situação de endividamento social do PBF na cidade de Redenção no Ceará.

O superendividamento ainda é bastante preocupante, poucos possuem conhecimentos necessários para gerenciar suas finanças e tornar seu orçamento pessoal capaz de arcar com os pagamentos obrigatórios, os gastos variáveis, e ainda, poupar parte de sua renda. Pelo contrário, fazendo muitas vezes empréstimos para pagar outras dívidas em atraso, ocorrendo o que é comumente chamada “bola de neve”. As dívidas se acumulam e fica cada vez mais difícil a organização financeira.

Durante a pesquisa foi possível compreender que a educação financeira pode contribuir para diminuir o endividamento social no Brasil, trazendo conhecimento aos indivíduos de como administrar seus recursos, reduzindo gastos que podem ser considerados desnecessários, tendo em vista que o consumismo é um dos maiores vilões dessa problemática.

Dentre os resultados encontrados nesta pesquisa destaca-se as despesas mensais dos beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram desta pesquisa, como alimentação, higiene, educação, energia e água, chamando atenção o fato de a maior parte dos beneficiários tanto da área urbana quanto da área rural afirmarem ter custos com vestuário de R\$ 100,00 a R\$ 200,00 por mês, visto que

muitos não possuem renda ou recebem cerca de 1 salário mínimo, com esse gasto representando cerca de 20% do valor recebido mensalmente.

Foi possível identificar que quando as famílias enfrentam endividamento recorrem aos seus familiares para conseguir crédito, sendo relatada também a busca por empréstimos bancários e com agiotas, encontrando nesses meios a solução, mesmo que parcial, para seus problemas financeiros.

Entre os beneficiários que participaram desta pesquisa poucos foram os que tiveram acesso ao curso de Educação Financeira, sendo possível afirmar que esta não tem qualquer influência nas decisões econômicas dos beneficiários do PBF da cidade de Redenção, visto que nem mesmo possuem conhecimento sobre o assunto.

Nesse contexto, ao final do estudo foi possível verificar a problemática do endividamento das famílias que recebem benefício do Programa Bolsa Família, sendo verificada neste estudo a necessidade de educação financeira a esse público, considerando que o principal motivo de endividamento foi a má administração financeira, sendo o recursos aplicados de forma errada, prejudicando a saúde financeira dessas famílias. Constata-se que foi possível alcançar os objetivos traçados, bem como responder o problema levantado nesta monografia, chegando-se à conclusão de que a educação financeira é fundamental para o equilíbrio do orçamento doméstico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde financeira dos beneficiários do programa bolsa família no município de Redenção ainda é bastante preocupante e, poucos possuem conhecimentos necessários para gerenciar suas finanças e tornar seu orçamento pessoal capaz de arcar com os pagamentos obrigatórios, os gastos variáveis, e ainda, poupar parte de sua renda. Pelo contrário, fazendo muitas vezes empréstimos para pagar outras dívidas em atraso, ocorrendo o que é comumente chamado de “bola de neve”. As dívidas se acumulam e ficam cada vez mais difícil a organização financeira

Em consequência da má administração financeira foi verificada como principal motivo registrado pelos participantes desta pesquisa, tanto da zona urbana quanto da zona rural, que eles não sabem como aplicar o benefício que recebem, sendo esta a principal causa para estarem em situação de dívidas. Por um lado, foram verificados os fatores que envolvem o endividamento desse público, iniciando com a análise de ocorrência de dívidas de acordo com a modalidade de pagamento: crediário, empréstimo e cartão. Vale ressaltar que os beneficiários do programa bolsa família de município de Redenção, aparentemente, com a maioria dos consumidores e consumidoras não realizam o acompanhamento do orçamento familiar, não observa como o seu benefício esta sendo investido, não seguem suas despesas passo a passo e, inevitavelmente acabam gastando além do que deveriam ou poderiam.

Diante dos fatos demonstrados pelos resultados deste trabalho, a educação financeira parece exercer relevância na sociedade e na vida de cada individuo em particular, visto que pode influenciar diretamente as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias. Ensinar a cada cidadão uma (re)educação financeira se revela na possibilidade de esforço para acrescentar em sua bagagem de vida, noções benéficas, dicas aplicáveis e instrumentos práticas para lidar melhor com o dinheiro, conseguindo extrair de suas verdadeiras possibilidades financeiras um melhor padrão de qualidade de vida, não só para si e seus familiares, como é evidente, mas também para a sociedade. Contudo, apesar de a educação financeira ter muito relevância na educação familiar, não se deve coloca-la como objetivo primordial de vida.

O estudo trouxe contribuições importantes, podendo ser utilizado como fonte de pesquisa em instituições de ensino e por outros pesquisadores. Acredita-se que os resultados podem também contribuir para elaboração de políticas públicas voltadas para a educação financeira de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, e assim o surgimento de novos estudos.

Vale destacar a importância do desenvolvimento desta pesquisa para o aprendizado e enriquecimento cultural do autor deste trabalho, que pode perceber de perto os desafios enfrentados pelos beneficiários do Programa Bolsa Família para aplicar os recursos recebidos, convivendo com o superendividamento e tendo desconhecimento de aplicá-los da melhor forma possível, identificando a educação financeira como fator primordial nesse processo.

Por fim, entendendo que a pesquisa não teve abrangência ampla, o estudo poderá ser realizado com outros municípios ou a uma amostragem maior, para que possa ser feita comparações de resultados e se tenham cada vez mais informações que apresentem a realidade local e, se possa ter parâmetros reais em relação ao número de beneficiários diretos e a relação com o endividamento social.

## REFERÊNCIAS

ALLÉRÈS, Danielle. **Luxo: estratégias, marketing**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ALVES, Patrícia. **No mundo, 43% das pessoas nunca tiveram acesso à educação financeira**. 2009. Disponível em: <http://www.consumidor-rs.com.br/rs2/inicial.php?case=2&idnot=2110> Acesso em: janeiro de 2015.

BACCEGA, Maria Aparecida (Org). **Comunicação e culturas de consumo**. São Paulo: Atlas, 2009.

BARBOSA, Ana Mae. Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte/Ana Mae Barbosa (org). In: **conceitos e terminologias Aquecendo uma transformação: Atitudes e Valores no da Arte**. 2 ed .São Paulo: Cortez, 2004.

BARROS, Ricardo Paes de Barros; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BLACKWELL, Roger D.; MINIARD, Paul W.; ENGEL, James F. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BRASIL. **Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.820.htm) Acesso em: set./2016.

\_\_\_\_\_. Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm) Acesso em: set./2016.

CARPENA, Heloisa; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. Superendividamento: propostas para um estudo empírico e perspectiva de regulação. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli (Coord.) **Direitos do consumidor endividado: Superendividamento e crédito**. São Paulo: RT, 2006.

COSTA, Geraldo de Faria Martins da. **Superendividamento: a proteção do consumidor de crédito em direito comparado brasileiro e francês**. São Paulo: RT, 2002.

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=231160>

COSTA, Isabel. 29.889 beneficiários do Ceará saíram do Bolsa Família. **Jornal O Povo**, 2014. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/04/23/noticiasjornalcotidiano,3426954/29-889-beneficiarios-do-ceara-sairam-do-bolsa-familia.shtml> Acesso em: set./2016.

FARIAS, Clébia Mardônia Freitas. **As múltiplas faces na exclusão na política de microcrédito para geração de trabalho e renda**. Fortaleza: Universidade Federal Trabalho, 2006.

FISHBEIN, M.; AJZEN, I. **Belief, attitude, intention and behavior: An introduction to theory and research**. Reading, Massachusetts: Addison- Wesley, 1975.

GONÇALVES, A. R.. **Matemática para o ensino de pedagogia**. 2011. Disponível em: [www.reisdofaroeste.com.br/documentos](http://www.reisdofaroeste.com.br/documentos). Acesso em: set./2016.

HIRSCHMAN C. H. e HOLBROOK, M. B. Hedonic Consumption: emerging concepts, methods end proposition. **Journal of Marketing**, 46, 92-101, 1982.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **A Importância do Bolsa Família para a Dinâmica Econômica dos Municípios Cearenses**. 2013. Disponível em: [http://www.ipece.ce.gov.br/enfoque/EnfoqueEconomicoN86\\_01\\_11\\_2013.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/enfoque/EnfoqueEconomicoN86_01_11_2013.pdf) Acesso em: set./2016.

KARSAKLIAN, Eliane. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Atlas, 2004.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. **Consumo: uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LUQUET, Georges Henri. **Arte Infantil**. Lisboa: Companhia Editora do Minho, 1969.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARQUES, Maria Manuel Leitão; FRADE Catarina. **O endividamento dos consumidores**. Coimbra: Almedina, 2000.

\_\_\_\_\_. **Regular o sobreendividamento**. 2004. Disponível em: < <http://www.gplp.mj.pt/home/conferencias/cire/Maria%20Manuel%20Leit%C3%A3o%20Marques.pdf>> Acesso em: set/2016.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_, **Introdução à administração**. 5.ed. SÃO PAULO: Atlas, 2000.

MULLER, K. O. **Sociedade de consumo e cultura do endividamento: estudo de caso sobre compradores compulsivos em Porto Alegre, RS**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

NASCIMENTO, Antônia Camila de Oliveira. Mulheres e papéis de gênero no Programa Bolsa Família. **O Social em Questão** - Ano XIX - nº 35 – 2016.

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). **OECD's Financial Education Project**. Assessoria de Comunicação Social, 2004.

O'SHAUGHNESSY, John. **Why people buy?** New York: Oxford University Press, 1987.

PÁDUA, Martins. IDF do Ceará é o maior do Norte e Nordeste e supera média geral do Brasil em 2012. **Governo do Estado do Ceará**, 2013. Disponível em: <http://ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8402-idf-do-ceara-e-o-maior-do-norte-e-nordeste-e-supera-media-geral-do-brasil-em-2012> Acesso em: set./2016.

PINHEIRO, Ricardo Pena. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. Artigo publicado no Livro “Fundos de Pensão e Mercado de Capitais” lançado pelo Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia e Editora Peixoto Neto, em set/2006 na cidade de São Paulo-SP. Disponível em: [http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3\\_090420-113416-244.pdf](http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_090420-113416-244.pdf) Acesso em: junho/2016.

Por uma vida melhor: Educação Financeira Sem Fronteiras ,2013. (projeto de pesquisa).Disponível: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2012/08/30/iniciativas-da-unilab-sao-aprovadas-em-programa-de-extensao-do-mec/>. Acesso: 01/01/2013

PRAHALAD, C.K. **A Riqueza na Base da Pirâmide: como erradicar a pobreza com o lucro**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

QUESSADA, Dominique. **O poder da publicidade na sociedade consumida pelas marcas**. São Paulo: Futura, 2002.

RABELO, M. M.. **O Programa Bolsa Família e o Cadastro Único em Porto Alegre: institucionalidade e perfil dos beneficiários**. Porto Alegre: FEE, 2011. (Texto para Discussão, n. 93).

**REVISTA EXAME**. Brasil reduziu em 50% o número de pessoas que sofrem fome. 2014. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/brasil-reduziu-em-50-o-numero-de-pessoas-que-sofrem-fome/> Acesso em: maio/2016.

ROCHA, Ângela da; ROCHA, Everaldo. Paradigma interpretativo nos estudos de consumo: retrospectiva, reflexões e uma agenda de pesquisas para o Brasil. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n.1, jan/mar. 2007.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SAITO, André. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. Dissertação apresentada ao departamento de Administração da Faculdade Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_; SAVOIA, José Roberto Ferreira; PETRONI, Liége Mariel. **A organização financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE)**. 2006. Disponível em: [http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado\\_semead/trabalhosPDF/45.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf) Acesso em: maio/2016.

SANVICENTE, Antônio Zoratto; SANTOS, Celso da Costa. **Orçamento na administração de empresas: planejamento e controle**. São Paulo: Atlas, 1995.

SANTOS, Cláudio Sinoé Ardenghy dos Santos. **Superendividamento: A fragilidade do consumidor**. 2005. Disponível em [http://www.tex.pro.br/wwwroot/06de2005/superendividamento\\_claudiosinoeardenghy](http://www.tex.pro.br/wwwroot/06de2005/superendividamento_claudiosinoeardenghy) . Acesso em maio/2016.

Segundo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) no município de Redenção – CE.

SERRANO, D. P. **A teoria de Abraham Maslow: hierarquia das necessidades**. 2003.

SILVA, Clébia Mardônia Freitas. **Educação, microcrédito e pobreza no Brasil: o caráter educativo do microcrédito produtivo orientado – o caso do banco revelação no Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. Brasília: Editora Universidade, 1967.

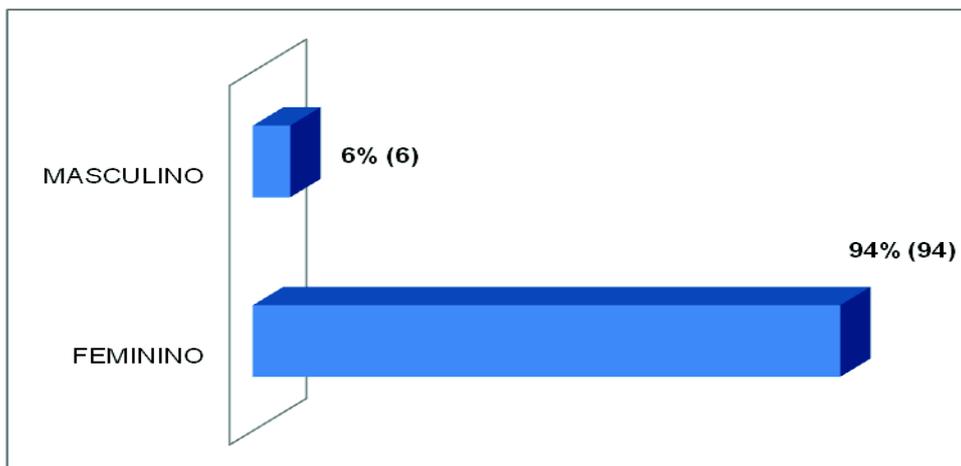
SOARES, Sergei; SÁTIRO, Natália. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras**. Brasília: IPEA, 2009.

# APÊNDICE

## APÊNDICE A – GRÁFICOS DA PESQUISA ELABORADOS A PARTIR DAS INFORMAÇÕES COLETADAS.

### IDENTIFICAÇÃO

Nesta etapa descreve-se o perfil dos participantes desta pesquisa, destacando-se que todos os titulares do Bolsa Família que participaram desta pesquisa eram do sexo feminino, todavia, 6% dos respondentes eram homens, respondendo como companheiros das beneficiárias. Nesta etapa descreve-se o perfil dos participantes desta pesquisa, destacando-se que todos os titulares do Bolsa Família que participaram desta pesquisa eram do sexo feminino, todavia, 6% dos respondentes eram homens, respondendo como companheiros das beneficiárias. A distribuição dos participantes quanto ao gênero está ilustrada no Gráfico 1:

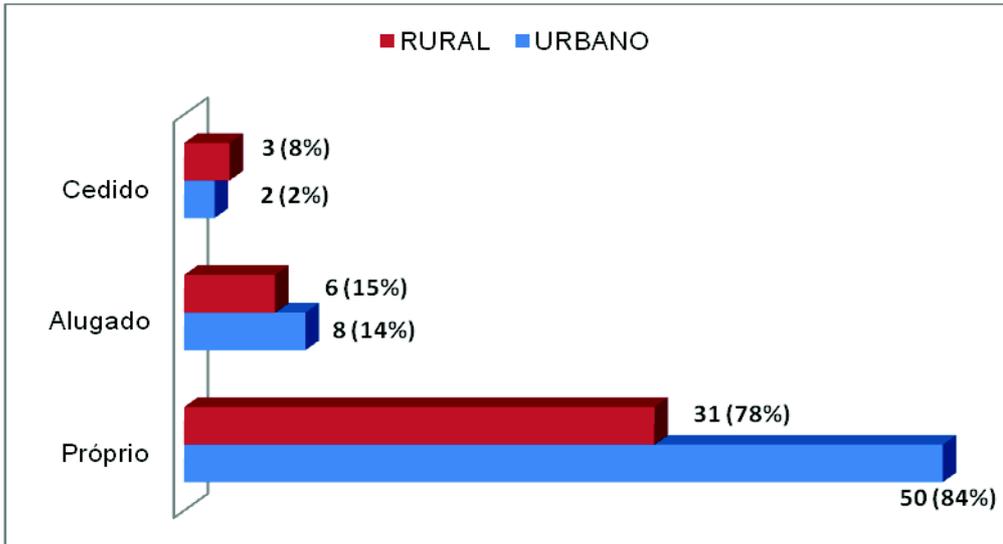


**Gráfico 1. Distribuição dos participantes por gênero**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

De acordo com Nascimento (2016), as mulheres são as principais destinatárias do Bolsa Família, sendo escolhidas para representar a família no recebimento do benefício.

Para se ter uma visão mais clara dos resultados encontrados, estes foram tabulados considerando-se urbano e rural. No Gráfico 2 apresenta-se a distribuição dos participantes desta pesquisa de acordo com o tipo de domicílio em que residem:

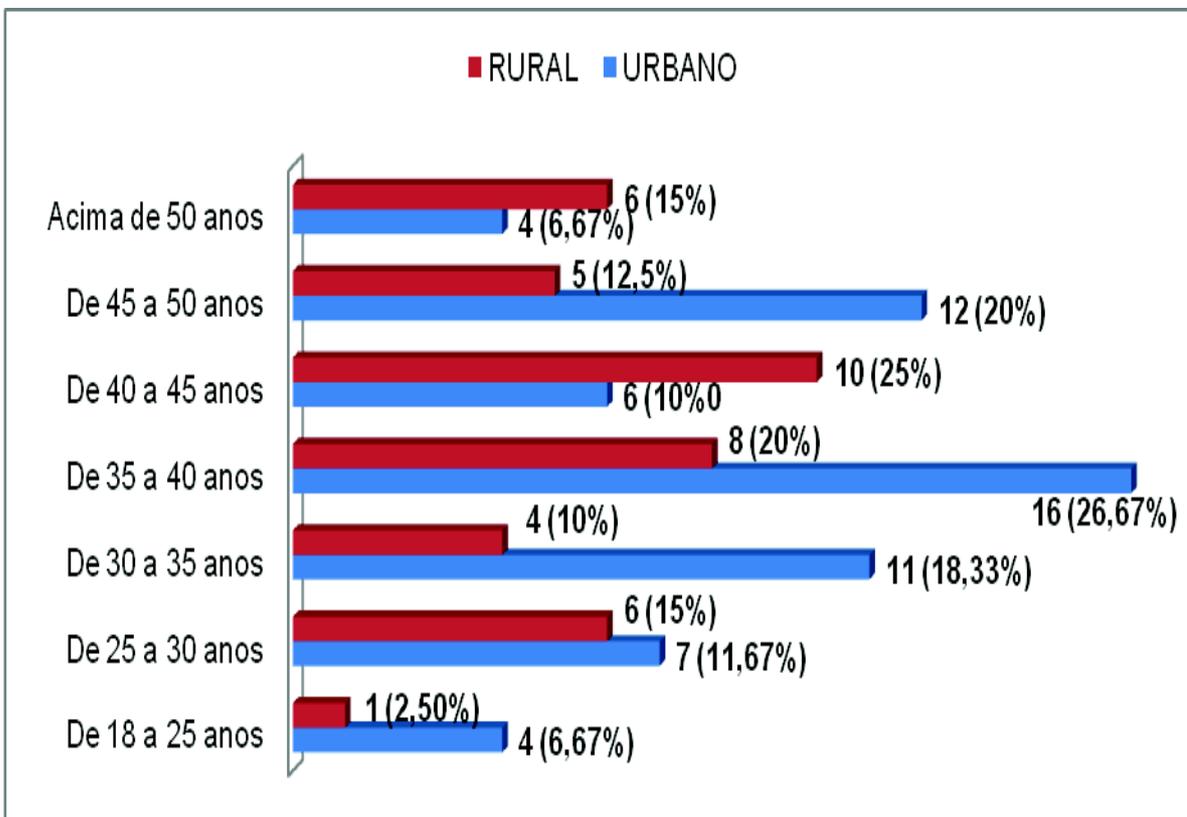


**Gráfico 2. Distribuição dos participantes por tipo de domicílio**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Conforme é possível verificar no Gráfico 2, a maior parte dos participantes desta pesquisa residem em domicílios próprios (84%) na área urbana e 78% na área rural, enquanto 8% da área urbana e 6% da área rural residem em domicílio alugado e 2% da área urbana e 8% da área rural residem em domicílios cedidos.

O Gráfico 3 ilustra a distribuição dos beneficiários que participaram desta pesquisa de acordo com sua faixa etária:

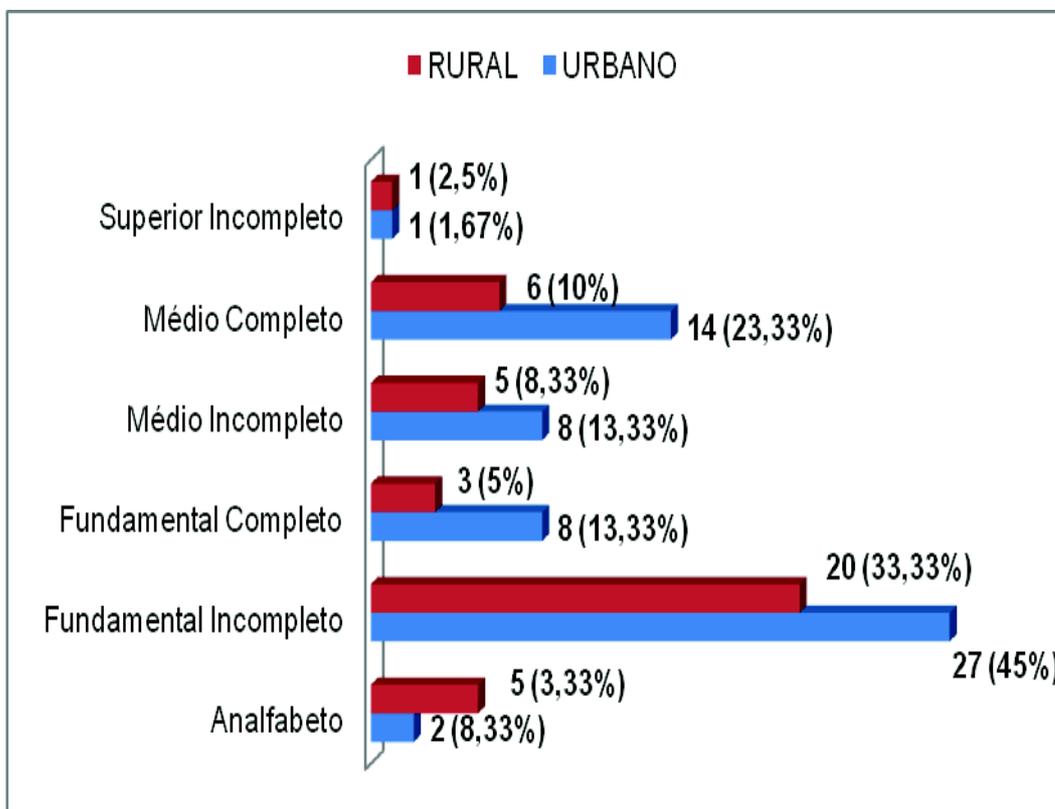


**Gráfico 3. Distribuição dos participantes por faixa etária**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Como demonstra o Gráfico 3, o público que participou desta pesquisa pode ser considerado como maduro, já que a maior parte possui acima de 35 anos. Mais especificamente, na área urbana verifica-se que 6,67% possui entre 18 e 25 anos, 11,67% possui entre 25 e 30 anos, 18,33% possui de 30 a 35 anos, 26,67% entre 35 e 40 anos, 20% de 45 a 50 anos e 6,67% possui acima de 50 anos. Por sua vez, entre os participantes da área rural 2,5% possui de 18 a 25 anos, 15% possui de 25 a 30 anos, 10% de 30 a 35 anos, 20% de 35 a 40 anos, 25% de 40 a 45 anos, 12,5% de 45 a 50 anos e 15% acima de 50 anos.

A escolaridade dos participantes também foi verificada e está ilustrada no Gráfico 4:



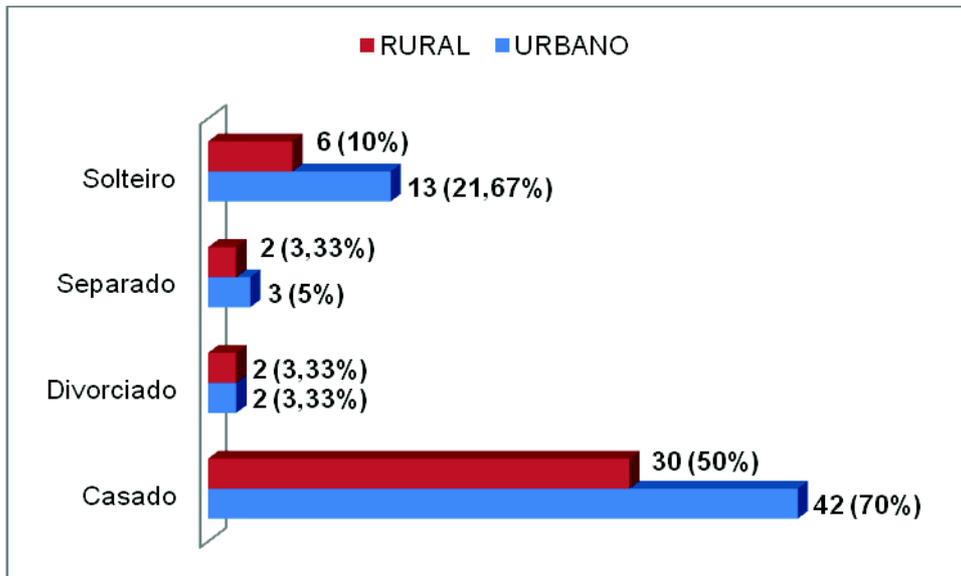
**Gráfico 4. Distribuição dos participantes por escolaridade**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016).

Os beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram desta pesquisa possuem baixa escolaridade, conforme ficou perceptível no Gráfico 4, tanto os de área urbana quanto rural possuem em sua maior parte Ensino Fundamental Incompleto (45% e 33,33%, respectivamente), fator que é realidade de muitas famílias brasileiras que são beneficiárias do referido programa. Os demais participantes ficaram distribuídos em, considerando a posição dos percentuais em

área urbana e área rural: 8,33% e 3,33% analfabetos; 13,33% e 5% fundamental completo; 13,33% e 8,33% médio incompleto; 23,33% e 10% médio completo e 1,67% e 2,5% superior incompleto.

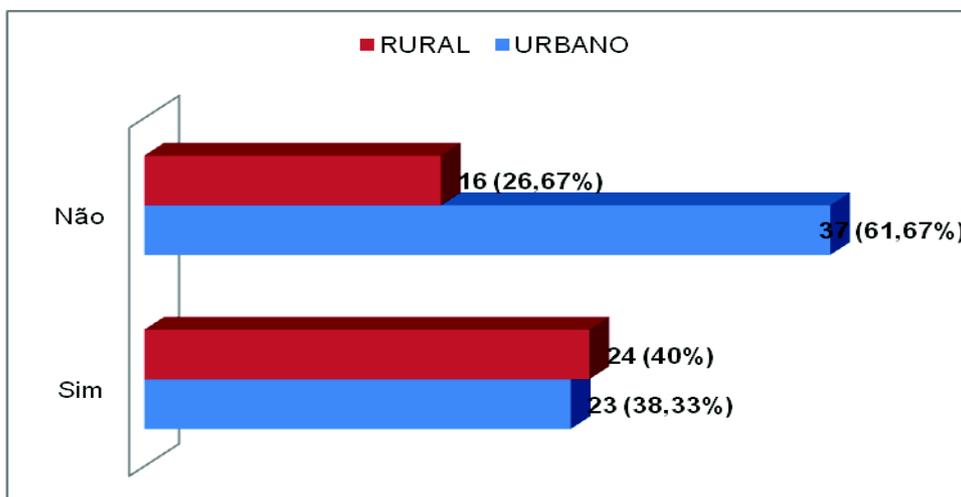
O estado civil dos participantes da pesquisa também foi verificado e está demonstrado no Gráfico 5:



**Gráfico 5. Distribuição dos participantes por estado civil**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Conforme se verifica no Gráfico 5, em sua maioria, tanto os beneficiários da área urbana quanto da área rural são em sua maioria casados (70% e 50%, respectivamente), enquanto 3,33% da área urbana e 3,33% da área rural são divorciados, 5% da área urbana e 3,33% são separados e 21,67% da área urbana e 10% da área rural são solteiros. Finalizando a identificação dos participantes desta pesquisa foi verificado se eles estão trabalhando atualmente, estando os resultados expostos no Gráfico 6:



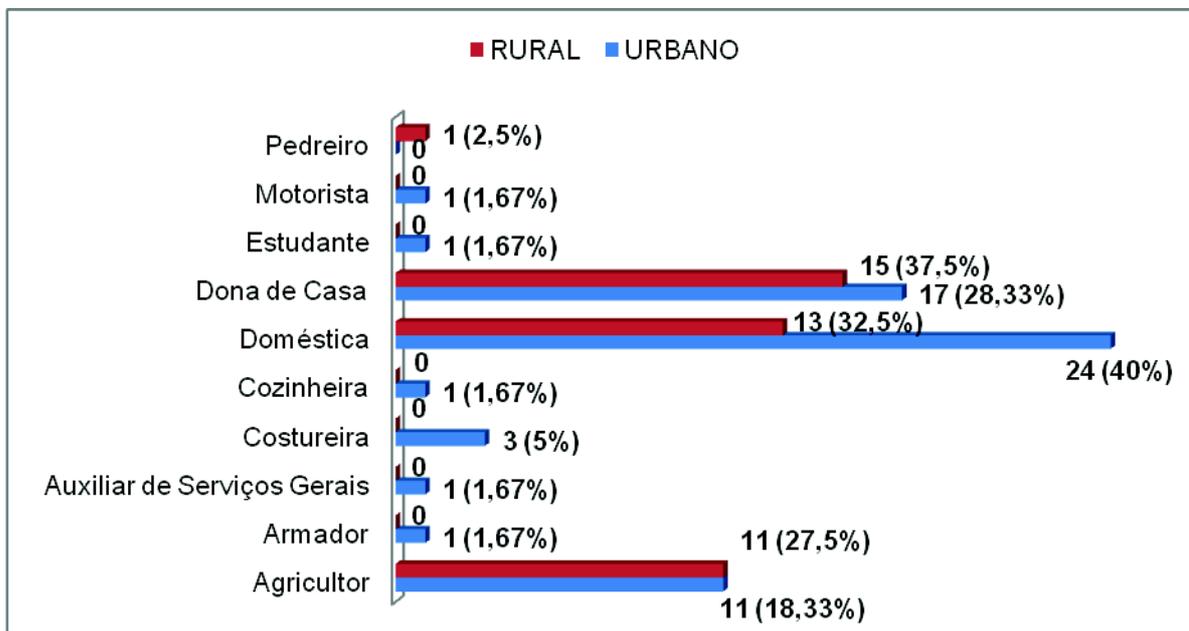
**Gráfico 6. Distribuição dos participantes por trabalharem atualmente**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Como bem demonstra o Gráfico 6, há um equilíbrio entre o número de beneficiários que trabalham e que não trabalham, percebendo-se maior índice de desemprego, principalmente na área urbana, que apresentou 61,67% dos que não trabalham, enquanto na área rural esse percentual foi de 26,67%. Ressalta-se que 38,33% dos participantes da área urbana e 40% da área rural estão trabalhando atualmente. A sua ocupação é descrita no tópico a seguir.

## OCUPAÇÃO PROFISSIONAL

Em análise à ocupação profissional dos participantes desta pesquisa foi verificado que a maior parte da área urbana (40%) trabalha como domésticas, seguido de 29% que se intitulam como donas de casa. Já na parte rural, a maior parte é dona de casa com 38% de representação e 33% trabalha como doméstica. Ressalta-se que em percentuais menores também se encontram outras ocupações profissionais como de agricultora com 28% na área rural e 19% na área urbana, conforme é possível verificar no Gráfico 7:



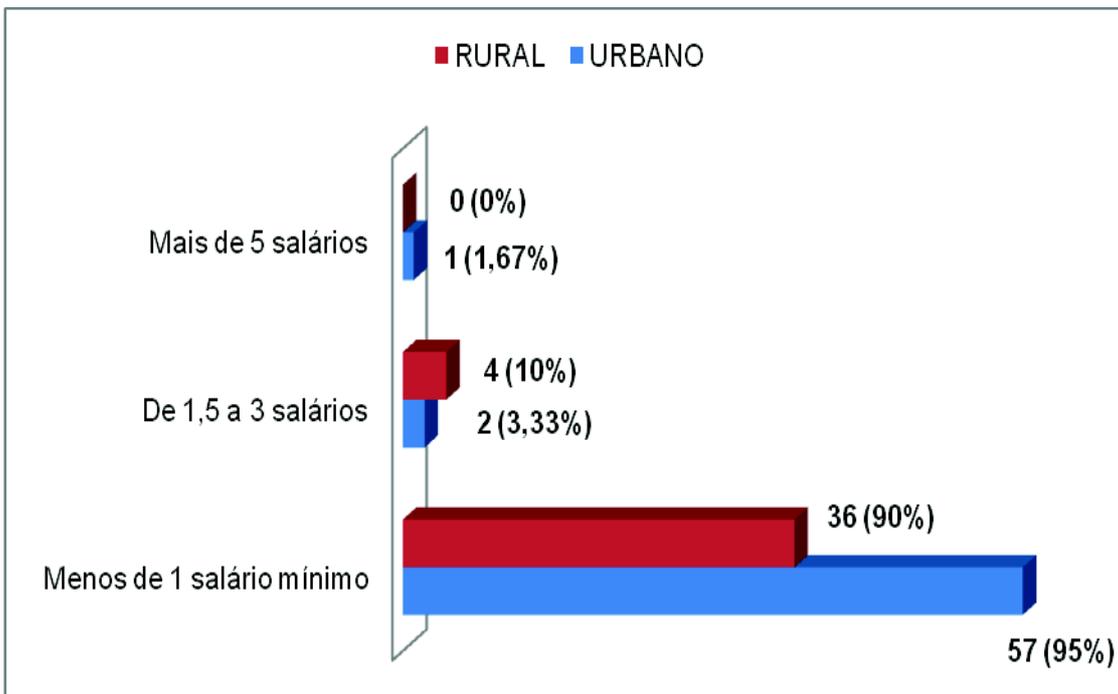
**Gráfico 7. Distribuição dos participantes por ocupação profissional**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Ressalta-se que as profissões de pedreiro, armador e motorista são dos companheiros que responderam ao questionário.

## SITUAÇÃO FAMILIAR EM RELAÇÃO À RENDA, NÚMERO DE FILHOS E CONSUMO

Os resultados em relação à situação das famílias de renda, número de filhos e consumo auxilia na verificação da “saúde” financeira das famílias, visto que são variáveis que influenciam diretamente no endividamento e no uso dos recursos que têm disponíveis. Iniciando a análise pela renda familiar, o Gráfico 8 apresenta os resultados encontrados:

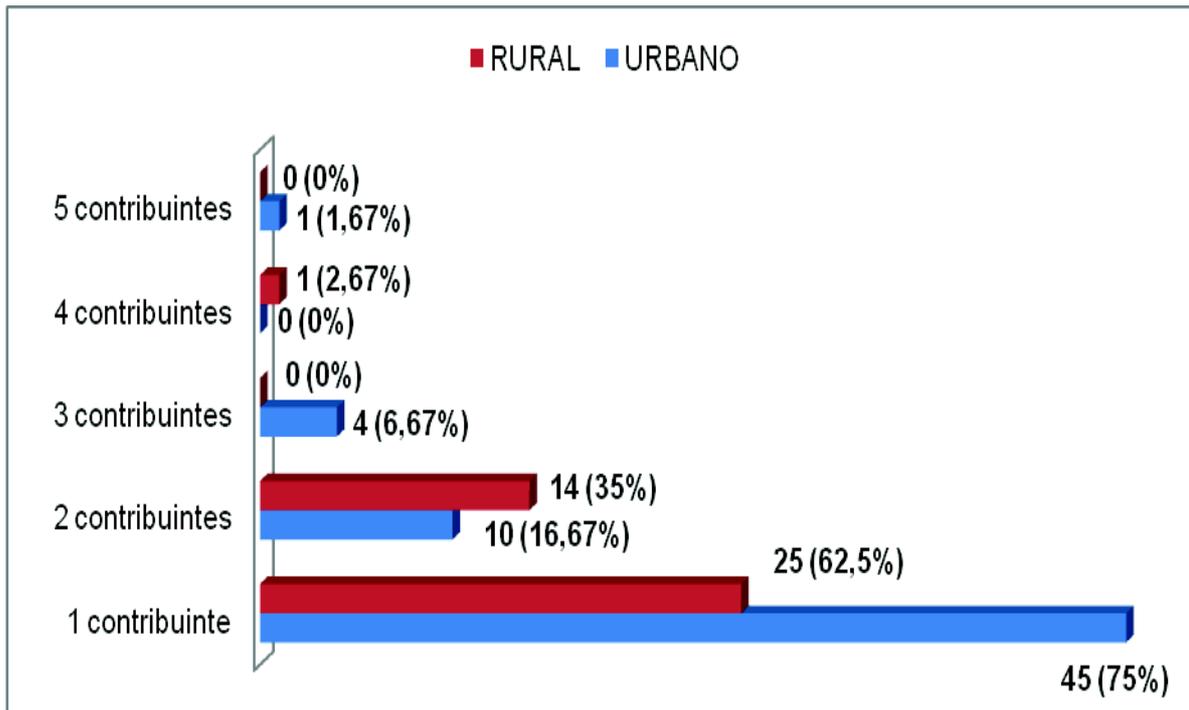


**Gráfico 8. Distribuição dos participantes por renda familiar**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Conforme se pode observar no Gráfico 10, na área urbana, 95% das famílias recebem menos de 1 salário mínimo, enquanto 3,33% recebem de 1,5 a 3 salários mínimos por mês e 1,67% recebem mais de 5 salários mínimos. Já na área rural, 90% recebem menos de 1 salário mínimo e 10% recebem de 1,5 a 3 salários. Ratifica-se o estudo com famílias de baixa renda.

Para ter melhor noção sobre a constituição da renda familiar foi perguntado aos participantes quantas pessoas contribuíam para a renda recebida por mês. Os resultados estão ilustrados no Gráfico 9:

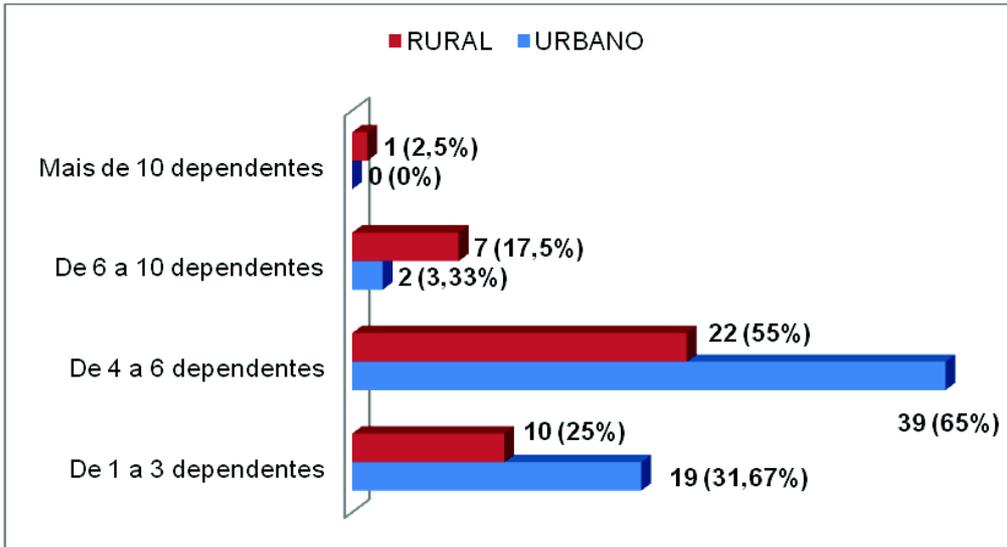


**Gráfico 9. Distribuição dos participantes por número de contribuintes na renda familiar**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Como demonstra o Gráfico 9, de forma semelhante na área urbana e na área rural a renda familiar da maior partes dos beneficiários que participaram desta pesquisa possui apenas 1 contribuinte, sendo 75% da área urbana e 62,5% na área rural. Nos demais participantes da área urbana 16,67% possui 2 pessoas que contribuem em sua renda familiar, 6,67% possui 3 contribuintes e 1,67% possui 5 contribuintes. Por sua vez, na área rural 35% possui 2 contribuintes, 6,67% possui 3 contribuintes e 2,67% possui 4 contribuintes. Pode-se dizer que a maior parte das famílias, considerando área rural e urbana um percentual de 70%, possui um indivíduo atuando como arrimo, sendo responsável pela renda familiar.

Além de conhecer o número de contribuintes, também foi buscado o número de dependentes que vivem a partir dessa renda mensal. Os resultados são apresentados no Gráfico 10:

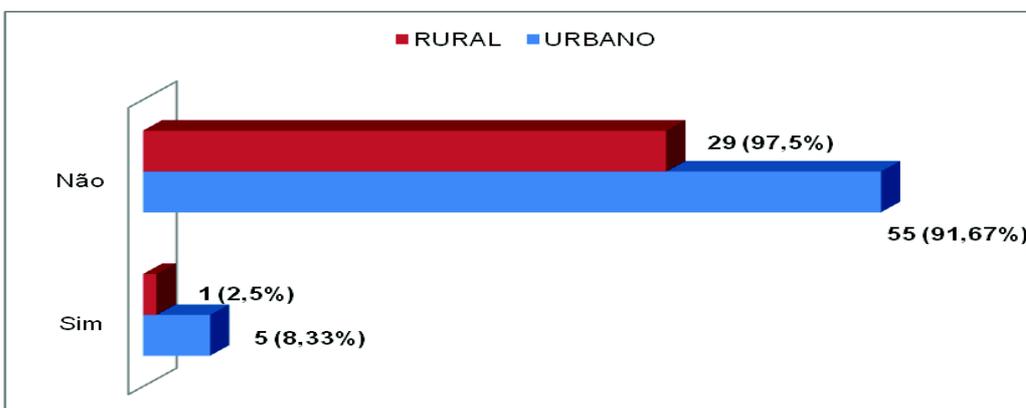


**Gráfico 10. Distribuição dos participantes por número de dependentes na renda familiar**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

O Gráfico 10 demonstra que na área urbana 31,67% dos participantes desta pesquisa possui de 1 a 3 dependentes na renda familiar, 65% possui 4 a 6 dependentes e 3,33% de 6 a 10 dependentes. Enquanto na área rural 25% possui de 1 a 3 dependentes, 55% de 4 a 6 dependentes, 17,5% de 6 a 10 dependentes e 2,5% mais de 10 dependentes. Considerando que a maior parte dos participantes da pesquisa possui menos de 1 salário mínimo como renda e um número alto de dependentes, é possível perceber que os recursos disponíveis são mínimos para conseguir arcar com todas as necessidades familiares.

Outro fator verificado em relação aos recursos recebidos pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que participaram desta pesquisa foi se recebiam auxílio de algum outro programa social do Governo. Os resultados demonstraram que 91,67% dos beneficiados da área urbana e 97,5% da área rural não recebem nenhum outro benefício, enquanto 8,33% da área urbana e 2,5% da área rural recebem outro benefício, conforme demonstra o Gráfico 11:

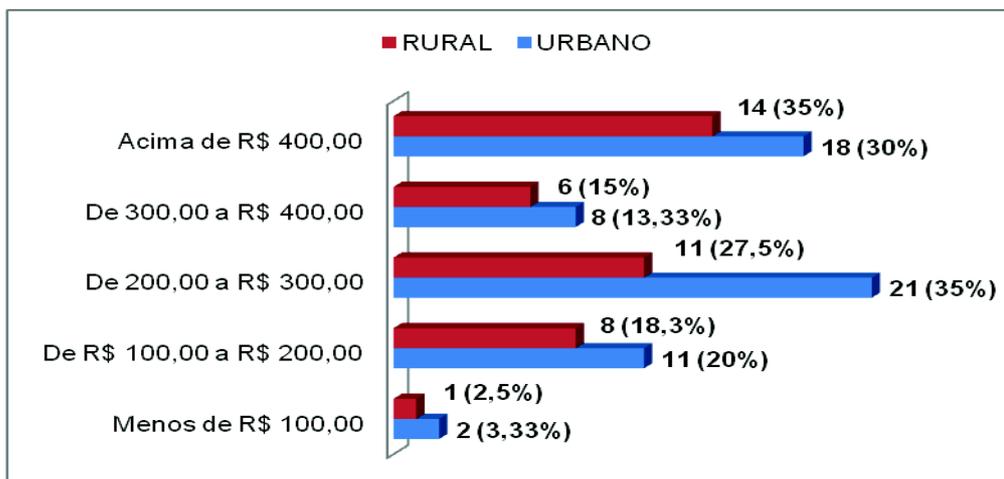


**Gráfico 11. Distribuição dos participantes por recebimento de outro programa do Governo**

Fonte: Dados primários da pesquisa.

Ressalta-se que os programas recebidos por parte dos participantes além do Programa Bolsa Família citados foram: Aposentadoria, Auxílio Moradia e Alimentação e Auxílio Social.

Com o intuito de verificar a saúde financeira dos familiares, tendo em vista que existe um fluxo de entrada e saída de recursos mensalmente nas famílias, foram verificados os custos e despesas com alimentação, habitação, aluguel, manutenção do lar (limpeza, móveis, eletrodomésticos, consertos, etc.), transporte urbano, energia e água, transporte pessoal, higiene, saúde, educação e outros gastos. O Gráfico 12 inicia a apresentação desses resultados com a estimativa das despesas dos participantes com alimentação:

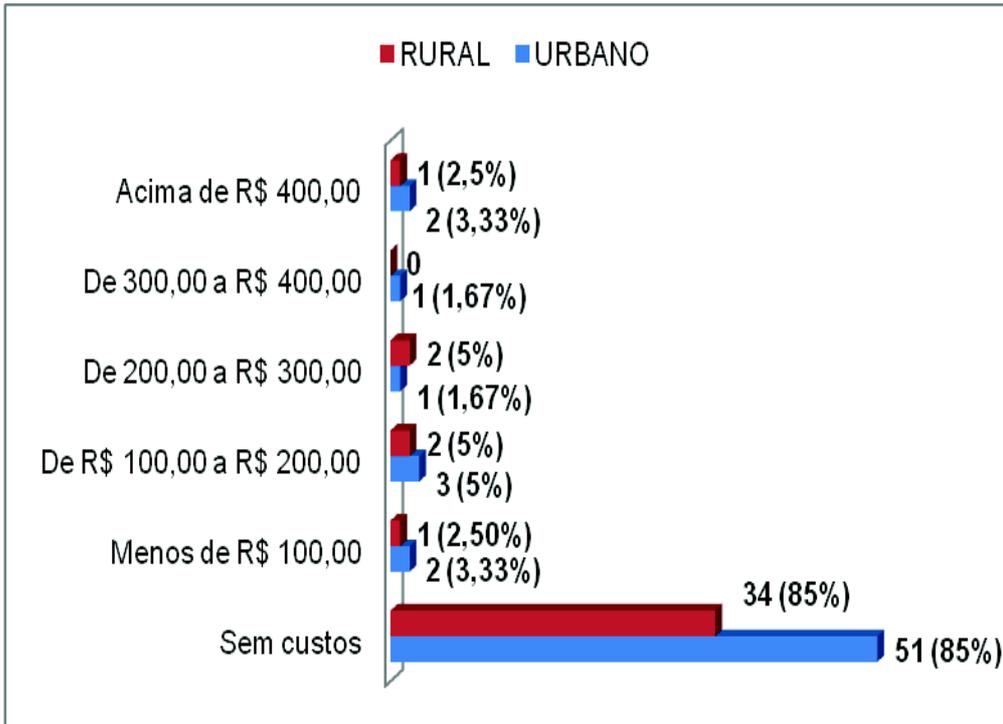


**Gráfico 12. Distribuição dos participantes por despesas com alimentação**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

As despesas das famílias com alimentação em sua maior parte na área urbana (35%) gasta entre R\$200,00 e R\$ 300,00, seguido de 30% que gasta acima de R\$ 400,00, 20% que gasta de R\$ 100,00 a R\$ 200,00, 13,33% de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 e 2,33% gasta menos de R\$ 100,00. Enquanto na área rural a maior parte (35%) gasta mais de R\$ 400,00, seguido de 27,5% que gasta de R\$ 200,00 a R\$ 300,00, 18,3% de R\$ 100,00 a R\$ 200,00, 15% de R\$ 300,00 a 400,00 e 2,5% menos de R\$ 100,00.

Não foram indicados pelos participantes custos com habitação, todavia, 15% do total de participantes informaram ter custos mensais com aluguel, conforme se pode verificar no Gráfico 13:

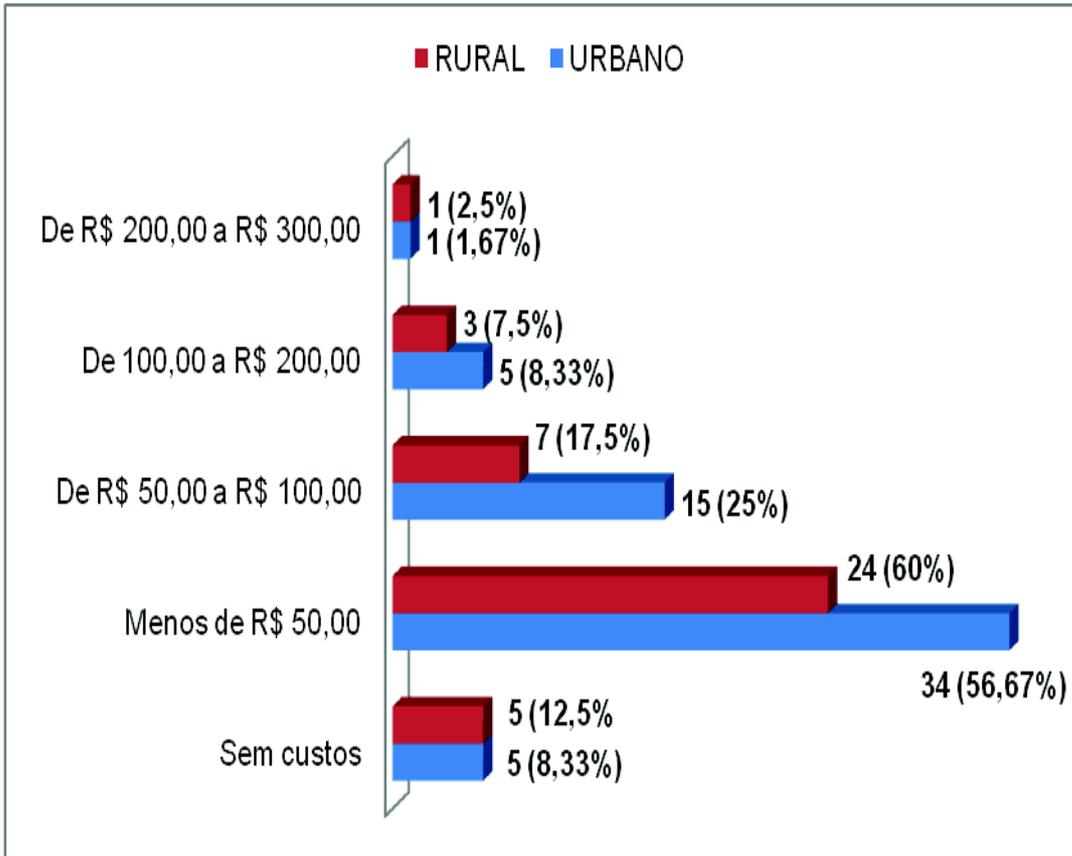


**Gráfico 13. Distribuição dos participantes por despesas com aluguel**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Ratifica-se que a maior parte dos participantes, 85% tanto da área urbana quanto da área rural, não possuem custo com aluguel. Entre os 15% restantes da área urbana, 2,33% possui custo de menos de R\$ 100,00 com aluguel por mês, 5% de R\$ 100,00 a R\$ 200,00, 1,67% de R\$ 200,00 a R\$ 300,00, 1,67% de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 e 3,33% acima de R\$ 400,00. Por sua vez, os 15% da área rural estão distribuídos em: 2,5% possui custo de menos de R\$ 100,00; 5% de R\$ 100,00 a R\$ 200,00, 5% de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 e 2,5% acima de R\$ 400,00.

Os resultados referentes às despesas com manutenção do lar estão ilustrados no Gráfico 14:

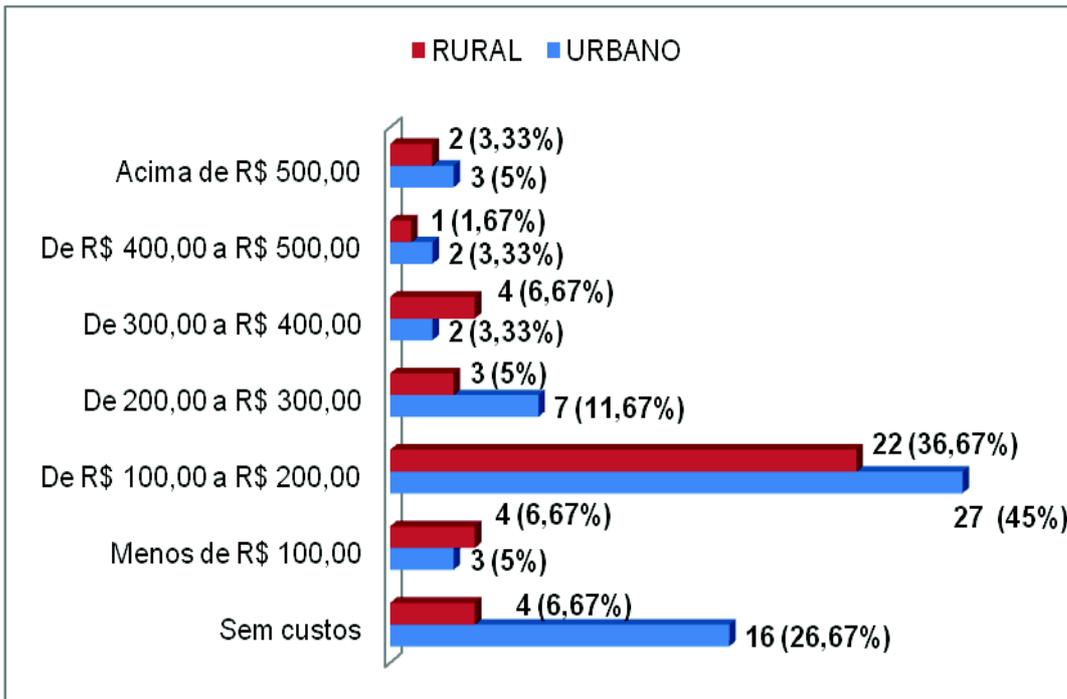


**Gráfico 14. Distribuição dos participantes por despesas com manutenção do lar**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

O Gráfico 14 demonstra que 8,33% dos participantes de área urbana e 12,5% de área rural afirmam não possuir custos com manutenção do lar, todos os demais estimaram valor mensal com essa despesa. Na área urbana, 56,67% dos participantes e na rural 60%, gastam menos de R\$ 50,00 com manutenção de seus lares, enquanto 25% da urbana e 17,5% da rural gastam de R\$ 50,00 a R\$ 100,00. 8,33% da área urbana e 7,5% da área rural gastam de R\$ 100,00 a R\$ 200,00 e 1,67% da área urbana e 2,5% da área rural gastam de R\$ 200,00 a R\$ 300,00.

As despesas com vestuário também foram estimadas pelos beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram deste estudo e os resultados estão expostos no Gráfico 15:

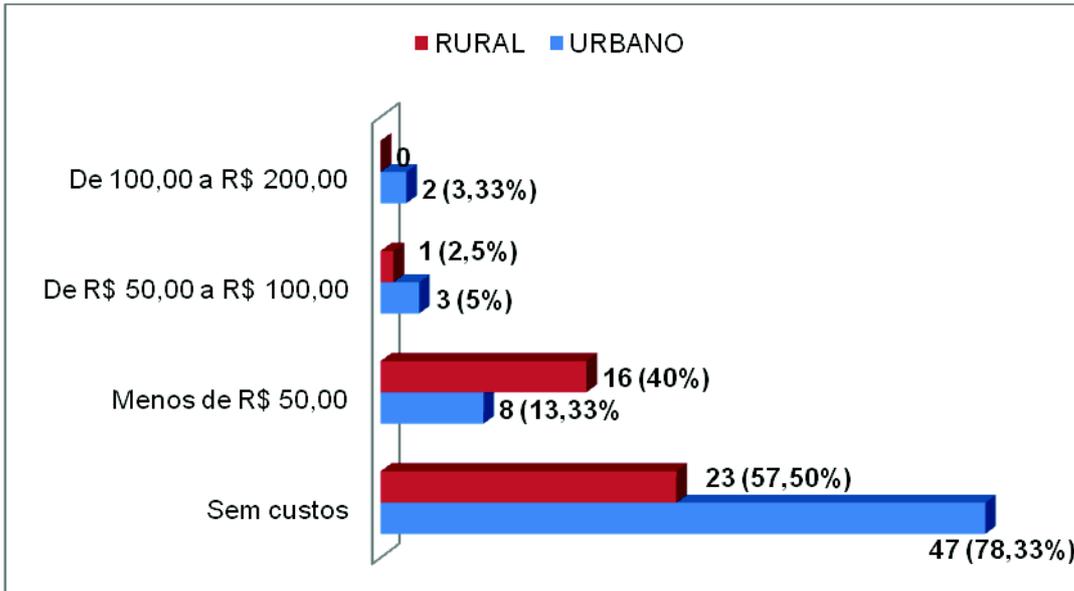


**Gráfico 15. Distribuição dos participantes por despesas com vestuário**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Como é possível observar no Gráfico 15, 26,67% da área urbana e 6,67% da área rural afirmam não possuir despesas com vestuário. A maior parte tanto da área urbana (45%) quanto da área rural (36,67%) afirmam gastar entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00. 11,67% da área urbana e 5% da área rural gastam de R\$ 200,00 a R\$ 300,00 com vestuário, 3,33% da área urbana e 6,67% da área rural gastam de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 e 5% da área urbana e 3,33% da área rural gastam mais de R\$ 500,00 com vestuário.

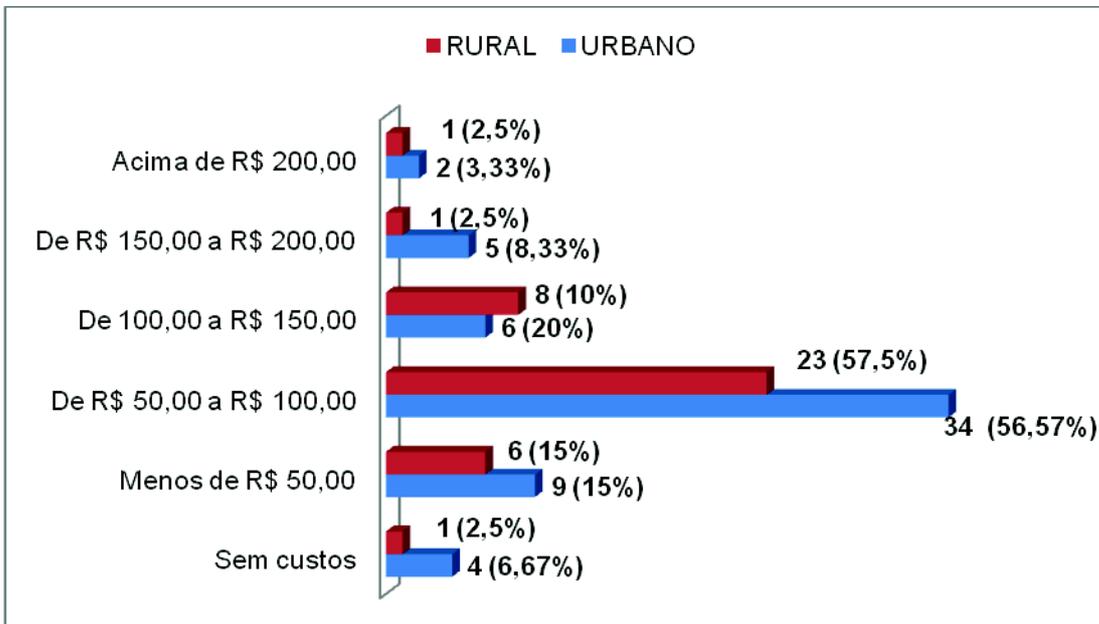
Em relação aos gastos com transporte urbano verificou-se que 70% dos beneficiários que participaram desta pesquisa afirmaram não possuir estes custos, sendo 78,33% da área urbana e 57,5% da área rural. 13,33% dos participantes da área urbana e 40% da área rural afirmam gastar menos de R\$ 50,00 com transporte urbano, enquanto 5% dos participantes da área urbana e 2,5% da área rural gastam de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 por mês com transporte urbano e 3,33% da área urbana afirmaram gastar de R\$ 100,00 a R\$ 200,00 com esse serviço. O Gráfico 16 ilustra esses resultados:



**Gráfico 16. Distribuição dos participantes por despesas com transporte urbano**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Em relação aos custos com energia e água, 5% dos participantes da pesquisa informaram não ter esses custos, sendo 6,67% da área urbana e 2,5% da área rural. Os demais resultados estão expostos no Gráfico 17:



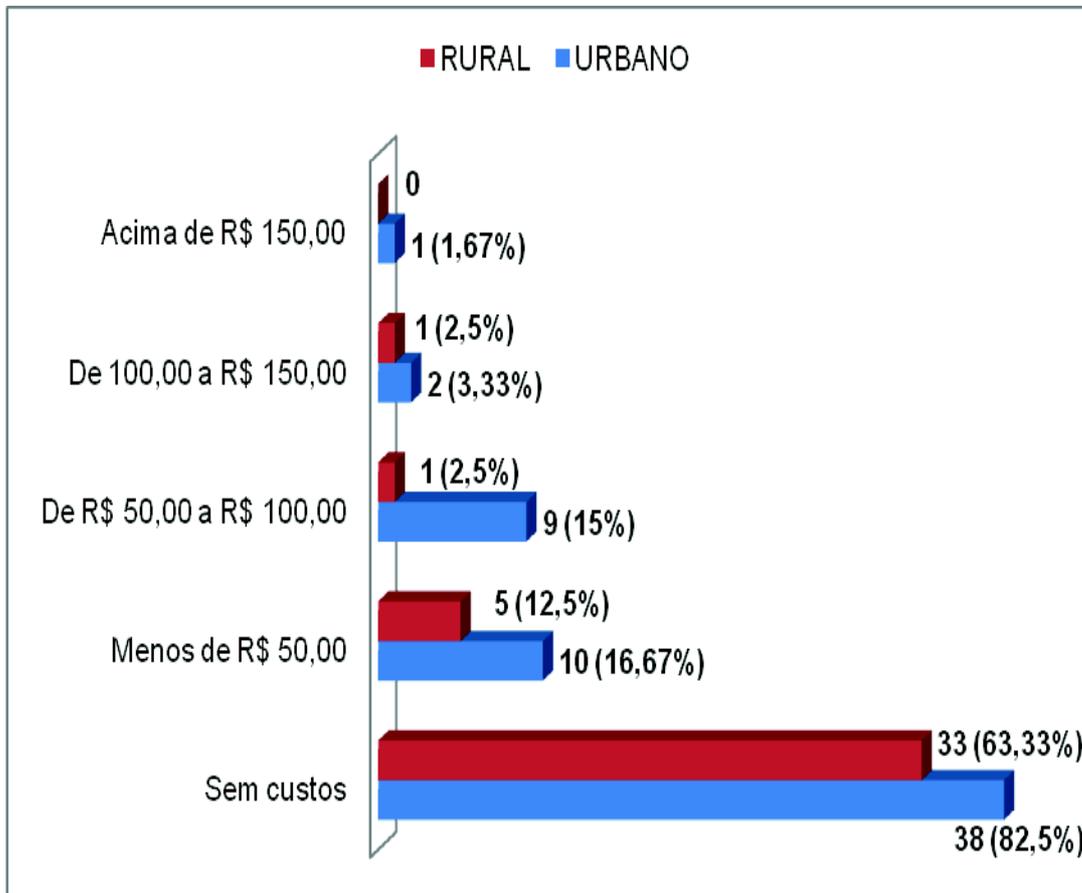
**Gráfico 17. Distribuição dos participantes por despesas com energia e água**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Como é possível perceber no Gráfico 17, a maior parte dos participantes desta pesquisa da área urbana (56,57%) e da área rural (57,5) pagam de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 de energia por mês, enquanto 15% de cada área pagam menos de R\$ 50,00, 20% da área urbana e 10% da área rural pagam de R\$ 100,00 a R\$ 150,00,

8,33% e 2,5% de R\$ 150,00 a R\$ 200,00 e 3,33% (urbano) e 2,5% (rural) pagam acima de R\$ 200,00 por mês.

Os custos mensais com transporte pessoal também foram verificados, sendo solicitado que os participantes estimassem os custos com combustível e manutenção de veículos. Os resultados estão expostos no Gráfico 18:

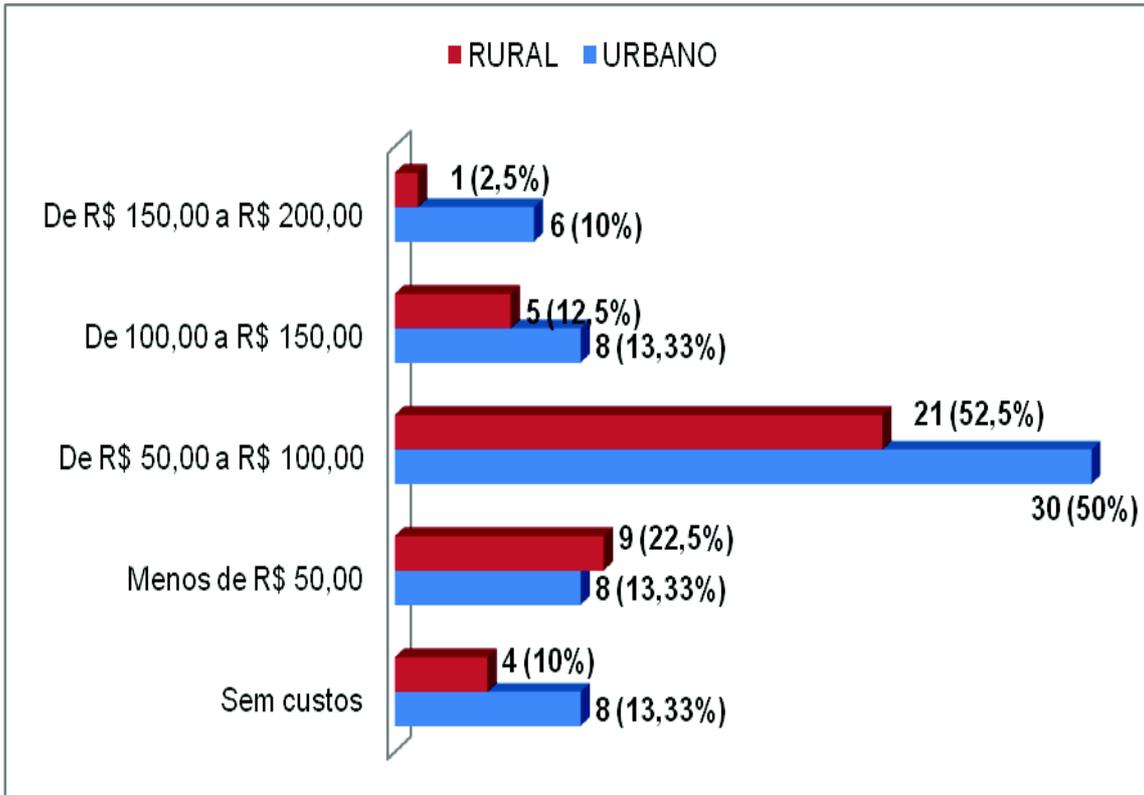


**Gráfico 18. Distribuição dos participantes por despesas com transporte pessoal**

Fonte: Dados primários da pesquisa

Como bem se observa no Gráfico 18 esse não é um gasto comum entre os beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram deste estudo, considerando que 82,5% dos participantes da área urbana e 63,33% da área rural afirmaram não ter custos com transporte pessoal. Entre os demais, 16,67% da área urbana e 12,5% da área rural afirmaram gastar menos de R\$ 50,00, 15% da área urbana e 2,5% da área rural gastam de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 por mês com transporte pessoal, 3,33% da área urbana e 2,5% da área rural gastam de R\$ 100,00 a R\$ 150,00 e 1,67% da área urbana acima de R\$ 150,00.

Os gastos dos participantes com higiene estão expostos no Gráfico 19:

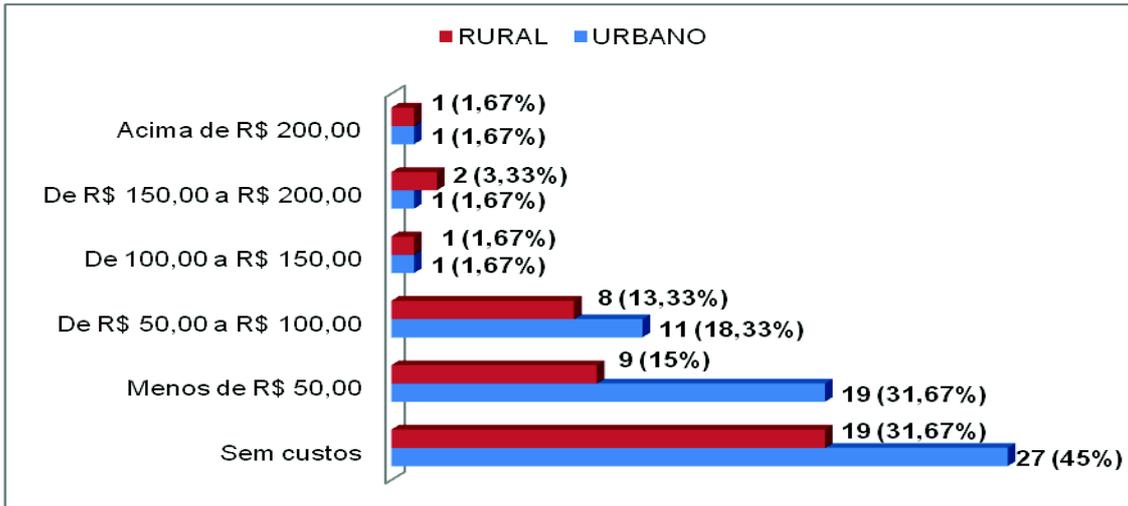


**Gráfico 19. Distribuição dos participantes por despesas com higiene**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

O Gráfico 19 demonstra que poucos participantes não possuem custos com higiene, sendo 13,33% da área urbana e 10% da área rural. Dos que possuem custos com higiene, 13,33% da área urbana e 22,5% da área rural afirmam ser menos de R\$ 50,00, 50% da área urbana e 52,5% da área rural afirmam gastar de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 por mês com higiene, 13,33% da área urbana e 12,5% da área rural afirmam gastar de R\$ 100,00 a R\$ 150,00 e 10% da área urbana e 2,5% da rural afirmam gastar de R\$ 150,00 a R\$ 200,00.

Os custos mensais com saúde também foram verificados nesta pesquisa, que identificou que 45% dos participantes da área urbana e 31,67% da área rural não possuem gastos nesse setor. Os resultados estão expostos no Gráfico 20:

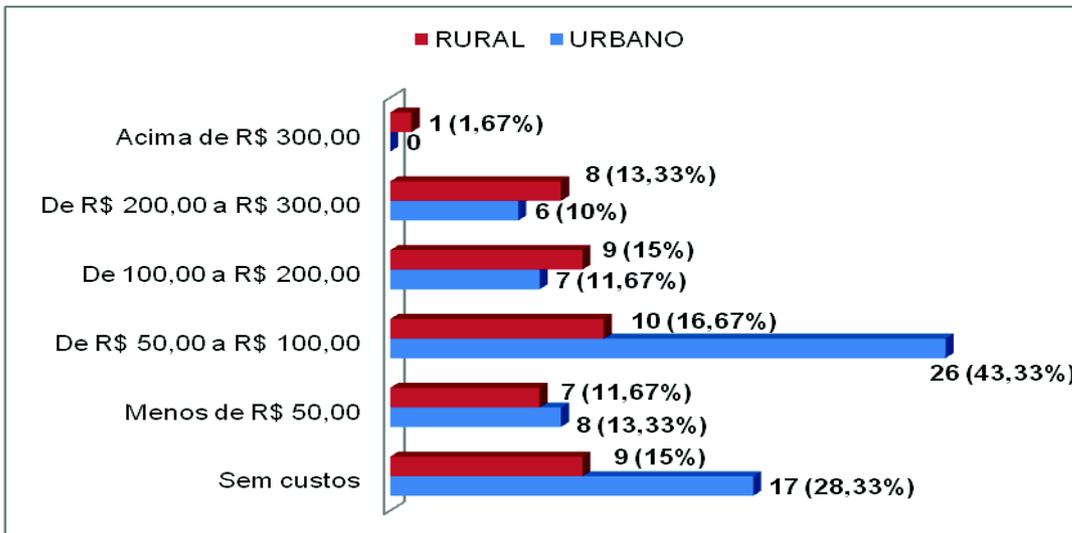


**Gráfico 20. Distribuição dos participantes por despesas com saúde**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Dos participantes que afirmaram ter custos com saúde 31,67% da área urbana e 15% da área rural afirmam ser menos de R\$ 50,00, 18,33% da área urbana e 13,33% da área rural afirmam ser de R\$ 50,00 a R\$ 100,00, 1,67% da área urbana e 1,67% da área rural de R\$ 100,00 a R\$ 150,00 e 1,67% da área urbana e 3,33% da área rural de R\$ 150,00 a R\$ 200,00.

Ainda verificando os gastos mensais dos beneficiários do Programa Bolsa Família foi solicitado que eles estimassem como eles estão empregando seus recursos na educação. Os resultados estão ilustrados no Gráfico 21:



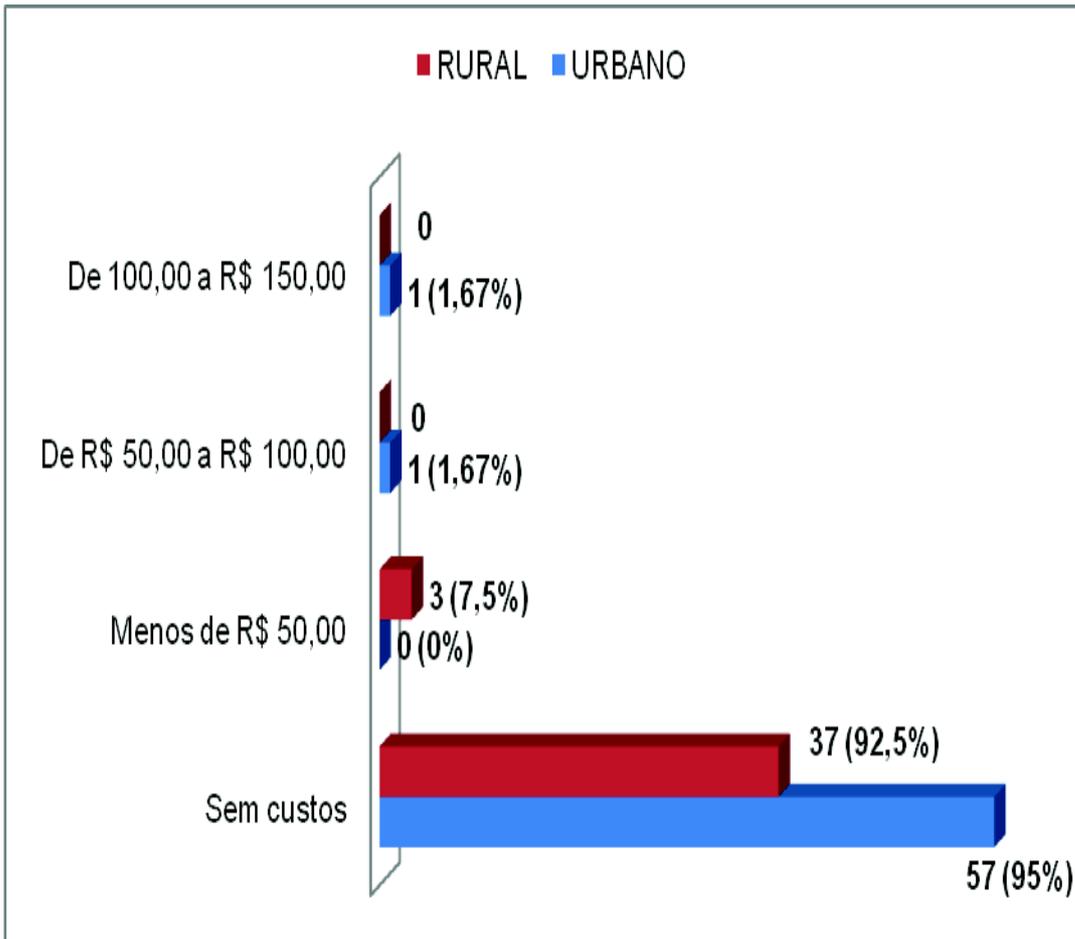
**Gráfico 21. Distribuição dos participantes por despesas com educação**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Como se observa no Gráfico 21, 28,33% dos participantes da área urbana e 15% da área rural informaram não ter custos nesse setor. Dentre os que informaram ter custos com educação foi possível verificar que a maior parte da área urbana (43,33%) e da área rural (16,67%) gastam entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00 por

mês com educação, enquanto 13,33% (urbana) e 11,67% (rural) gastam menos de R\$ 50,00, 11,67% (urbana) e 15% (rural) de R\$ 100,00 a R\$ 200,00, 10% (urbana) e 13,33% (rural) de R\$ 200,00 a R\$ 300,00 e 1,67 (urbana) mais de R\$ 300,00 por mês em educação.

Finalizando a análise dos custos mensais dos participantes desta pesquisa foi pedido que eles estimassem quanto precisavam por mês para outros gastos que não os já citados. Os resultados estão expostos no Gráfico 22:

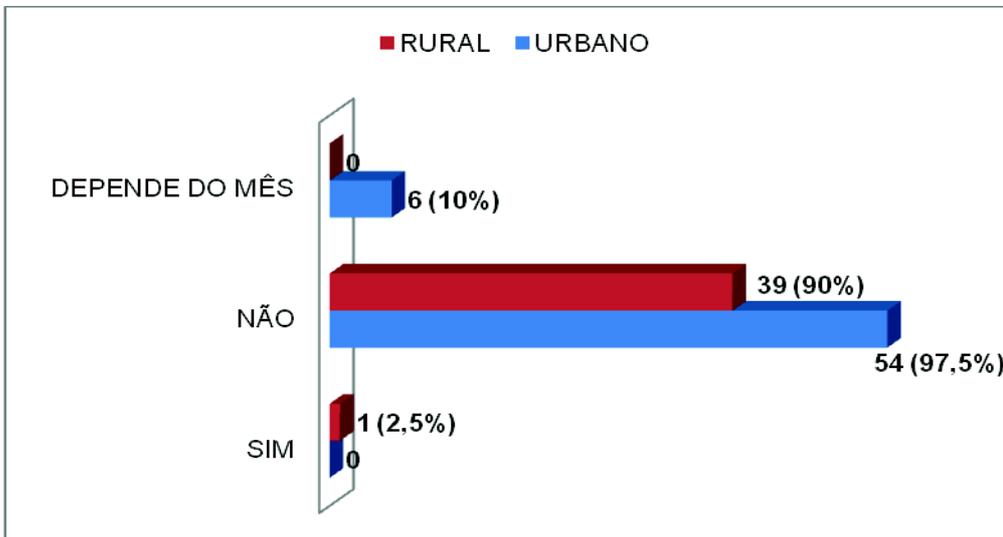


**Gráfico 22. Distribuição dos participantes por outras despesas**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Observa-se no Gráfico 22 que poucos participantes possuem outras despesas, visto que a maioria (95% urbano e 92,5% rural) afirmam não ter esses custos. Dos que afirmam possuir esses custos 7,5% da área rural dizem ser menos de R\$ 50,00, 1,67% da área urbana gasta de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 e 1,67% também da área urbana gasta de R\$ 100,00 a R\$ 150,00, devendo-se destacar que esses gastos não foram especificados pelos participantes.

A partir do conhecimento da renda familiar e dos gastos mensais dos beneficiários do Programa Bolsa Família foi perguntado se sobrava dinheiro ao final do mês, sendo os resultados ilustrados no Gráfico 23:

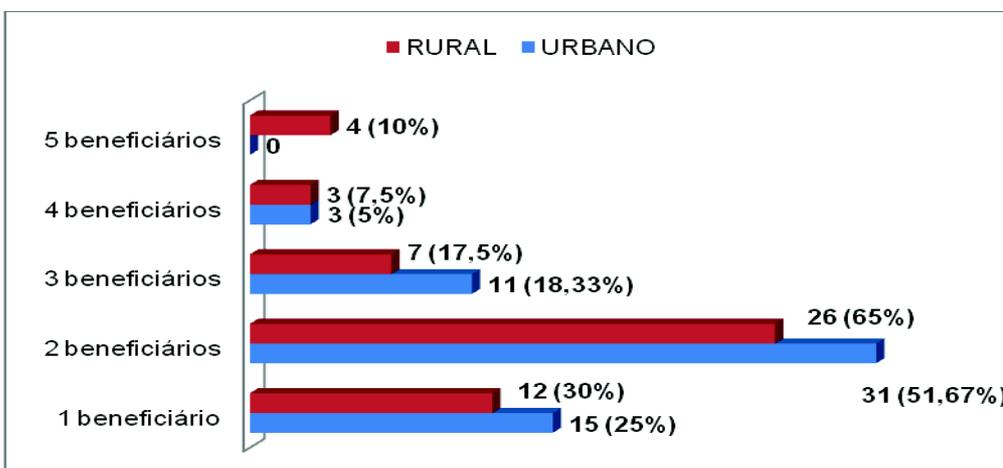


**Gráfico 23. Distribuição dos participantes por outras despesas**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Conforme é possível observar no Gráfico 23, 97,5% da área urbana e 90% da área rural afirmaram não sobrar dinheiro ao final do mês, 2,5% da área rural informou sobrar dinheiro, todavia não informou o que fazia com o dinheiro que sobrava, enquanto 10% afirmou depender do mês, com 1 indivíduo justificando fazer investimento com o valor que sobra.

Ressalta-se que por vezes as famílias possuem mais de um beneficiário do Programa Bolsa Família, assim perguntou-se aos participantes desta pesquisa quantas pessoas em sua família recebiam o benefício do referido programa. O Gráfico 24 expõe os resultados encontrados:

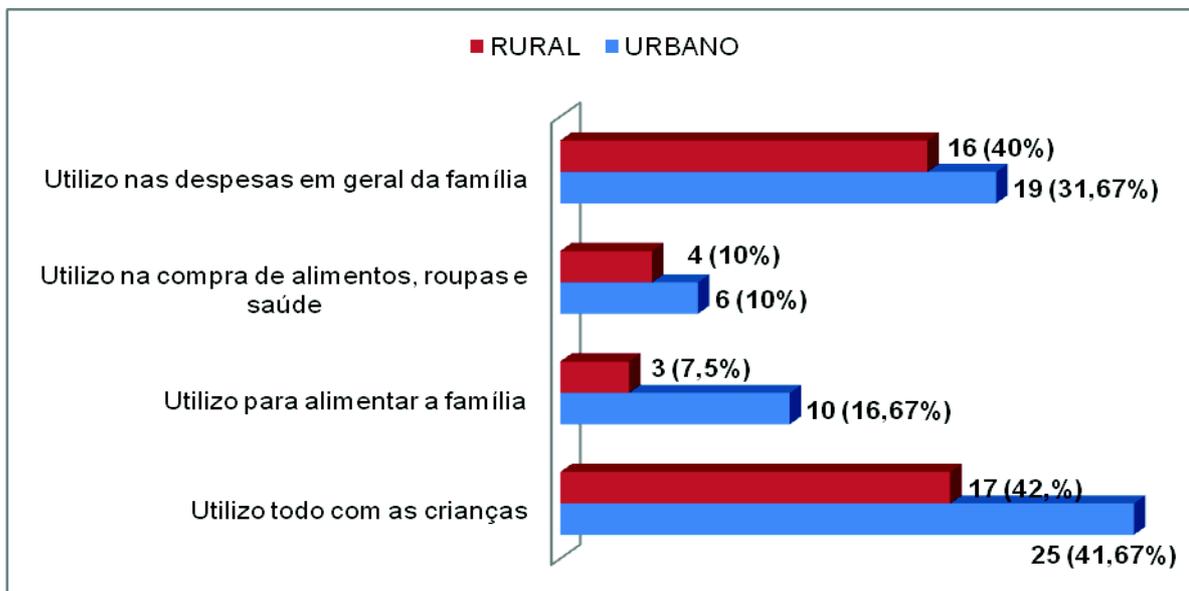


**Gráfico 24. Distribuição dos participantes por número de beneficiários**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Observando o Gráfico 24 nota-se que 25% da área urbana e 30% da área rural possuem apenas 1 beneficiário, enquanto 51,67% da área urbana e 65% da área rural possuem 2 beneficiários na família. 18,33% da área urbana e 17,5% da área rural afirmaram ter 3 beneficiários na família, 5% da área urbana e 7,5% da área rural 4 beneficiários e 10% da área rural afirmou ter 5 beneficiários na família.

Por fim, foi verificado junto aos beneficiários que participaram desta pesquisa em que aplicavam os recursos recebidos a partir do Programa Bolsa Família. Os resultados estão ilustrados no Gráfico 25:



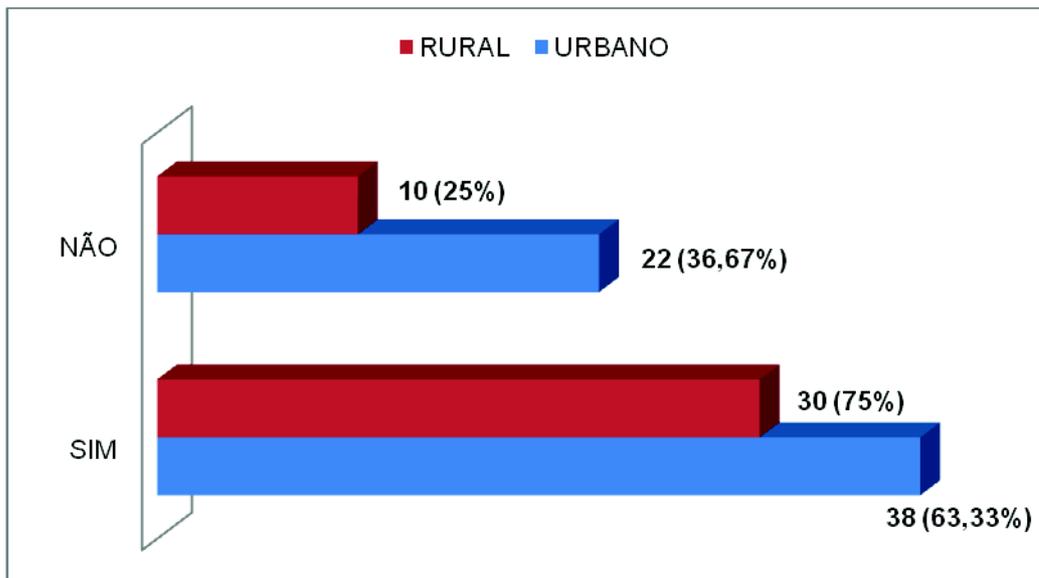
**Gráfico 25. Distribuição dos participantes por uso dos recursos do benefício recebido**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

As respostas foram bem distribuídas, sendo possível verificar no Gráfico 25, 41,67% da área urbana e 42% da área rural afirmou gastar todo com as despesas das crianças, enquanto 16,67% da área urbana e 7,5% da área rural afirmam utilizar o benefício para alimentar a família, 10% tanto da área urbana quanto da área rural afirmaram utilizar na compra de alimentos, roupas e saúde e 31,67% da área urbana e 40% da área rural afirmaram utilizar nas despesas em geral. Assim, se tem conhecido a entrada e saída de recursos pelas famílias que participaram do estudo, no tópico a seguir verifica-se o endividamento por esse público.

### 3.4 FORMAS DE ENDIVIDAMENTO

Para analisar a “saúde” financeira dos beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram desta pesquisa foi verificado os fatores que envolvem o endividamento desse público, iniciando com a verificação de ocorrência de dívidas de acordo com a modalidade de pagamento: crediário, empréstimo e cartão. O Gráfico 26 demonstra o percentual de participantes endividados com crediário:

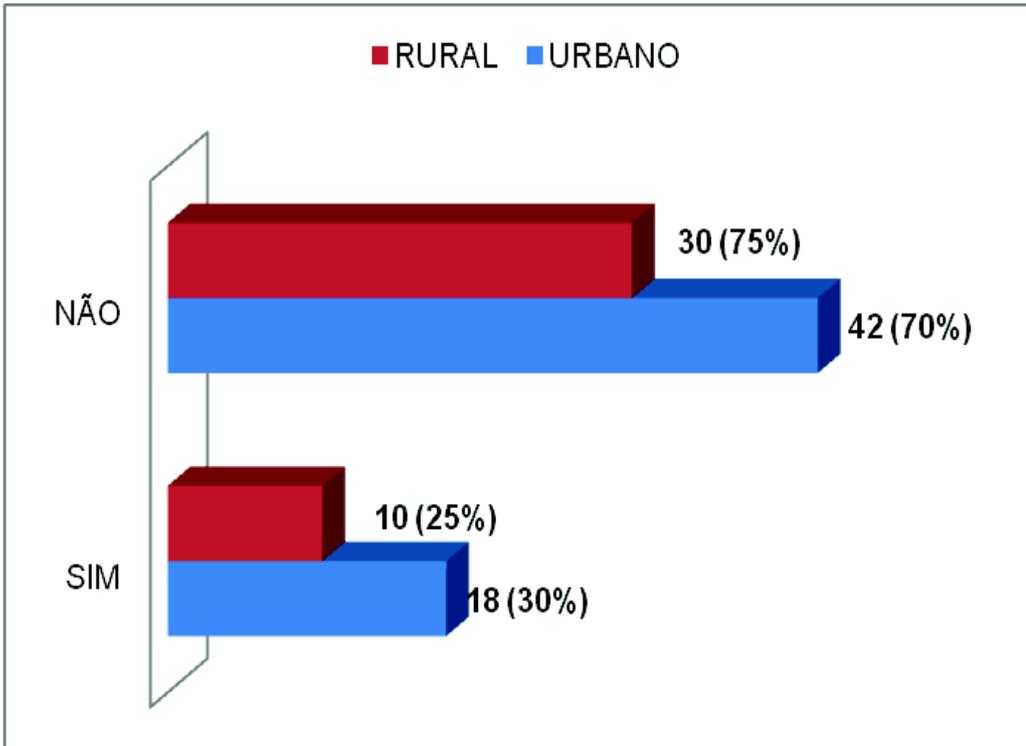


**Gráfico 26. Distribuição dos participantes por endividamento com crediário**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Como se pode perceber no Gráfico 26 a maior parte dos participantes tanto da área urbana (63,33%) quanto da área rural (75%) possuem endividamento com crediário, enquanto 36,67% da zona urbana e 25% da zona rural não possuem esse tipo de endividamento.

Quanto ao endividamento por empréstimo bancário, os resultados estão expostos no Gráfico 27:

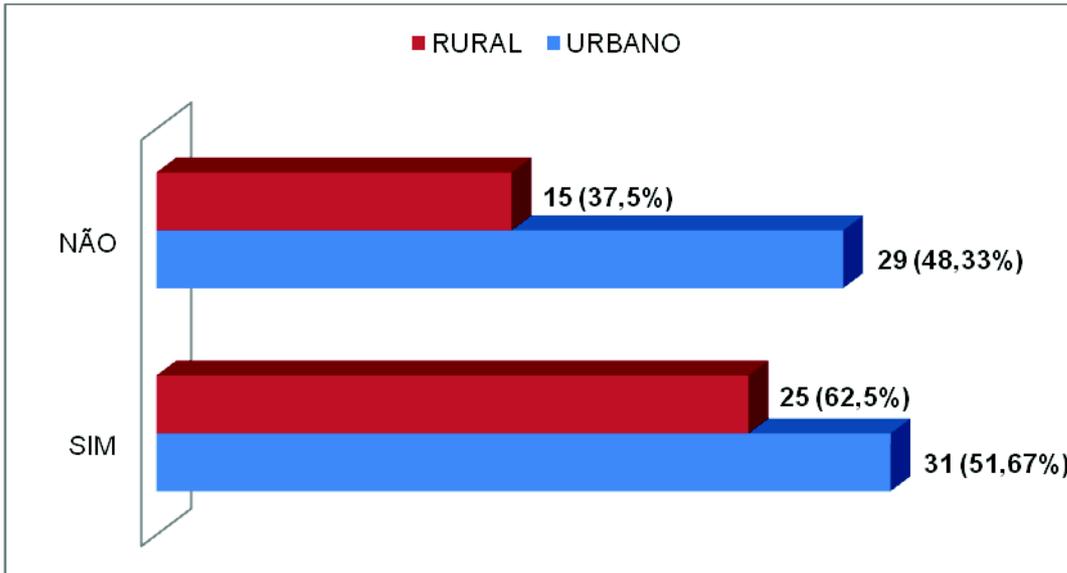


**Gráfico 27. Distribuição dos participantes por endividamento com empréstimos bancários**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

O endividamento por empréstimos bancários é menos representativo entre os participantes desta pesquisa, com 30% da área urbana e 25% da área rural com esse tipo de dívida e 70% da área urbana e 75% da área rural que negam ter esses empréstimos.

Ainda investigando os tipos de dívidas dos participantes desta pesquisa foi perguntado se eles tinham dívidas com cartão de crédito. Os resultados estão expostos no Gráfico 28:

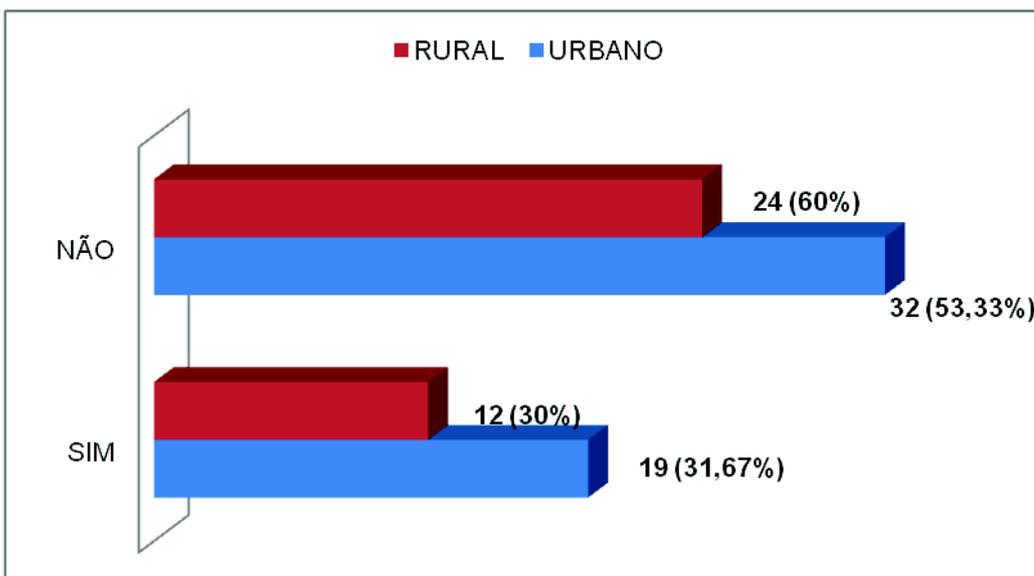


**Gráfico 28. Distribuição dos participantes por endividamento com cartão de crédito**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Como se verifica no Gráfico 28, o resultado da área urbana foi bem equilibrado com 51,67% dos participantes afirmando ter dívidas com cartão de crédito e 48,33% afirmando não ter esse tipo de dívida. Já na área rural, 62,5% afirma ter dívidas com cartão, enquanto 37,5% afirmam não ter.

Sabendo-se dos tipos de dívidas que os participantes desta pesquisa possuem foi perguntado se as mesmas estavam em dias. Os resultados estão ilustrados no Gráfico 29:

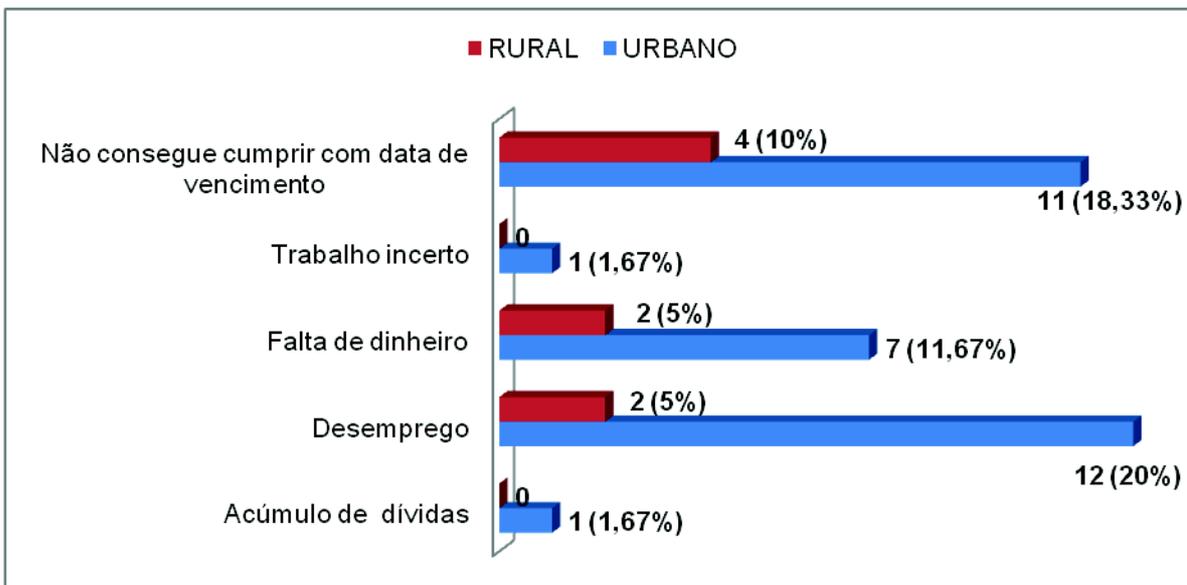


**Gráfico 29. Distribuição dos participantes por dívidas em dias**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Conforme é possível observar no Gráfico 29, boa parte dos participantes afirma não está com as dívidas em dias, tanto da área urbana (53,33%) quanto da

área rural (60%), enquanto 31,67% da área urbana afirma ter suas dívidas em dias, assim como 30% da área rural. Conhecendo-se os participantes que não estão em dias com suas dívidas, foi perguntado a essa parcela dos beneficiários o que motivou o atraso. É possível observar que os participantes da área urbana estão mais endividados que os da área rural. resultado é apresentado no Gráfico 30:

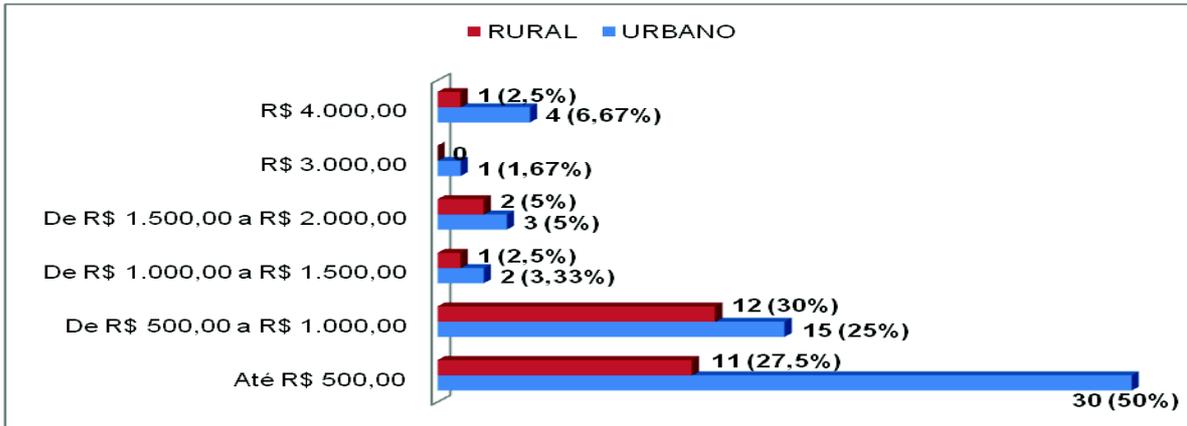


**Gráfico 30. Distribuição dos participantes por motivo de atraso das dívidas**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Conforme é possível observar no Gráfico 30, a maior parte dos participantes endividados da área urbana justifica com o desemprego (20%), seguido daqueles que afirmam que não conseguem cumprir com a data de vencimento do cartão (18,33%), a falta de dinheiro é destacada por 11,67% dos participantes e o trabalho incerto (1,67%) e o acúmulo de dívidas (1,67%) também são citados por eles. Já na área rural, a maior parte afirma não conseguir cumprir com as datas de vencimento das dívidas (10%), seguido daqueles que justificam com desemprego (5%) e por falta de dinheiro (5%).

Dando continuidade, foi perguntado aos participantes em média qual valor eles deviam, verificando-se o resultado exposto no Gráfico 31:

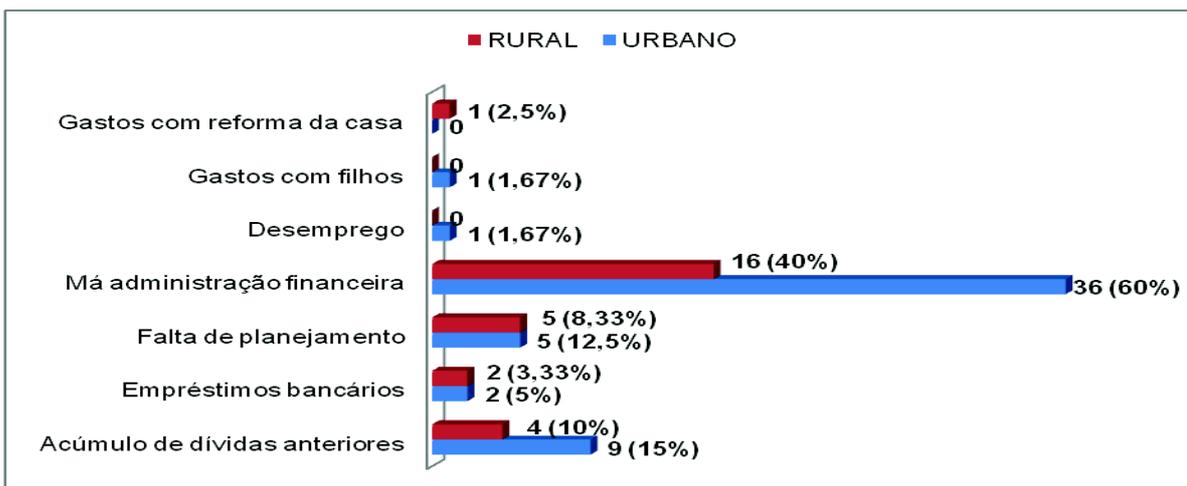


**Gráfico 31. Distribuição dos participantes por valor das dívidas**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Conforme se pode verificar no Gráfico 31, metade dos indivíduos que estão endividados da área urbana (50%) devem até R\$ 500,00, enquanto na área rural 27,5% devem esse valor. 25% da área urbana devem de R\$ 500,00 a R\$ 1000,00, 30% da área rural devem esse mesmo valor. Os demais valores se apresentam com menor percentual: de R\$ 1000,00 a R\$ 1.500,00 (3,33% na área urbana e 2,5% na área rural), de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00 (5% área urbana e 5% área rural); R\$ 3.000,00 (1,67% área urbana) e R\$ 4.000,00 (6,67% área urbana e 2,5% área rural).

Ainda investigando a “saúde” financeira foi pedido que os participantes informassem os motivos que os levaram ao endividamento, o resultado é ilustrado no Gráfico 32:



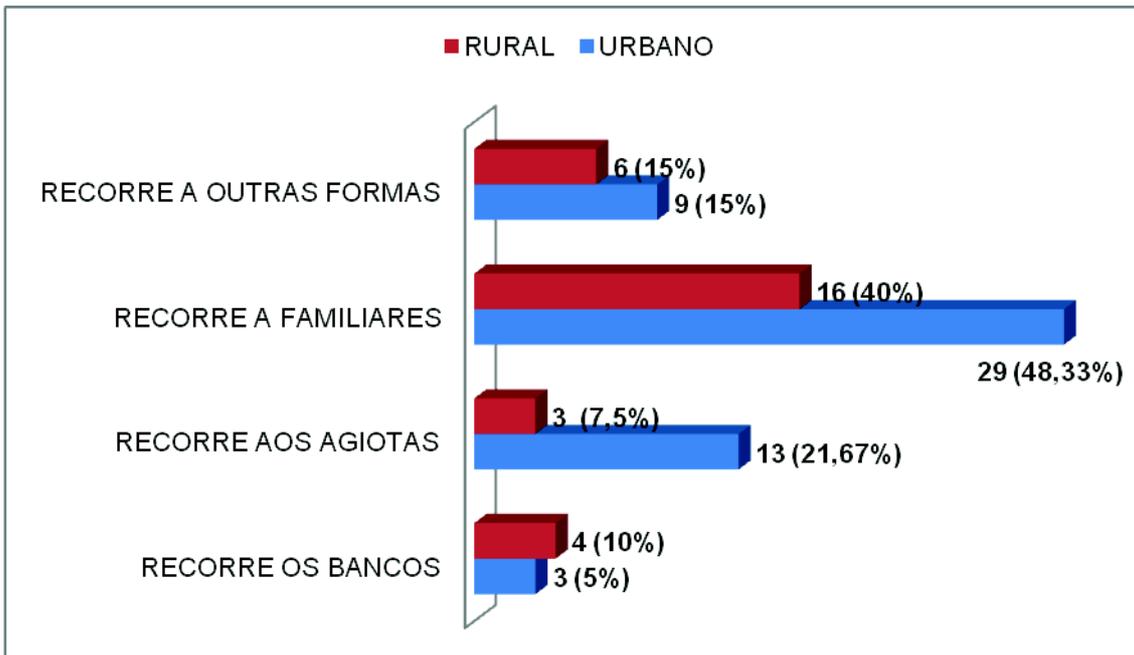
**Gráfico 32. Distribuição dos participantes por motivo de endividamento**

Fonte: Dados primários da pesquisa

A má administração financeira foi o principal motivo apontado pelos participantes, tanto da zona urbana (60%) quanto da zona rural (40%), assim para eles não saber como aplicar o salário que recebem é o principal motivo para estarem em situação de dívida. Também foram apontadas outras motivações como: gastos com a reforma da casa (2,5% - área rural), gastos com filhos (1,67% - área urbana),

desemprego (1,67% – área urbana), falta de planejamento (12,5% - área urbana e 8,33% - área rural), empréstimos bancários (5% - área urbana e 3,33% área rural) e acúmulo de dívidas (15% área urbana e 10% - área rural).

A partir do conhecimento da “saúde” financeira dos participantes da pesquisa buscou-se saber as estratégias que eles utilizam para resolver seus problemas com dívidas. Os resultados encontrados estão expostos no Gráfico 33:

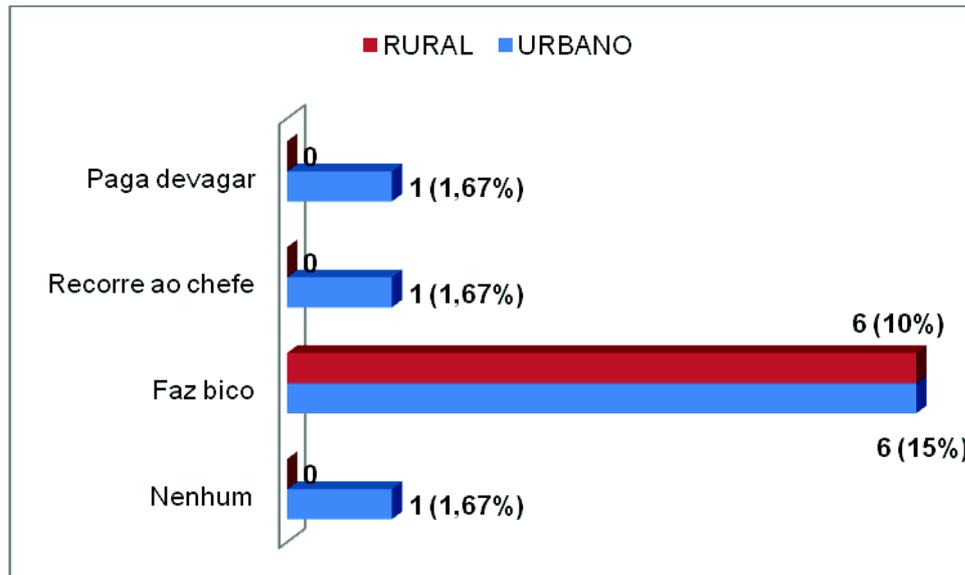


**Gráfico 33. Distribuição dos participantes por motivo de endividamento**

Fonte: Dados primários da pesquisa

Como é possível observar no Gráfico 33, a maior parte dos participantes tanto da área urbana (48,33%) quanto da área rural (40%) afirmam recorrer a familiares para solucionar seus problemas, enquanto 21,67% da área urbana e 7,5% da área rural afirmam recorrer a agiotas, 15% da área urbana e 15% da área rural afirmam recorrer a outras formas como fazer “bicos”, ou seja, fazer trabalho extra, e 5% da área urbana e 10% da área rural afirmam recorrer aos bancos.

Finalizando esta etapa da análise foi ilustrado no Gráfico 34 as estratégias citadas pelos participantes que informaram recorrer a outras formas:



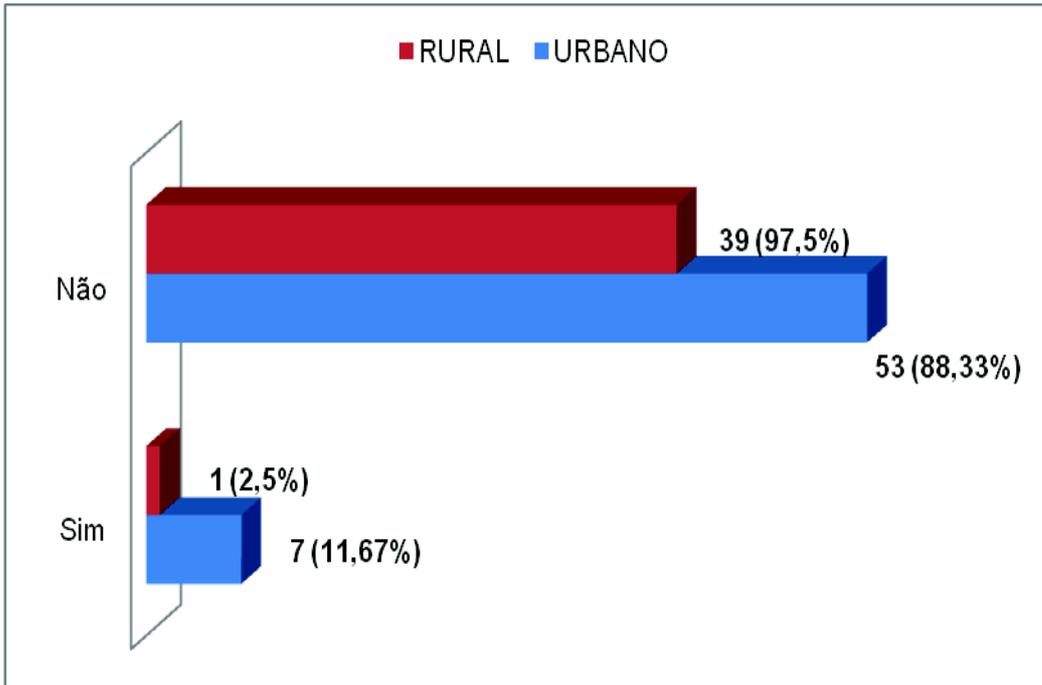
**Gráfico 34. Distribuição dos participantes por motivo de endividamento**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Os trabalhos extras, conhecidos como “bico” são procurados pela maior parte dos participantes que recorrem a outras formas, sendo 15% na área urbana e 10% na área rural. Dentre as outras formas citadas pelos participantes da área urbana se tem o pagamento devagar das dívidas (1,67%), recorrer ao chefe (1,67%) e nenhuma forma utilizada (1,67%). A partir da análise da “saúde” financeira dos participantes desta pesquisa fica clara a necessidade de educação financeira, sendo verificado o assunto em sua percepção no tópico a seguir.

### 3.6 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para verificar a percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram desta pesquisa sobre educação financeira foi inicialmente perguntado se eles receberam algum curso para orientá-los na utilização dos recursos do programa. O resultado está ilustrado no Gráfico 35:

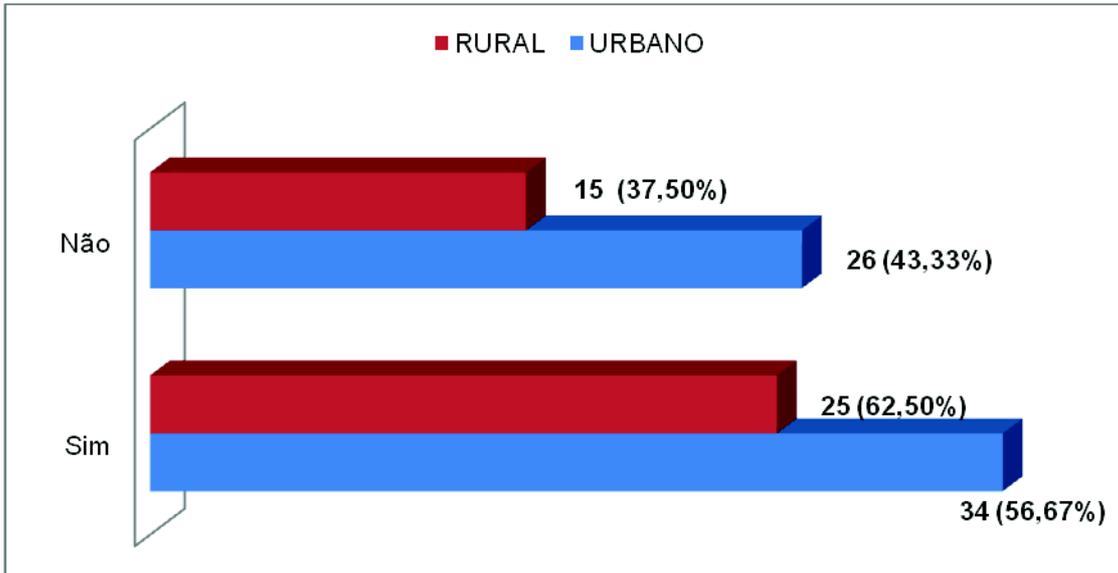


**Gráfico 35. Distribuição dos participantes por realização do curso de orientação financeira**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Como se pode verificar no Gráfico 35, grande parte dos participantes não tiveram acesso a cursos de educação financeira, 88,33% da área urbana e 97,5% da área rural, sendo informado por esses participantes o desconhecimento da existência de um curso como esse, que não havia sido informado ou oferecido pelo Município e também que não buscaram informações sobre o assunto. Dentre os que fizeram o curso, 11,67% da área urbana e 2,5% da área rural, 11,67% informou ter feito o curso “Por uma vida melhor: educação financeira sem fronteira”. O referido curso é composto por oficinas a serem realizadas pelos beneficiários, cada uma com carga horária de 20h, totalizando 80h, oferecidas nos quatro municípios do Maciço de Baturité: Acarape, Aracoiaba, Barreira e Redenção. Importante mencionar que se trata de uma iniciativa é da Coordenação de Extensão e Ações Comunitárias, da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão da Unilab.

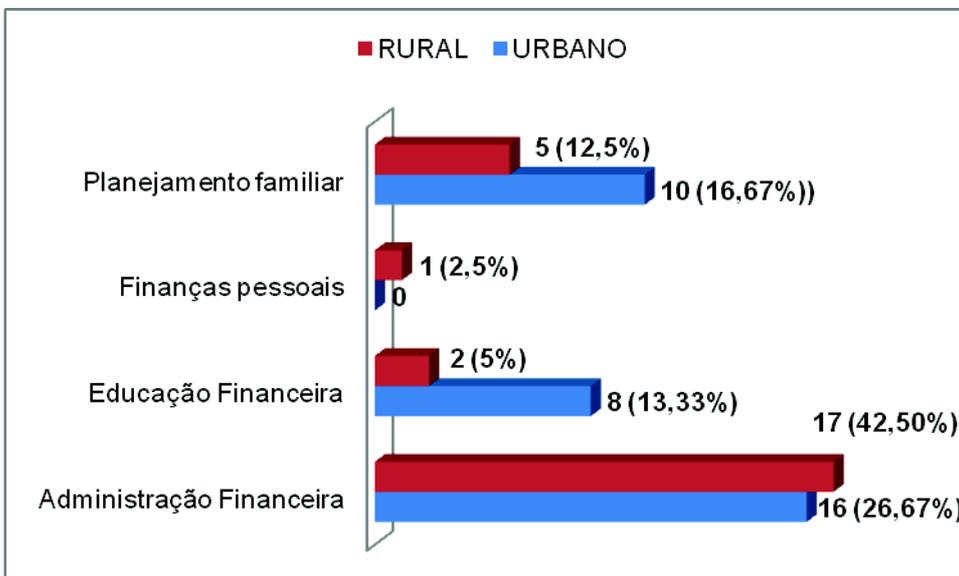
Em seguida foi perguntado se os participantes desejavam fazer um curso voltado para a orientação de uso dos recursos do Programa Bolsa Família, verificando-se que 56,67% da área urbana e 62,50% da área rural afirmam ter vontade de fazer um curso desse tipo, enquanto 43,33% da área urbana e 37,50% da área rural afirmam não ter vontade, como demonstra o Gráfico 36:



**Gráfico 36. Distribuição dos participantes por desejo de realização de curso de orientação financeira**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Para os participantes que informaram desejar fazer um curso de orientação financeira foi pedido que eles especificassem qual desejavam. O resultado está exposto no Gráfico 37:



**Gráfico 37. Distribuição dos participantes por tipo de curso que deseja realizar**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

A administração financeira é a mais buscada pelos participantes da pesquisa tanto da área urbana (26,67%) quanto pela área rural (42,50%). A educação financeira é citada por 13,33% da área urbana e 5% da área rural, 2,5% da área

rural citam também um curso de finanças pessoais e 16,67% da área urbana e 12,5% da área rural mencionam um curso de planejamento familiar.

Diante do estudo foi possível verificar que os participantes desta pesquisa possuem dificuldade de utilizar os recursos que recebem do Programa Bolsa Família, estando com sua “saúde” financeira prejudicada, com pouco acesso a curso de orientação na área, as pessoas desejam se capacitar para controlar suas próprias finanças.



**Universidade da Integração Internacional da  
Lusofonia Afro-Brasileira Bacharelado em  
Administração Pública**

**Pesquisa: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A RELAÇÃO COM O  
ENDIVIDAMENTO SOCIAL: Olhares sobre a “Saúde Financeira” de seus  
beneficiários.**

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS**

**INSTRUMENTAL DE COLETA DE INFORMAÇÕES**

**A. IDENTIFICAÇÃO**

- 1) Sujeito da pesquisa: ( ) Titular do bolsa família ( ) companheiro( a ) do titular
- 2) O local do seu domicilio pode ser considerado como: ( ) urbano ( ) rurais
- 3) O domicilio em que você vive é: ( ) próprio ( ) alugado ( ) cedido ( ) outra. Qual?
- 4) Idade do titular do cartão:
- 5) Sexo do titular do cartão ( ) Feminino ( ) Masculino
- 6) Ocupação do titular do cartão
- 7) Escolaridade do titular do cartão: ( ) Analfabeto (a)  
( ) Ensino médio completo  
( ) ensino médio incompleto  
( ) ensino fundamental incompleto ( ) ensino fundamental completo  
( ) Superior completo  
( ) Superior incompleto ( ) não sei  
( ) Outro. Qual?
- 8) Estado Civil:  
( ) Casado (a)  
( ) Solteiro (a)  
( ) Vive com companheiro (a) ( ) Separado  
( ) Divorciado  
( ) Outro. Qual?
- 9) Você trabalha, atualmente? ( ) Sim ( ) Não ( )

## B. OCUPAÇÃO PROFISSIONAL

- 1) Funcionário Público
- 2) Autônomo
- 3) Emprego da indústria/comércio
- 4) Estudante
- 5) Doméstica
- 6) Diarista/faxineira
- 7) Aposentado/pensionista
- 8) Não trabalha
- 9) Outro. Qual?

## C. SITUAÇÃO FAMILIAR EM RELAÇÃO A RENDA, NÚMERO DE FILHOS E CONSUMO.

- 1) Renda Familiar em salários mínimos
  - ( ) Até 01 salário mínimo
  - ( ) de 1 ½ a 03 salários
  - ( ) de 03 a 05 salários mínimos
  - ( ) Mais de 05 salários mínimos
- 2) Qual é o número de pessoas que contribuem na renda?
- 3) Qual é o número de pessoas que dependem dessa renda?
- 4) A sua família participa/ recebe de algum outro programa social do governo?
  - ( ) Sim ( ) Não. Se sim, qual?
    - ( ) projuvem (Inclusão de jovens -- qualificação)
    - ( ) PET (Erradicação do trabalho Infantil)
    - ( ) Agente jovem
    - ( ) PAIF (Atenção Integrar à Família)
    - ( ) BPC-I (Idoso)
    - ( ) BPC-PD (Portadores de deficiência)

05. Quantos vocês gasta por mês?		Á vista	Parcelado	Modalidade(*)
Alimentação	R\$ _____			
Habitação	R\$ _____			
Aluguel				
Manutenção do lar (limpeza, moveis, eletrodomésticos,	R\$ _____			
Vestuário (roupas, calçados, apetrechos e	R\$ _____			
Transporte urbano	R\$ _____			
Conta de luz e água				

Transporte (gasolina, álcool, manutenção veiculo e viagens).	R\$ _____			
Higiene (perfumaria, cosmético e produtos de	R\$ _____			
Saúde (remédio).	R\$ _____			
Educação (material	R\$ _____			
Outros	R\$ _____			

(\*) 1= Dinheiro; 2= Cheque; 3= Carão de credito; 4= Carnê; 5= Empréstimos (Dinheiro); 6= financiamento(bens)

6) Há sobra de dinheiro ao fim de cada mês? ( ) não ( ) sim ( ) depende do mês.

Caso a resposta seja sim, especifique o que é feito com o recurso ( ) poupam esse dinheiro ( ) investem esse dinheiro

( ) Outra finalidade especifique:

7) Quantos filhos, netos sobrinhos ou agregados que estão sob a sua responsabilidade são beneficiário do Bolsa Família?

8) Como você utiliza o recurso?

- ( ) Utilizo todo com as crianças
- ( ) Utilizo para alimentar a família
- ( ) Utilizo na compra de alimentos, roupas e saúde
- ( ) Utilizo nas despesas em geral da família
- ( ) Outra forma de utilização. Especifique:

#### D. SOBRE AS FORMA DE ENDIVIDAMENTO

- 1) Você atualmente, têm carnê de loja ou crediário? ( ) não ( ) sim
- 2) Você atualmente, têm empréstimo de financeira ou banco? ( ) não ( ) sim
- 3) Você, atualmente, usa cartão de crédito ou cartão de loja, tipo Macavi, Casa Rabelo, etc.? ( ) Sim ( ) Não
- 4) Caso as respostas das perguntas 06 a 08 sejam SIM, você consegue manter os pagamentos conforme datas de vencimento?  
( ) Sim ( ) Não. Se a resposta for não, especifique o porquê:

5) Qual o valor total da dívida?

- ( ) Até R\$ 500,00
- ( ) entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00
- ( ) de R\$ 1.000,00 Até R\$ 1.500,00
- ( ) de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00
- ( ) Outro valor. Especifique: R\$

6) Quais os motivos que levaram ao endividamento?

- Falta de planejamento
- Vontade de consumir sem medida
- Má administração financeira
- Acúmulo de dívidas anteriores
- Cartão de crédito
- Empréstimos bancários
- Outro. Especifique:

7) Quais as estratégias que você utiliza para resolver seus problemas com dívida?

- Recorre aos bancos  Recorre aos agiotas  Recorre a familiares
- Recorre a outras formas. Qual?

#### **E. SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

- 1) Você recebeu algum curso para orientá-lo à utilização dos recursos do PBF?  
 Sim  Não

Caso a resposta seja sim. Especifique:

Caso a resposta seja não. Especifique o porquê?

- 2) Você tem interesse em realizar alguma informação na área da educação financeira?  Sim  Não.

Caso sim. Especifique qual:

Obrigada pela atenção!



## APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar voluntariamente de uma pesquisa inerente ao Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, discente Dionísio Tavares de Almeida matrícula 2011101711, CPF 608.080.893-58 do curso Administração Pública (Presencial) da UNILAB, apto a realizar pesquisa que inclui as pessoas de baixa renda do Programa Bolsa Família do Governo Federal do Município de Redenção. A sua colaboração é importante, porém, você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações a seguir ou se preferir, eu posso ler para você. Faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa fiquem claros. Caso aceite participar da pesquisa, faremos uma aplicação de um questionário. As perguntas buscam identificar com maior controle os ganhos e gastos, compreendendo melhor as opções financeiras, de que forma se dá a aplicabilidade das finanças no controle orçamentário familiar e, também, se existe endividamento. Em caso afirmativo para endividamento, serão solicitadas informações que facilite ao pesquisador dimensioná-las.

Ressaltamos ainda que: 1- a qualquer momento você poderá recusar-se a continuar participando da pesquisa e, também, poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. 2- poderá pedir outros esclarecimentos ou informações sobre a pesquisa, caso necessite; 3 - sua participação na pesquisa é voluntária. Dessa forma, não receberá pagamento. Também não haverá ônus de qualquer natureza. 4 - Estamos lhe dando garantia de que as informações conseguidas através da sua colaboração não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto o responsável pela pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto. 5. O estudo tem caráter estritamente acadêmico e científico, o que garante o sigilo absoluto das respostas, que serão tratadas de forma estatística, sem distinção individual. Apenas o discente responsável pela pesquisa e sua orientadora terão acesso aos dados, garantindo assim a confidencialidade e privacidade das respostas.

**ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação, dirigir-se:**

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Campus das auroras, Rua José Franco de Oliveira, s/n. CEP. :62.790-970.  
Redenção – Ceará – Brasil

### CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Declaro que após ter sido convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o propósito da pesquisa, concordo em participar da mesma.

**Redenção-CE, 03 de maio de 2016.**

-----  
Assinatura do entrevistado

-----  
Assinatura do pesquisador